



Serie  
Tesis de  
Posgrado





UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA  
FACULTAD DE DERECHO

# O ESTREITO DE ORMUZ E SEU EVENTUAL FECHAMENTO PELO IRÃ

## UMA ANÁLISE POLÍTICA, ECONÔMICA E JURÍDICA

Trabalho entregue como requisito para a obtenção do grau  
acadêmico de Mestre em Relações Internacionais

Haider HADI HASAN

TUTOR:

Wilson Fernández

2019  
**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu chegar até aqui objetivando a realização de um sonho.

Agradeço também aos professores desta Universidade, que me acolheram, me introduziram no universo da pesquisa acadêmica e despertaram em mim o amor pelo estudo.

Agradeço muitíssimo e de coração ao Professor Wilson Fernandez, meu orientador, pela paciência, dedicação e profissionalismo com que me ajudou a caminhar durante este processo.

Minha gratidão infinita também vai para Renata, minha esposa, pelo amor incondicional e por todo o apoio que me deu ao longo desta caminhada.

## RESUMO

O Estreito Ormuz constitui-se em uma importante via marítima para o transporte de cerca de 40 por cento do petróleo do mundo e se algum dia fosse eventualmente fechado por um longo período de tempo a economia global entraria em colapso. Devido à sua localização estratégica, na entrada do Golfo Pérsico, é tido como certo que desde tempos imemoriais Ormuz desperta a cobiça de diversos reinos e nações, como o Império Otomano e as coroas de Espanha e Portugal. Presentemente, o Irã reclama para si a posse do Estreito e ameaçou fechar Ormuz em diversas ocasiões em resposta às sanções impostas ao país pelos Estados Unidos e pela União Europeia, que sempre exigiram do governo iraniano a imediata suspensão de seu programa de enriquecimento de urânio. Depois de anos de avanços e recuos nas negociações, em 2015 o G5+1 e o Irã finalmente selaram um acordo de não proliferação de armas nucleares e pelo menos por enquanto a ameaça de bloquear o Ormuz está descartada.

*Palavras-chave:* Estreito de Ormuz, Golfo Pérsico, Oriente Médio, Petróleo.

## LISTA DE FIGURAS

### *Índice de Figuras*

<i>Figura I.</i> Guerra dos Tanques	18
<i>Figura II.</i> Edwin Drake	49
<i>Figura III.</i> Plataforma Iraniana no Golfo Pérsico	72
<i>Figura IV.</i> A Economia Saudita em Números	88
<i>Figura V.</i> Alternativas de Oleoduto	91
<i>Figura VI.</i> Alternativas de Hormuz	92
<i>Figura VII.</i> Gasoduto UAE-Catar	93
<i>Figura VIII.</i> Mar territorial, zona econômica exclusiva e zona econômica contígua	114

### *Índice de Gráficos*

<i>Gráfico I.</i> O Choque dos Preços do Petróleo	25
<i>Gráfico II.</i> Oscilação do Preço do Petróleo no Mundo (1981-2011)	25
<i>Gráfico III.</i> Os estoques de petróleo bruto na Reserva Estratégica de Petróleo incluem não-EUA	81
<i>Gráfico IV.</i> Plataforma Continental	113

### *Índice de Mapas*

<i>Mapa I.</i> Rota da Seda	8
<i>Mapa II.</i> Zonas de Exclusão Aérea do Iraque (1991-2003)	32
<i>Mapa III.</i> Bases dos EUA ao Redor do Irã	34
<i>Mapa IV.</i> As águas do Golfo Pérsico, do Golfo de Omã e do Oceano Índico fluem pelo Estreito de Ormuz	79
<i>Mapa V.</i> Países Exportadores de Petróleo	82
<i>Mapa VI.</i> Rotas Marítimas através do Estreito de Ormuz	119

## LISTA DE SIGLAS

AFP – Agência France Press

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

APOC – Anglo-Persian Oil Company

CDI – Comissão de Direito Internacional

CNUDM – Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

JCPOA – Joint Comprehensive Plan of Action

NU – Nações Unidas

OEAI – Organização de Energia Atômica do Irã.

OMI – Organização Marítima Internacional

ONIP – Organização Nacional da Indústria de Petróleo

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

## TABELA DE CONTEÚDO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - GEOPOLÍTICA DO ESTREITO DE ORMUZ (1979-2011)</b>	<b>7</b>
<b>1.1 Os Povos Xiitas e Sunitas</b>	<b>9</b>
<b>1.2 O Colonialismo</b>	<b>9</b>
<b>1.2.1 Domínio de portugueses e holandeses</b>	<b>9</b>
<b>1.2.2 O conflito entre franceses e britânicos no Golfo</b>	<b>10</b>
<b>1.3 Jugular do Petróleo</b>	<b>11</b>
<b>1.3 A América no Golfo</b>	<b>13</b>
<b>1.4 A Revolução Iraniana</b>	<b>13</b>
<b>1.4.1 Mudança de política do Irã</b>	<b>14</b>
<b>1.5 As Tensões no Estreito de Ormuz</b>	<b>15</b>
<b>1.5.1 Saddam Hussein: a ascensão ao poder iraquiano (1979)</b>	<b>15</b>
<b>1.5.2 A Primeira Guerra do Golfo (1980-1988)</b>	<b>15</b>
<b>1.5.3 Os ataques contra o transporte internacional</b>	<b>17</b>
<b>1.5.4 Estreito de Ormuz: mais vital do que nunca</b>	<b>19</b>
<b>1.5.5 O resultado da Guerra do Golfo</b>	<b>26</b>
<b>1.6 A Atitude do Irã - O Que Fazer?</b>	<b>26</b>
<b>1.7 A Posição do Iraque 1991-2003</b>	<b>30</b>
<b>1.8 Exclusão das Zonas e Ataques Aéreos Americanos</b>	<b>32</b>
<b>1.9 A Política Iraniana para os Estreito de Ormuz 1991-2003</b>	<b>33</b>
<b>1.10 A Segunda Guerra do Golfo</b>	<b>35</b>
<b>1.11 O Irã e as Sanções</b>	<b>38</b>
<b>1.12 O Impasse Nuclear no Estreito de Ormuz</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 2 - ECONOMIA DO ESTREITO DE ORMUZ</b>	<b>43</b>
<b>2.1 A Importância Econômica do Estreito de Ormuz</b>	<b>43</b>
<b>2.2 A História do Petróleo</b>	<b>45</b>
<b>2.3 O Interesse do Ocidente pelo Petróleo do Oriente Médio</b>	<b>59</b>
<b>2.4 A Importância do Golfo Pérsico e o Papel do Irã</b>	<b>69</b>
<b>2.5 As Consequências Econômicas do Fechamento de Ormuz</b>	<b>76</b>
<b>2.6 A Maldição do Petróleo</b>	<b>85</b>
<b>2.7 Óleo de Oleoduto como Alternativa ao Fechamento do Estreito</b>	<b>90</b>

<b>CAPÍTULO 3 - O ESTATUTO JURÍDICO DO ESTREITO DE ORMUZ À LUZ DO DIREITO</b>	<b>95</b>
<b>3.1 O Estatuto Jurídico do Estreito de Ormuz à Luz do Direito Internacional</b>	<b>105</b>
<b>3.2 A Construção Histórica do Estatuto Jurídico do Estreito de Ormuz</b>	<b>107</b>
<b>3.3 A Convenção das Nações Unidas sobre os Mares</b>	<b>109</b>
<b>3.3.1 Mar territorial</b>	<b>110</b>
<b>3.3.2 Zona contigua</b>	<b>111</b>
<b>3.3.3 Zona econômica exclusiva</b>	<b>111</b>
<b>3.3.4 Plataforma continental</b>	<b>112</b>
<b>3.3.5 Conceito de passagem inocente</b>	<b>114</b>
<b>3.3.6 Conceito de passagem livre</b>	<b>115</b>
<b>3.3.7 Conceito de passagem de trânsito</b>	<b>115</b>
<b>3.3.8 Posições dos Estados árabes do Golfo do sistema de navegação no Estreito</b>	<b>116</b>
<b>3.3.9 Ameaça iraniana para fechar o Estreito</b>	<b>116</b>
<b>3.3.10 Posição da americana e iraniana da Convenção de 1982</b>	<b>117</b>
<b>3.3.11 A provisão legal contra ameaças iranianas</b>	<b>117</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho elegeu como objeto de estudo a luta pelo controle do Estreito de Ormuz por se tratar de um tema importante e atual, relativamente ao contexto geopolítico do Oriente Médio, principalmente por sua inegável importância para a economia global, e sua delimitação insere-se, assim, na ameaça pelo Irã de eventualmente fechar o Estreito de Ormuz.

Sobre a importância do tema, a avaliação de Fahad (2012) reforça o que foi dito: “O Oriente Médio é o epicentro mais discutido presentemente na política mundial, por se tratar de uma região geoestratégica, e também devido à sua importância geoeconômica” (p. 3).

Ainda para o autor, “O Oriente Médio é repleto de tesouros naturais e isso desperta a ganância das grandes potências sobre a região. Por essa razão, o Estreito de Ormuz tornou-se uma via de trânsito vital para os recursos energéticos globais” (Fahad, 2012, p. 3).

Quanto ao bloqueio propriamente dito, Martín (2013) afirma que “a ameaça de fechar o Estreito de Ormuz é uma prática iraniana antiga e os motivos vêm variando ao longo do tempo” (p. 2).

Isso posto, a bem da verdade, também é importante enfatizar que quando a elaboração da tese teve início, o quadro que se delineava relativamente à política externa do Irã era outro, diverso do atual, e apontava no sentido da não-cooperação por parte do país. O Irã se recusava a interromper suas pesquisas de enriquecimento de urânio e, como resposta, os Estados Unidos e a União Europeia impuseram duras sanções econômicas ao país. (Rucks, 2015)

Como lembra Azevedo (2012):

O Irã, hoje, é um dos maiores problemas do ponto de vista estadunidense. Desenvolvendo seu programa nuclear há quase 10 anos, os Estados Unidos o acusam de querer criar um artefato nuclear, enquanto os iranianos dizem que suas pesquisas são para finalidades civis. (p. 19)

Era neste contexto, então, que se inseria a delimitação do tema aqui proposto; uma vez o Irã ameaçava bloquear o Estreito de Ormuz justamente em retaliação às sanções que vinha sofrendo, como anteriormente mencionado.

Além de desempenhar um importante papel no cenário geopolítico mundial, tanto ao nível regional quanto internacional, o Estreito de Ormuz historicamente sempre foi palco de velhas rivalidades devido à sua localização estratégica.

Por este motivo, a região em que o mesmo se localiza tem sido alvo constante da cobiça de diversos países, ao longo da história, como Portugal, Espanha e Inglaterra, por exemplo, que amiúde tentaram exercer controle sobre aquela importante via marítima, bem como de disputas fronteiriças entre os Estados vizinhos. (Borges, 2008)

Ademais, sua importância econômica vem paulatinamente aumentando no cenário mundial e relaciona-se principalmente à descoberta de petróleo nos países do Golfo Pérsico. Para Katzman, Nerurkar, O'Rourke, Mason, & Ratner (2012), "O Estreito de Ormuz é uma artéria importante quando se trata do mercado mundial de petróleo" (p. 2).

Ao abordar aqui o tema escolhido, portanto, nunca é demais repetir que a localização geográfica do Estreito de Ormuz de fato desempenha um papel deveras relevante no tabuleiro político mundial e que seu peso econômico é igualmente considerável. Isto porque o mesmo localiza-se na entrada do Golfo Pérsico, entre Omã (situado na Península Arábica) e o Irã e é a única saída, desta maneira, através do Golfo, para o escoamento da produção de petróleo da Arábia Saudita, do Kuwait e do Iraque. (Fahad, 2012)

Conforme observa Jafari-Valdani (2012), "Estreitos são importantes para o transporte de mercadoria e de *commodities*, especialmente petróleo, e seu bloqueio desencadearia crise na economia mundial. Estreitos também são o caminho mais curto para conectar terras adjacentes" (p. 10).

O autor destaca ainda a importância estratégica dos estreitos:

Eles afetam a força nacional e a política externa dos países e são pontos relevantes em se tratando de estratégias marítimas e continentais. Estreitos

permitem ainda que os estados adjacentes controlem toda a movimentação marítima que neles ocorre e, por esta razão, eles são estrategicamente importantes. (Jafari-Valdani, 2012, p. 10)

Para compreender a problemática relacionada ao Estreito de Ormuz também é crucial entender de que maneira a política do Irã se estrutura, perceber como funcionam suas instituições, o regime dos aiatolás, o aspecto religioso iraniano e ainda o processo de mudança relativamente à sua política de defesa, ocorrido notadamente ao longo das duas últimas décadas.

É neste contexto então que se insere a delimitação do tema proposto no presente trabalho, uma vez que o ponto da discórdia na região do Golfo Pérsico, onde o Estreito de Ormuz se localiza, gira em torno da política nuclear iraniana e do papel do Irã no cenário político mundial. A este respeito, é apropriado citar então a opinião de Bertonha (2007), para quem “a influência do Irã já é bastante razoável no Oriente Médio hoje, causando desconforto nas monarquias árabes sunitas e em outros grupos” (p. 3).

Neste ponto, é necessário destacar que a proposta inicial, ainda quando da elaboração do Projeto de Pesquisa, era entrevistar várias autoridades, autores ou *experts*, relativamente aos temas aqui abordados, de modo que fosse possível obter não apenas a opinião destes literatos mas igualmente coletar eventuais informações adicionais, já que em alguns casos havia textos que careciam de dados atualizados. Isto porque, como foi dito anteriormente, o tabuleiro político moveu suas peças e o cenário internacional se modificou.

Nem todos os autores contatados, no entanto, responderam ao e-mail enviado. Destaca-se, assim, o nome de João Fábio Bertonha, professor da Universidade Estadual de Maringá (PR), acima mencionado, que prontamente respondeu a mensagem remetida, cujo artigo *Irã e Estados Unidos: Competição geopolítica no Oriente Médio* muitíssimo nos ajudou na elaboração da tese. Sobre um eventual bloqueio do Estreito de Ormuz, por exemplo, Bertonha (comunicação pessoal, 16 de novembro de 2015) afirmou por e-mail que “O fechamento do Estreito seria um desastre para a economia global”, mas acredita ser difícil que isso ocorra no momento.

Analogamente, é importantíssimo falar também da literatura utilizada como fonte de pesquisa no tocante ao desenvolvimento do trabalho. Isto posto, cabe frisar que não foi nada fácil encontrar publicações que versassem especificamente sobre o Estreito de Ormuz. Entretanto, com isso há trabalho precioso.

Aqui, correlatamente, abre-se ainda um parêntese para falar sobre o tipo de material bibliográfico empregado. Tanto o impresso quanto o digital foram igualmente utilizados. Um exemplo a ser citado é o de Vesentini,<sup>1</sup> cuja versão impressa do livro *Novas Geopolíticas* serviu fartamente de fonte de pesquisa, bem como outras versões digitais de suas publicações que ele generosamente disponibiliza para download em sua página na Internet, a exemplo do *A Nova Ordem Mundial*, originalmente impressa pela Editora Ática.

Por sinal, há também um vídeo no YouTube, de autoria da Editora Abril (2010), em que Vesentini, objetivamente e com clareza, discorre sobre o atual cenário geopolítico global abordando, entre outros tópicos, o papel das superpotências no mundo globalizado.

Este também foi o caso do livro *Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar*, uma brochura da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), obtida mediante download a partir da versão impressa, que semelhantemente muito ajudou a nortear nossa análise.

Creemos, então, que o fato de parte do material aqui empregado ter sido obtido via descarga da Internet em nada depõe contra a qualidade do mesmo.

Dito isto, de modo similar, cumpre destacar ainda que a desatualização de dados, em determinados momentos, não chegou a ser um problema propriamente dito, mas certamente foi um complicador. Se um determinado texto dizia que a exportação diária de petróleo via Golfo Pérsico era de tantos milhões de barris e a obra consultada havia sido escrita em 2012, por exemplo, fez-se necessário então correr atrás de dados atualizados sobre as cifras. As defasagens precisaram ser corrigidas. Entendemos, contudo, que isto faz parte das dificuldades impostas a qualquer trabalho acadêmico e citamos o exemplo apenas a título de curiosidade.

---

<sup>1</sup> Vesentini é professor livre-docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Ante o que até aqui foi exposto, é pertinente acrescentar então que o presente trabalho propõe-se a abordar o tema do eventual fechamento do Estreito de Ormuz analisando a situação de três ângulos distintos: o geopolítico e o económico, e o jurídico. Os capítulos encontram-se então divididos nesta ordem.

Deste modo, no Capítulo Geopolítico por sua vez, serão abordados os aspectos relacionados mais especificamente ao tema escolhido; quais sejam: a ameaça do Irã de fechar o Estreito de Ormuz e as implicações de ordem política que tal medida eventualmente acarretaria. Nesse contexto, achamos por bem explorar igualmente a questão da conquista de Ormuz pelos diversos impérios ao longo de séculos da história mundial.

Em seguida, o mar evidentemente é a grande figura que sobressai na Convenção da Jamaica. Afinal, como bem disse Longo (2014):

A importância do mar vem de longa data e os povos que melhor o conheceram e compreenderam tiraram proveito das vantagens por ele oferecidas. O mar foi também o palco de inúmeras controvérsias ensejando dificuldades no trato de assuntos a ele relacionados. (p. 68)

Para o autor, “a utilização do mar está de tal maneira condicionada ao ambiente internacional que não se podem considerar os interesses de um Estado isoladamente” (Longo, 2014, p. 69).

Assim sendo, conforme afirma Soares (2014), relativamente à questão dos estreitos, abordada na Convenção, “As grandes potências . . . queriam manter o máximo de liberdade de navegação e não podiam admitir cerceamento da passagem por estreitos internacionais” (p. 299). O assunto será posteriormente analisado.

No Capítulo Económico, analisarei a história do petróleo e a teoria da “maldição do petróleo”. Em seguida, a importância do Golfo Pérsico, o papel do Irã, a crise de 72 e 79, qual é a consequência do fechamento do Estreito de Ormuz e quais são as alternativas para o referido fechamento.

No Capítulo Jurídico, serão analisadas as questões legais relacionadas ao estatuto jurídico do Estreito de Ormuz e, ainda, a importância da Convenção das

Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM) para o mundo, uma vez que a mesma normatizou as regras da navegação internacional e, com isso, ainda hoje figura como uma conquista da ONU no campo do Direito Internacional.

## **CAPÍTULO 1 - GEOPOLÍTICA DO ESTREITO DE ORMUZ (1979-2011)**

Em 27 de dezembro de 2011 o The New York Times, jornal de notoriedade mundial, trouxe como manchete: “Irã ameaça bloquear embarque de petróleo, enquanto EUA prepara sanções”.

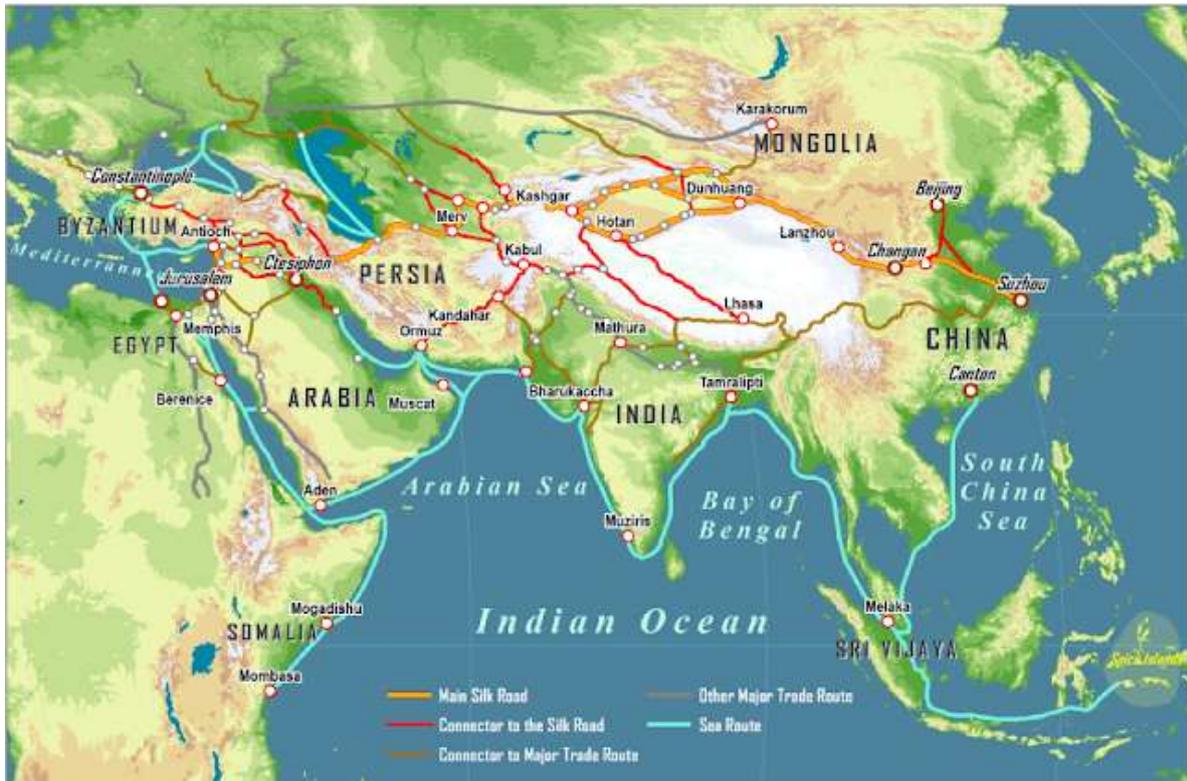
Uma importante autoridade iraniana entregou uma forte ameaça às sanções econômicas dos Estados Unidos, dizendo que seu país retaliaria qualquer repressão, bloqueando todos os embarques de petróleo através do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para o transporte de cerca de um quinto da oferta mundial de petróleo.

A declaração do primeiro vice-presidente do Irã, Mohammad-Reza Rahimi, acontece quando o presidente Obama se prepara para assinar uma legislação que, se totalmente implementada, poderia reduzir substancialmente as receitas petrolíferas do Irã em uma tentativa de impedi-lo de realizar um programa de armas nucleares.

Yergin (1991) descreve a política petrolífera de lidar com estados como o Irã, observou em uma entrevista que “dada a relativa rigidez do mercado, será necessária uma cuidadosa construção das sanções combinadas com vigorosos esforços para trazer suprimentos alternativos para o mercado”. Ele disse que isso “acrescentaria uma nova dimensão ao debate sobre o oleoduto Keystone XL”, o oleoduto do Canadá para os Estados Unidos que a administração tentou adiar.

Vários países da região do Golfo Pérsico, em especial o Irã, ameaçaram diversas vezes de fechar o estreito. Caso isso acontecesse, certamente trairia consequências dramáticas, como uma desaceleração econômica ou mesmo de recessão e, inclusive causar uma guerra internacional.

O risco dessas consequências dramáticas e a importância do Estreito foram vislumbrados desde a antiguidade, porque quem controla o fluxo de mercadorias no estreito controla indiretamente os preços e o fornecimento dos bens que circulam por lá.



Mapa 1. Rota da Seda. De “La Ruta de la Seda, el Collar de Perlas y la competición por el Índico (III de III)”, por H. J. Mackinder, 2013, Recuperado de Europa Soberana website: [http://europasoberana.blogspot.com/2013/05/la-ruta-de-la-seda-el-collar-de-perlas\\_9843.html](http://europasoberana.blogspot.com/2013/05/la-ruta-de-la-seda-el-collar-de-perlas_9843.html)

Esta seção do trabalho discutirá a situação geopolítica estratégica no Estreito de Ormuz. Analisaremos por que o estreito se tornou uma das áreas mais disputadas por várias potências regionais e poderes internacionais.

A fim de compreendermos a atual situação no Estreito de Ormuz, precisamos examinar dois fatores que ajudaram a formá-la, a saber: a rivalidade entre sunitas e xiitas e o legado do colonialismo.

Em seguida, discutimos sobre os acontecimentos históricos mais relevantes ocorridos nessa região e fazemos uma reflexão sobre o posicionamento das nações no presente cenário internacional a curto e a longo prazo, analisando o modo como elas tem lidado com os problemas dos confrontos no Estreito e apresentamos nosso entendimento sobre quais foram suas mudanças políticas dessas nações e como a sociedade reagiu.

## 1.1 Os Povos Xiitas e Sunitas

O mundo muçulmano é dividido, do ponto de vista religioso, para a grande maioria entre sunitas e xiitas e conhecer as diferenças entre ambos é muito importante para entender como essas diferenças permeiam cada aspecto da vida

nos países muçulmanos e como podem afetar o relacionamento entre eles mesmos.

Estas diferenças se originam a partir de a disputa para saber quem iria suceder o Profeta Muhammad como líder da comunidade muçulmana emergente após sua morte. Este foi o fator determinante par a divisão entre os povos.

A relação entre muçulmanos sunitas e xiitas ao longo dos tempos foi moldada pelas oscilações políticas que abalaram a região desde a morte de Maomé.

A maioria dos muçulmanos sunitas e xiitas não permite que suas diferenças teológicas divida-os ou cause hostilidade entre eles. No entanto, as condições políticas globais atuais sugerem que houve um grau de polarização e hostilidade em muitas sociedades muçulmanas. (Fernandes, n.d.)

## **1.2 O Colonialismo**

A cidade de Ormuz no final da Idade Média era considerada a mais próspera da região, que chamou a atenção dos portugueses quando chegaram nessa área. (Nasser, 2013)

### **1.2.1 Domínio de portugueses e holandeses**

No século XVI, o controle tradicional persa da importante área estratégica do estreito foi desafiado; o povo português chega no Golfo Pérsico com navios de qualidade superior e rapidamente perceberam a importância de Ormuz, saltando-lhes o interesse no lucro econômico que o comércio naquela região poderia lhes trazer, e assim o fizeram. Em 1507, ocuparam Ormuz e isso lhes permitiu também dominar o comércio do Irã com o Ocidente e em outros lugares. Os portugueses, liderados por Afonso Albuquerque foram os primeiros estrangeiros a entrar na região e foram eles que estabeleceram um precedente que dura até hoje. Depois deles, vários outros povos tentaram se apossar do estreito e muitas foram as consequências dessa dominação. Apesar de terem sido alvo de várias revoluções, os portugueses conseguiram controlar tanto político como economicamente a região do Estreito de Ormuz e lá fixaram sua fortaleza e, mesmo após terem deixado o Estreito, instalaram uma agência de comércio na região.

Em 1550, o império otomano tentou controlar o estreito, mas não conseguiu devido aos portugueses serem mais fortes e mais bem preparados que eles.

Outro povo que tentou controlar a região foi o estado Safaui, porém não teve êxito; foi então que eles aliados aos ingleses e adversários dos portugueses, fizeram um trato político com o Irã e atacaram Ormuz. No acordo, decidiram que dividiriam toda a renda de Ormuz entre eles.

Os holandeses, sob a liderança de Bnder Abas, também assolaram a região, embora sua presença no Golfo fosse mais escassa; começaram a brigar com os britânicos e aproveitaram todas as oportunidades para atacar os interesses portugueses no Índico, os quais haviam construído fortalezas em muitos locais. Mas, acima de tudo, baseados no direito natural, defendiam abertamente a liberdade de navegação e o comércio dos mares, questionando o monopólio dos portugueses. Estes mais tarde foram expulsos e os holandeses passaram a controlar o comércio e todas as rotas marítimas, fazendo um centro comercial na parte iraniana da região do Estreito.

Após vários ataques regionais, os holandeses deixaram a região, em 1765, mas mantiveram o controle do rico comércio de seda, tempero e pérola, firmado com um dos mais importantes empórios comerciais asiáticos da época: o Estreito de Ormuz. (Nasser, 2013)

### **1.2.2 O conflito entre franceses e britânicos no Golfo**

Depois dos holandeses saírem do Golfo, o ambiente ficou propício para os britânicos se instalarem definitivamente.

O que aumentou a ansiedade dos britânicos foi a ameaça que Napoleão Bonaparte iria expandir seu poder do Egito para Damasco e Iraque e cortou a rota que vem da Índia e passa por Ormuz. Para evitar isso, os britânicos fizeram um acordo com os poderes regionais, em 1798 e outro em 1801, com Xá, o que os fez exercer uma grande influência e controle sobre o Irã.

Assim, o Golfo Pérsico se transformou em um verdadeiro “lago britânico”. Os britânicos mantiveram o domínio sobre ele, deixando no poder os governantes locais com os quais mantinham relações amigáveis. Os britânicos normalmente só

intervinham quando os seus interesses eram ameaçados. Eles defenderam seus interesses comerciais, de segurança e, mais tarde, pelo petróleo na região. Grande parte da região do Golfo Pérsico foi controlada por líderes tribais ou famílias reais.

Até mesmo os ingleses tomaram as Ilhas Moriches, que eram mantidas pelos franceses, ganhando assim controle total sobre o Oceano Índico. Enraizados na Índia, por volta do século XIX, os britânicos se tornaram mais interessados na região do Golfo Pérsico, tanto para o comércio como para fins de segurança. Grande parte do conteúdo comercializado através dos navios na região do estreito era do total domínio dos britânicos. (Nasser, 2013)

No início do século XX, o Império Otomano estava enfraquecendo e, quando a 1ª Guerra Mundial terminou, foi dividido entre os franceses e os britânicos. O surgimento dos Estados do Golfo é um dos resultados mais importantes de dicha divisão.

A Inglaterra usou tribos fiéis a eles no Golfo para passar seus interesses, a través de tratos con dichas tribos. (Aladin, 2014)

### **1.3 Jugular do Petróleo**

Antes de 1908, quando os primeiros grandes depósitos foram descobertos no Irã, os conflitos na área foram principalmente devido a ambições políticas, diferenças religiosas e ganância. A partir desse momento, o petróleo passou a ter a capacidade de multiplicar a frequência de confrontos e seu potencial destrutivo. (Klare, 2003)

Nixon (1980) explicou no seu livro, *The True War*, na era industrial, a energia é o sangue que dá vida ao sistema econômico. Quando a energia foi obtida através do carvão, a Grã-Bretanha tornou-se a primeira grande potência industrial, porque a ilha é virtualmente composta de carvão.

Quando o carvão foi substituído pelo petróleo como principal fonte de energia, a Grã-Bretanha foi substituída pelos EUA, a primeira superpotência de petróleo do mundo.

Em nossos dias, o poder econômico e militar está subordinado ao petróleo. Portanto, devido à sua localização e seu petróleo, o Golfo Pérsico é de importância estratégica. Por esta razão, é que este lugar está no centro da tempestade global de conflitos globais.

Parte da estratégia utilizada pelas grandes potências do mundo tem sido explorar as diferenças existentes na região, para alcançar seus próprios objetivos.

O físico dissidente soviético Andrei Sakharov recordou ter participado de uma conferência no Kremlin, em 1955, onde uma alta personalidade soviética explicou que a política soviética de longo prazo tinha a intenção de explorar o nacionalismo árabe para dificultar o acesso da Europa a óleo. 18 anos depois, a crise do petróleo de 1973 surgiu. (Nixon, 1980)

A crise do petróleo de 1973 aumentou o preço do petróleo e, com ele, a renda dos países produtores. Desde que isso aconteceu, os países do Golfo gastaram bilhões de dólares em importações de armas modernas e essa aquisição fomentou os esforços expansionistas de alguns líderes que a região teve como o antigo Xá do Irã ou Saddam Hussein do Iraque. (Klare, 2003)

Por outro lado, os EUA mantiveram a posição de não permitir que qualquer estado hostil impedisse a livre circulação de petróleo, uma vez que foi manifestado pelo Presidente Carter em janeiro de 1980 e aumentou constantemente sua presença militar na região. (Klare, 2003)

### **1.3 A América no Golfo**

Depois que o petróleo foi descoberto na área do Golfo Pérsico, as companhias petrolíferas americanas começaram a desembarcar na área como parte da estratégia dos EUA de dominar economicamente o Golfo Pérsico. (Klare, 2003)

Durante a presidência de Roosevelt, as autoridades dos EUA estavam convencidas de que, após a Segunda Guerra Mundial, o Ocidente dependeria em grande parte do petróleo do Golfo, por isso era necessário que os EUA se tornassem mais proeminentes, aumentando sua presença. (Klare, 2003)

Enquanto a Grã-Bretanha estava encarregada da estabilidade na área, a presença ianque era relativamente discreta, mas em 1968 os britânicos decidiram retirar suas forças, diante das quais era necessário preencher o vácuo de poder. A partir desse momento, a estratégia era usar o Irã e a Arábia Saudita, países amigos dos EUA, para manter a estabilidade na área. Como parte dessa estratégia, os EUA venderam para o Irã armas avançadas no valor de mais de 20 bilhões de dólares entre 1970 e 1978. (Klare, 2003)

#### **1.4 A Revolução Iraniana**

Em 1978, o Irã era o principal aliado regional dos Estados Unidos. Ele recebeu cerca de metade de todas as armas enviadas pelos americanos para o Oriente Médio, incluindo Israel.

No Irã, havia um líder político supremo chamado Xá que foi um forte aliado da América, conseguindo colocar o país como principal potência regional da época. Xá reivindicou sobre o direito de posse de algumas ilhas no Estreito de Ormuz e por fim conseguiu dominá-lo com a aprovação dos americanos com os quais tinha uma boa relação de amizade. Assim, a região do Golfo Pérsico, até 1978, foi considerada por muitos americanos, como uma área segura para os seus interesses por causa da aliança que haviam feito com o líder do Irã.<sup>2</sup> (Haikal, 1982)

Entretanto, o reinado de Xá, tornou –se progressivamente ditatorial e houve um enorme abismo entre ricos e pobres em seu país. As atitudes do líder político tornaram-se particularmente perigosas e a natureza despótica de seu regime resultaram em corrupção interna, reformas impopulares e a repressão da polícia política do Irã, conhecida como Savak. Grande parte desse preocupante cenário de instabilidade política e econômica que se instalava no país deu-se devido aos fortes laços que Xá estabelecia com o Ocidente. (Haikal, 1982)

---

<sup>2</sup> No ano de 1973, com a crise do Petróleo, o Irã não apoiou o embargo em relação ao petróleo contra os EUA, Europa, Japão e Israel, utilizando-se dessa situação para liderar o aumento do preço do mesmo e usar as receitas geradas para modernização do país e fortalecer-se no cenário internacional. (Haikal, 1982)

No final da década de 70, mais especificamente no ano de 1978, manifestações massivas protestando contra o governo de Xá vislumbravam uma reforma. Houve greves continuadas e muita agitação no país; os opositores pertencentes a diferentes facções ideológicas exigiam sua saída, que aconteceu em janeiro de 1979, com o início da Revolução Iraniana, considerada um dos maiores acontecimentos do séc. XX. (Haikal, 1982)

Após a fuga de Xá, outro líder islâmico, Aiatolá Ruhollah Khomeini, instalou-se como chefe máximo do país. Assim, o Irã se tornou uma teocracia e uma República Islâmica com leis conservadoras inspiradas no Islamismo e com o controle político nas mãos do clero. Os Governos iranianos pós-revolucionários, criticaram o Ocidente e os Estados Unidos da América, em particular, pelo apoio dado ao Xá. (Haikal, 1982)

#### **1.4.1 Mudança de política do Irã**

A revolução iraniana era antiocidental (fato que causou um quadro de instabilidade em toda a região) e rejeitou a influência política, econômica e cultural norte-americana sobre o Irã e de fato qualquer país muçulmano. Em 1979, em resposta aos EUA devido à concessão de asilo a Xá, ex-líder do Irã, estudantes irados invadiram a embaixada dos Estados Unidos tomaram como reféns cinquenta e dois funcionários americanos, por 444 dias. Depois desse incidente, o governo dos EUA e o Irã entraram em confronto, e as relações entre essas duas nações ficaram abaladas, quase em um estado de guerra fria. (Haikal, 1982)

#### **1.5 As Tensões no Estreito de Ormuz**

A Revolução Iraniana visava exportar para as nações adjacentes ao Golfo e para todo o mundo árabe. Entretanto, devido à própria sociedade iraniana ser muito diversificada, contendo várias etnias diferentes e muitas práticas religiosas distintas, a Revolução não pode exportar para outros países do Oriente Médio, especialmente para a Arábia Saudita e para os Emirados Árabes devido, sobretudo, à questão religiosa. Com isso, houve uma profunda divisão no Oriente Médio e uma crescente tensão sectária na região do estreito, que causou uma acirrada luta política e religiosa: de um lado, o ressentido Irã xiita e, de outro, os

Estados árabes sunitas, todos dispostos a conquistar a hegemonia regional do Estreito de Ormuz. (Haikal, 1982)

### **1.5.1 Saddam Hussein: a ascensão ao poder iraquiano (1979)**

Enquanto os olhos do mundo estavam sobre a Revolução Iraniana, havia um outro evento histórico acontecendo no país vizinho. No Iraque, Saddam Hussein um ex revolucionário, havia se tornado presidente. Líder do país por muitos anos, ele controlava o sistema de Segurança do Estado. A ascensão de Saddam ao poder supremo no Iraque teve grandes consequências geopolíticas cujas repercussões foram muito importantes para o Oriente Médio e para o mundo todo.

### **1.5.2 A Primeira Guerra do Golfo (1980-1988)**

A mais longa guerras do século 20, que eclodiram entre o Iraque e o Irã em setembro de 1980 e terminaram em agosto de 1988, deixaram mais de 1 milhão de mortos e prejudicaram gravemente as economias dos dois países.

A guerra estourou por várias razões, principalmente propaganda iraniana baseada na exportação da revolução e na intensificação da disputa entre Iraque e Irã pela demarcação da fronteira, especialmente na região de Shatt al-Arab com vista para o Golfo, além dos confrontos militares intermitentes entre os dois países. Retorna a disputa sobre o Shatt al-Arab a períodos antigos, ao longo do período otomano sob o contato aquecido entre o Império Otomano e do Irã em vários países que têm a linha, permaneceu sujeito ao Império Otomano nos termos da Convenção de Constantinopla (1913), que estipula que a soberania iraniana é limitada ao leste das áreas Shatt al-Arab e algumas ilhas Localizado no fundo da Mesopotâmia. E identificou o acordo de fronteira de 1937, em si Shatt al-Arab para baixo para Abadan, ea disputa de fronteira foi uma das razões que atrasaram o reconhecimento do Irã da independência dos anos Iraque, o Irã tem estado a olhar para o sul do Iraque Amer xiita majoritária santuários Kaamq espiritual e social muito difícil de desistir.

Em 6 de março de 1975, o Iraque e o Irã assinaram a Convenção de Argel e incluiu o abandono do apoio do Irã para os curdos no norte do Iraque em troca

do reconhecimento de Bagdá do Baltnasf Shatt al-Arab entre os dois países através da linha Altaluk re-sabido a um reinado anterior.

No entanto, a Convenção de Argel confirmou o conteúdo do Acordo de Constantinopla e fez dele uma base para futura demarcação da fronteira entre os dois países. Antes do acordo de Argel, o Irã aproveitou a oportunidade para evacuar as ilhas Maior e Menor da Grã-Bretanha e Abu Musa e as apreendeu apesar das exigências dos Emirados Árabes Unidos.

As guerras mais longas do século 20, que eclodiram entre o Iraque e o Irã em setembro de 1980 e terminaram em agosto de 1988, deixaram mais de 1 milhão de mortos e prejudicaram gravemente as economias dos dois países.

A guerra irrompeu por várias razões, principalmente a propaganda iraniana baseada na exportação da revolução e a intensificação da disputa entre o Iraque eo Irã sobre a demarcação, especialmente na área de al-Arab o Shatt com vista fronteira rica em petróleo do Golfo da Arábia, além de confrontos militares esporádicas entre os dois países. (BBC Brasil, n.d.)

### **1.5.3 Os ataques contra o transporte internacional**

O Iraque começou a atacar navios petroleiros iranianos. O Irã respondeu atacando navios do Kuwait e da Arábia Saudita e assinou um acordo entre o Iraque, Kuwait e Arábia Saudita, segundo o qual os dois países se comprometeram a vender 310 mil barris de petróleo por dia para financiar a guerra no Iraque e este acordo foi renovado em 1987. (Nasser, 2013)

As potências ocidentais estavam muito preocupadas com os ataques à navegação internacional que aconteciam na região do estreito que, em sua maioria eram realizados por forças iraquianas. Foi então que essas potências, lideradas pelos Estados Unidos, foram incentivadas a intervir pelas monarquias árabes do Golfo e, especialmente, pelo Kuwait.

Assim, decidiram que iriam escoltar o transporte neutro para os portos do Golfo com o intuito de evitar futuros ataques das forças iraquianas e iranianas. A União Soviética também se ofereceu para ajudar a proteger os navios petroleiros, em particular.

Em novembro de 1987, o Irã disparou um míssil contra uma transportadora do Kuwait carregando a bandeira americana, os Estados Unidos responderam atacando uma plataforma de petróleo iraniana.



*Figura 1.* Guerra dos Tanques. De “Incidente de Bridgeton”, 2013, por Revolvly website: <https://www.revolvly.com/page/Bridgeton-incident>

Em 1988, houve um confronto sangrento entre as forças navais iranianas e americanas no Estreito de Ormuz. O Irã começou a colocar minas, na área de tráfego do estreito e isto passou a ser uma ameaça direta para a navegação internacional e, conseqüentemente, para a oferta mundial de petróleo. Em uma ocasião, uma mina atingiu uma fragata da marinha dos EUA e houve uma batalha de um dia. Nas semanas seguintes, o Estreito de Ormuz passou a representar uma fonte de tensões entre o Irã e os Estados Unidos.

O Irã temia que os americanos pudessem, no mínimo, assediar o transporte no Estreito e, na pior das hipóteses, bloquear a passagem do transporte marítimo internacional na região, garantindo a livre passagem apenas para os navios dos EUA.

Todo esse cenário de tensão instaurada na região do Estreito de Ormuz resultou no aumento do preço do petróleo. Em setembro de 1988, a embarcação

USS Vincennes, da marinha dos Estados Unidos, abateu um avião civil iraniano que passava pelo estreito fazendo com que a situação no Estreito de Ormuz se tornasse ainda mais crítica. Logo depois, houve uma ofensiva iraquiana bem-sucedida contra o Irã, no outono de 1988, o que forçou o Irã a buscar uma solução negociada. Foi aí que as tensões no estreito se aliviaram e pôs-se fim à Primeira Guerra do Golfo. (Nasser, 2013)

#### **1.5.4 Estreito de Ormuz: mais vital do que nunca**

No final da guerra Irã-Iraque, este último tinha uma dívida de 40 bilhões de dólares, contraída durante o conflito, especialmente com o Kuwait, e solicitou que parte dessa dívida fosse perdoada, mas não teve sucesso.

Por outro lado, o Iraque acusou o Kuwait de ter roubado petróleo de seu sítio Rumayla, localizado em ambos os territórios.

Além disso, a OPEP concordou em manter o preço da commodity em US\$ 18 por barril e, no entanto, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait estavam produzindo acima do que foi acordado.

O resultado do excesso de produção foi uma redução no preço do barril para US\$ 10, o que representou uma perda significativa para o Iraque, que dependia do valor do combustível para pagar sua dívida externa. Portanto, o Iraque foi afetado pela superprodução do Kuwait e outros países do Golfo. (Al Jazeera, 2016)

Clark (como citado em Ahmed, 2015) abordou a natureza das condições geopolíticas na região, a evolução do interesse dos EUA e a natureza e a extensão das ameaças a esses interesses. Relembrou a declaração do presidente Carter, emitida em janeiro de 1980: a declaração descreveu o Golfo como um interesse vital para os Estados Unidos e advertiu que qualquer ataque à região seria repellido através do uso de todos os meios necessários, incluindo armas.

Por outro lado, o autor afirma que o início do planejamento dos Estados Unidos para uma ação militar no Oriente Médio, remonta ao início dos anos setenta, quando Washington começou a responder à tendência à independência

dos países produtores de petróleo e o crescente sentimento nacionalista neles. (Clark como citado em Ahmed, 2015)

Em 1968, o partido Baath chegou ao poder no Iraque e, em 1972, tornou-se alvo de operações secretas da inteligência americana, depois que o Baath nacionalizou a *Iraq Petroleum Company* (IPC), sob o lema “petróleo árabe para árabes”.

Em consequência disso, Washington começou a encorajar os líderes curdos no norte do Iraque a se rebelarem contra o governo baathista e prometeram aos curdos que os Estados Unidos os apoiariam até o fim. Na verdade, os Estados Unidos não queriam que os curdos ganhassem, apenas esperavam que os curdos manter um nível de ação militar suficiente para absorver as fortunas do Iraque.

Clark (como citado em Ahmed, 2015) leciona que o plano dos Estados Unidos para uma ação militar no Oriente Médio remonta ao início dos anos setenta, já que os países produtores de petróleo, seguindo o exemplo do Iraque, um após o outro, também nacionalizaram os recursos petrolíferos localizados dentro de suas fronteiras, o que levou o Pentágono a realizar exercícios militares anuais no Deserto de Mojave, onde os militares dos EUA eles enfrentaram soldados vestidos com uniformes militares iraquianos, enquanto estrategistas dos EUA discutiram abertamente as perspectivas de uma guerra de invasão no Iraque para recuperar o controle dos campos de petróleo.

Os chefes militares dos americanos tinha um plano para uma rápida distribuição das forças dos EUA no Golfo Pérsico, as estratégias de intervenção dos EUA e planos de missão (plano de guerra 1002), que foram desenvolvidos no início da era Reagan, em aplicação do princípio da “proposta de Carter para enfrentar qualquer desafio que os EUA tivessem para obter petróleo árabe” (Clark como citado em Ahmed, 2015, para. 8).

Embora a América tenha instalações militares na Arábia Saudita desde o final dos anos 1970, Carter pressionou pela aquisição de novas bases militares na região. (Klare, 2003)

Essas novas instalações eram mais sofisticadas e forneceriam apoio substancial para um ataque ao Iraque.

O colapso da antiga União Soviética deu aos Estados Unidos a liberdade de avançar com os seus planos detalhados e abrangentes para a guerra no Iraque, onde a União Soviética não era um impedimento para a intervenção dos EUA no Iraque e no Golfo Pérsico. Após o fim da guerra Irã-Iraque, em 1988, os planos de contingência na Guerra do Golfo, o Iraque foi considerado o inimigo e não a União Soviética

Em 1989, o Plano de Guerra 1002 do Comando Central foi revisado, e foi chamado de “Plano de Guerra 1002-90” e a figura final do plano de guerra foi, naturalmente, em 1990. Em 1990, foram realizados quatro exercícios de guerra contra o Iraque, alguns dos quais assumiram uma invasão iraquiana do Kuwait, antes da invasão ocorrer na realidade. Schwarzkopf supervisionou os exercícios, nos quais milhares de soldados dos EUA participaram contra as divisões blindadas imaginárias representando a armadura da Guarda Republicana do Iraque. Em maio de 1990, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais concluiu um estudo iniciado dois anos antes, em 1990, prevendo o resultado da guerra entre os Estados Unidos e o Iraque.

O governo dos EUA alegou que o Iraque causou a Segunda Guerra do Golfo ao invadir o Kuwait. O governo Bush tentou mostrar que os Estados Unidos estavam respondendo apenas às ações de Saddam Hussein que, como disseram os americanos, invadiram seu pequeno vizinho sem provocação ou aviso.

Segundo Clark (como citado em Ahmed, 2015), o governo dos EUA usou a família reinante no Kuwait para provocar o Iraque e fazê-lo invadir o Kuwait e portanto, ter a desculpa perfeita para intervir e atingir o objetivo final dos EUA de dominar o Golfo Pérsico. A segunda Guerra do Golfo não foi lançada para restaurar a soberania do Kuwait, como o presidente Bush afirma, mas para estabelecer uma autoridade dos EUA sobre a região e seu petróleo. É o governo dos EUA, e não o Iraque, que terá a responsabilidade primária pela eclosão da guerra que foi planejada na América muito antes de o primeiro soldado iraquiano entrar no Kuwait.

O Pentágono admitiu, conforme Clark (como citado em Ahmed, 2015), que o seu “objetivo geral no Oriente Médio e no Sudoeste da Ásia é permanecer como uma potência externa para controlar a região e manter rotas de petróleo para os Estados Unidos e o Ocidente” (para. 22). Como demonstrado pela invasão do Kuwait pelo Iraque, ainda é importante que os EUA evitem qualquer dominação ou forte associação para o controle da região. O Pentágono considerou a invasão do Kuwait uma ameaça às linhas ocidentais de petróleo e não tanto uma violação da soberania do Kuwait.

EUA usou Kuwait após a guerra do Iraque - Irã para lançar uma campanha descrita como uma guerra econômica contra o Iraque: Kuwait decidiu aumentar a produção de petróleo dramaticamente em 9 de agosto de 1988, um dia depois que o Irã concordou um cessar-fogo com Iraque. Este aumento da produção, violou acordos da OPEP e causou uma queda significativa dos preços do petróleo que caiu de US\$ 21 por barril para US\$ 11, o que custou Iraque uma perda de 14.000 milhões de dólares por ano.

Foi apenas uma coincidência que os governantes do Kuwait de repente adotaram uma atitude hostil em relação ao seu maior vizinho, ao mesmo tempo em que os planos do Pentágono fizeram do Iraque um alvo? Poucos kuwaitianos acreditam que foi uma coincidência. Em 1990, a economia iraquiana estava no pior, ainda pior do que no final da guerra com o Irã, e em uma reunião da OPEP, em março de 1990, novas cotas de produção foram estabelecidas, mas o Kuwait e os Emirados recusaram-se a limitar a produção.

Embora o Iraque tentou resolver essas diferenças por meio de canais diplomáticos, a família dominante do Kuwait tinha uma posição rígida. Assim, ficou claro para o Iraque que era uma guerra econômica contra ele e percebeu que a única solução era invadir o Kuwait.

Então ele começou a reunir tropas na fronteira com o Kuwait, preparando a invasão. Apesar das forças iraquianas se encontrarem em suas fronteiras, os kuwaitianos não se preocupavam e tinham uma atitude arrogante. Quando pediram ao xeque Sabah que levasse as ações iraquianas mais a sério, ele

respondeu a um dos partidos árabes: “Não responderemos ao Iraque, se você não gostar deles, deixe-os ocupar nossa terra” (Clark, 2002, para. 22).

A invasão ocorreu em 2 de agosto de 1990 e, em 8 de agosto, o presidente Bush emitiu uma declaração afirmando que “o Iraque invadiu o Kuwait sem aviso prévio”. Tal afirmação caminha em sentido contrário ao que foi exposto acima.

John Kelly, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Oriente Médio e do Sul da Ásia, declarou em um comunicado ao Congresso em 31 de julho de 1990 que os Estados Unidos eram neutros em conflitos árabes-árabes, enquanto um memorando foi encontrado revelando a obstrução do conflito. Estados Unidos para soluções diplomáticas nas disputas iraquiano-kuwaitianas. Em 2 de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, acreditando que havia garantias de que os EUA não interviriam. (Clark como citado em Ahmed, 2015)

Imediatamente, os Estados Unidos entraram na frente militar e a primeira coisa que fizeram foi convencer a Arábia Saudita a permitir a entrada de tropas em seu território. O governo dos EUA declarou que Saddam Hussein estava mobilizando milhares de soldados na fronteira da Arábia Saudita e que a Arábia Saudita havia solicitado uma “presença militar” dos Estados Unidos. No entanto, na realidade, inicialmente a Arábia Saudita se opôs à entrada de tropas dos EUA e só aceitou após intensa pressão dos EUA.

Em 4 de setembro 1990, 100 mil soldados chegaram ao Golfo e o número dobrou em meados de outubro. Como não houve progresso significativo na crise, os Estados Unidos aumentaram o número de tropas para 400.000 em 30 de outubro. A escalada militar continuou a crescer, chegando a 540 mil soldados dos EUA em meados de janeiro de 1991, apoiada por companhias aéreas e terrestres da Arábia Saudita, França, Kuwait, Egito e outros países. (Clark como citado em Ahmed, 2015)

Com a invasão iraquiana do Kuwait, o Estreito de Ormuz se tornou o centro do cenário mundial, pois houve uma mudança dramática no mercado mundial de petróleo. Durante boa parte da década de 1980, o preço do petróleo havia declinado e, como resultado, houve um grande salto nas economias ocidentais. No entanto, a invasão do Kuwait mudou essa situação, aumentando o preço do

petróleo no mercado internacional. Assim, o “choque do petróleo” de 1990 foi uma das três maiores crises petrolíferas no final do século XX, juntamente com os choques petrolíferos de 1973 e 1979. O preço do petróleo subiu para níveis exorbitantes. Isto deveu-se ao facto de o mundo ter efetivamente perdido dois dos maiores exportadores de petróleo do mundo, uma vez que as Nações Unidas puseram um embargo de petróleo ao Iraque e ao Kuwait, proibindo a exportação de petróleo desses países.

Por causa do choque do petróleo em 1990, o Estreito de Ormuz foi novamente considerado uma área de fundamental importância para o mundo. Era necessário que o Estreito fosse aberto para garantir que as exportações de petróleo de outras partes do Golfo, especialmente a partir dos campos de petróleo cruciais do leste da Arábia Saudita. Então, os americanos receberam promessas da Arábia Saudita e de outros países que iriam aumentar a produção de petróleo em uma tentativa de proteger a economia ocidental contra os efeitos adversos da crise. Esta iniciativa justificou-se como forma de compensar o prejuízo de óleo perdido na ocasião da invasão do Kuwait e do embargo das Nações Unidas sobre o petróleo do Iraque. (Nasser, 2013)

O Estreito de Ormuz era vital para assegurar a passagem de petróleo até o oeste, não só para manter o abastecimento, mas também para garantir um preço baixo ou a um nível razoável; portanto, era imprescindível que os fornecimentos de petróleo que fluíam através do Estreito continuassem. O choque do petróleo não representou somente, uma redução na quantidade de óleo no mercado, mas também teve um grande efeito no preço do petróleo.

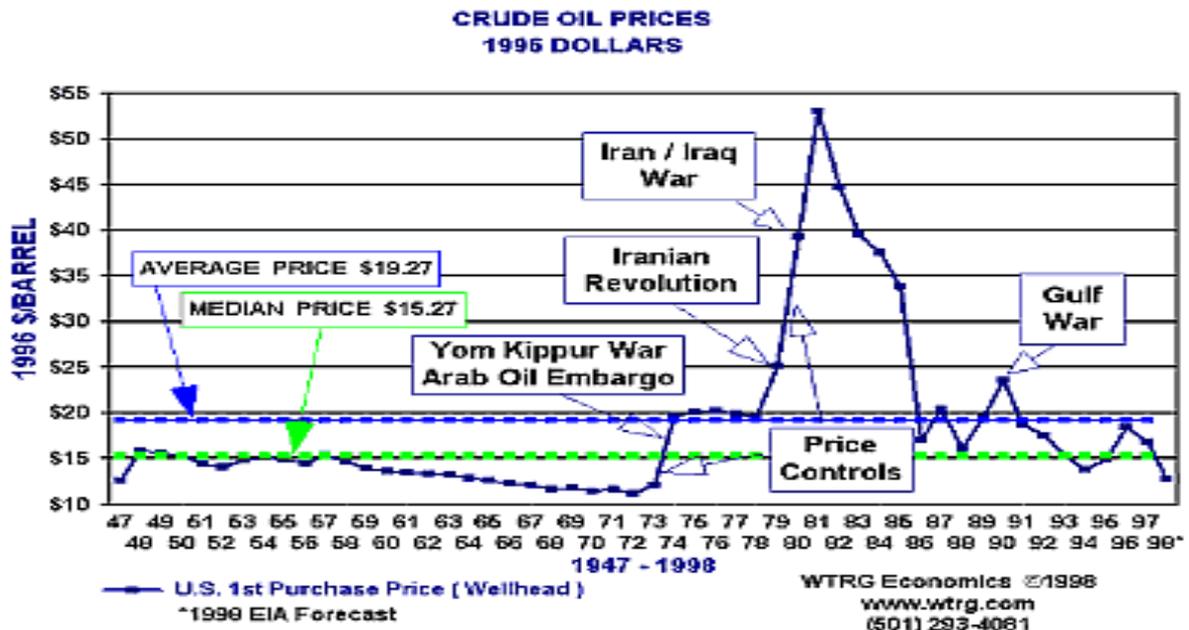


Gráfico I. O Choque dos Preços do Petróleo. De “Preços do petróleo bruto – Notícias e imagens, por The Cheese Reporter, 2011, Recuperado de The Cheese Reporter website: <http://thecheesereporter.blogspot.com/2011/05/crude-oil-prices-news-and-pictures.html>

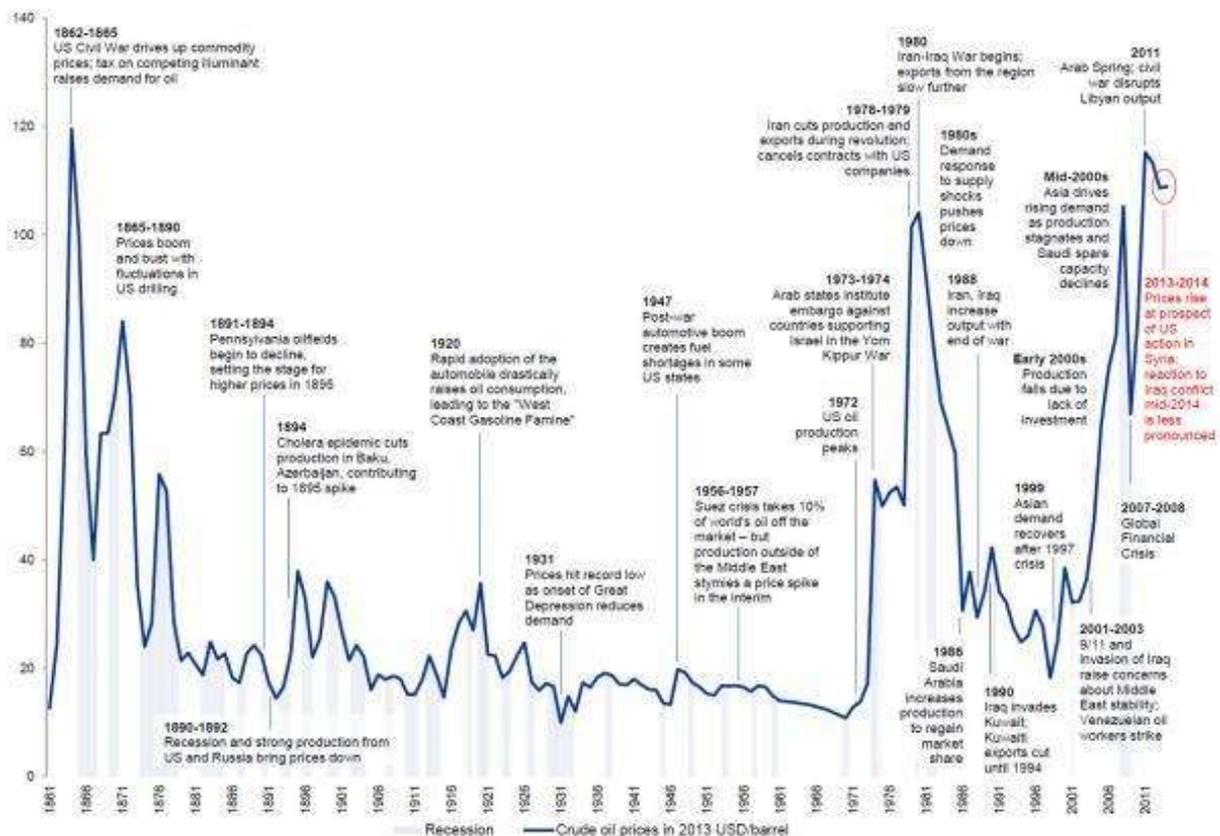


Gráfico II. Oscilação do Preço do Petróleo no Mundo (1861-2011). De “Uma história anotada dos choques mundiais de preço do petróleo”, por T. Durden, 2014, Recuperado 16 de maio de 2019, de Zero Hedge website: <https://www.zerohedge.com/news/2014-07-23/annotated-history-world-oil-price-shocks>

O Estreito de Ormuz era vital em relação ao suprimento da coalizão internacional, então era necessário que estivesse aberto para garantir a livre circulação de navios trazendo tropas e suprimentos de outros lugares para as Bases Internacionais na Arábia Saudita. A presença dos porta-aviões dos EUA foi especialmente importante para a guerra de coalizão, enquanto a Marinha dos EUA também foi recrutada pela coalizão para lançar mísseis de cruzeiro contra as forças iraquianas no Kuwait e no Iraque. O Estreito de Hormuz tornou-se então uma área vital do mais alto vale militar. (Nasser, 2013)

Finalmente, a coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos invadiu o Kuwait e o Iraque. As forças iraquianas, bombardeadas durante semanas, rapidamente desmoronaram sob o peso irresistível, particularmente, das forças dos EUA. (Clark como citado em Ahmed, 2015)

#### **1.5.5 O resultado da Guerra do Golfo**

Os americanos foram os verdadeiros vencedores da guerra no Golfo Pérsico. Seus aliados na área estavam cientes disso e reconheceram como dependiam do apoio dos EUA para a manutenção de seus regimes. Após o fim da guerra, os países aliados estavam muito ansiosos para ajudar seu protetor. O comércio de petróleo começou a fluir novamente, no final de 1991, seu preço começou a cair e isso se estendeu por muitos anos. Com a derrota de Saddam Hussein, a América se tornou a principal força nos bastidores. Sua influência sobre o Golfo Pérsico, incluindo a Arábia Saudita, poderia ser chamada de relação neocolonial e pode ser comparada ao poder que os britânicos exerciam sobre os governantes árabes no Golfo durante os séculos XIX e XX, quando, por meio de tratados, eles dominaram a região. (Mohammed, 2016)

#### **1.6 A Atitude do Irã - O Que Fazer?**

Esta foi a grande questão que preocupou muitos diplomatas e estrategistas ocidentais e árabes do Golfo no rescaldo da invasão iraquiana do Kuwait.

O Irã, como vimos, tinha ambições estratégicas reais na área antes mesmo da Revolução Iraniana. Os revolucionários iranianos tinham a esperança de exportar sua revolução em todo o Golfo. Havia a possibilidade de que o Irã iria tirar proveito da situação, a fim de promover os seus próprios interesses estratégicos

durante o confronto internacional com o Iraque. Além disso, os países do Golfo Árabe temiam que os iranianos se vingassem deles pelo apoio que deram a Saddam durante a guerra Irã-Iraque.

Nesse sentido, se o Irã decidisse pela vingança, para tirar proveito da situação, certamente escolheria como alvo mais provável o Estreito de Ormuz, assediando o transporte da região e repetindo a política hostil com a qual se comprometeu, em 1987, contra embarcações navais ocidentais e especialmente americanas no Estreito. (Nasser, 2013)

As circunstâncias em que a região estava vivendo quando o Irã foi chamado de "polícia do Golfo". Isso foi quase meio século atrás ou um pouco menos. O Irã estava na máxima de sua força com seu rei jovem, Mohammad Reza Pahlavi, e então o Irã estava colocando a pedra angular de seu programa nuclear, e nesse período comemorou 2.500 anos de fundação do Império Persa, apesar do fato de que era tão longe da história real. Naquela cerimônia, que foi realizada ao lado do que é conhecido como tumba do rei Qurash (rei dos persian quatro mil anos antes), os sermões do Xá foram planejados, assim como os atuais líderes do Irã, para estender sua influência sobre a região e no Golfo Árabe em dois bancos seu leste e oeste. Além disso, o Shah estava tentando difícil construir uma ilha turística que seria um "beijo" para os turistas Árabes, especialmente o povo do Golfo, ao invés de Paris, Londres, Genebra e outros. O Shah declarou abertamente que ele estava buscando atrair dinheiro árabe que foi gasto em turismo e iniciou seu projeto de Kish Island no Golfo Pérsico. (Al-Salami, 2013)

Foi o primeiro que capturou o interesse de Shah na região do Golfo. Havia várias maneiras de afirmar o controle sobre o Golfo.

Ele incentivou a emigração para os Estados do Golfo, que estavam sofrendo de uma escassez de mão de obra. Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Bahrein e assim ele participou de uma maneira sutil mudando as raças.

O governo de Nixon, por outro lado, estava consciente de que tinha áreas sensíveis no mundo com interesses vitais. os arranjos especiais devem ser feitos de forma definitiva e necessária e isso é chamado de princípio de Nixon, que defende a necessidade de proteger essas áreas por meio de uma polícia local ou

de um grupo que realiza uma missão policial na área batizada de Os americanos estão fornecendo com armas, mas sem qualquer intervenção direta, ficou claro que o Irã foi o primeiro candidato para esta tarefa, e muitas empresas que vendem aeronaves e equipamentos militares para o Shah tiveram o prazer de pagar a um preço generoso.

Então Nixon e Kissinger visitaram Teerão em 1972, e eles se encontraram falando da mesma maneira. O Shah explicou dois assuntos importantes: primeiro, a União Soviética quer chegar às águas quentes; em segundo lugar, o Irã não é um país árabe e não faz parte do conflito israelo-árabe, mas é um país islâmico e pode desempenhar um papel de liderança para os países islâmicos.

O Shah afirmou que ele poderia desempenhar o papel de um policial na área, desde que ele era um partido não-afiliado. E, de fato, o Shah provou que ele é um policial na área. Ele substituiu a Grã-Bretanha em 1 de novembro de 1971, um dia antes das garantias britânicas terminadas, o Shah ocupou as três ilhas Emirati (Abu Musa e a ilha de Tamb) ao estreito de Hormuz.

Ele enviou forças militares para Amã para subsistirem uma revolução comunista e financiou os curdos no norte do Iraque, a fim de torná-los um centro de preocupação para o governo iraquiano. (Haikal, 1982)

O reinado de Shah caiu em 1979 e foi substituído por um julgamento religioso (Khomeini).

Em um dos momentos de entusiasmo, Khomeini disse, “ele pode transformar o Golfo em uma bola de fogo, se alguém se atreve a prejudicar-nos.” O Golfo é uma região importante que produz metade do petróleo do mundo, e ao mesmo tempo importa metade das armas exportadas pelos países industrializados. (Haikal, 1982, p. 252)

O novo regime do Irã transformou-o em um inimigo dos Estados Unidos depois que o Xá era um aliado importante.

Em 1982, a chamada guerra petroleira começou como o Iraque procurou atacar os petroleiros iranianos para forçar o Irã a cessar o fogo ou a paz, levando o Irã a responder a atacar seus navios.

Aviões iraquianos realizaram ataques aéreos na ilha iraniana de Kharg, em 27 de fevereiro de 1984, dos quais cerca de 1,6 milhões barris de petróleo são exportados diariamente, e os aviões do Iraque atingiram sete navios perto de Kharg e em uma reação iraniana, o Irã atacou um petroleiro Saudita, em 7 de maio de 1984, e um petroleiro Kuwait perto do Bahrein, em 16 de maio de 1984.

As bandeiras dos E.U. foram levantadas em navios de Kuwait para fornecer a proteção. Mas esta medida não impediu os iranianos de atacar os navios, o que levou a Marinha dos EUA para atacar os navios do Irã, um dos mais populares desses ataques foi o ataque em 18 de abril de 1988, em que dois navios de guerra iraniano foram destruídos.

Em 3 de julho de 1988, a Marinha dos EUA derrubou um avião iraniano, um Airbus 300 pertencente à companhia aérea do Irã, sobre o estreito de Hormuz no Golfo Pérsico em uma viagem do Aeroporto Internacional de Bandar Abbas para o Aeroporto Internacional de Dubai, matando todos os 290 passageiros e tripulantes a bordo. (Nasser, 2013)

No entanto, aconteceu que o Irã não se posicionou de acordo com seus inimigos temidos. Sua posição política pacífica em relação ao Estreito de Hormuz era basicamente a de aceitar a presença de forças americanas e outras forças ocidentais. A razão para o não-confronto foi o fato de que o Irã se desgastou economicamente após oito anos de sangrenta guerra com seus vizinhos. Esta foi uma mudança dramática em sua política que, durante três anos (1988-1990), estava em confronto com as forças dos EUA no Estreito. O Irã adotou uma política pragmática em relação ao Estreito de Ormuz. Para entender melhor essa situação, precisamos entender a política iraniana durante a Primeira Guerra do Golfo.

Como vimos, a presença militar no Estreito de Ormuz era grande demais para os iranianos ameaçarem as forças ocidentais, pois certamente seriam perseguidos pelos americanos e teriam sofrido fortemente em qualquer tentativa de bloqueio do Estreito. Além disso, havia a questão do petróleo. A fim de ajudar a sua economia a se recuperar, a República Islâmica do Irã precisava aumentar a exportação do seu principal produto que foi e continua a ser o petróleo.

O choque do petróleo, em 1990, foi um verdadeiro presente para o governo iraniano que aumentou consideravelmente suas receitas e lhe permitiu aumentar os gastos do governo, advindos após a guerra Irã-Iraque, com vistas à reconstrução do país.

Os iranianos não fariam nada que pudesse beneficiar de alguma maneira o regime do ditador Saddam Hussein a quem eles odiavam mais do que aos governantes árabes do Golfo. A invasão do Kuwait fez com que seus dois inimigos estivessem em rivalidade e isso deu à República Islâmica a chance de se recuperar após a guerra Irã-Iraque, que foi tão custosa em vidas humanas quanto em dinheiro. Foi então que o Irã decidiu adotar uma abordagem não-intervencionista no Estreito de Ormuz, uma vez que seu propósito era aliar-se às forças ocidentais para destruir o regime de Saddam no Iraque. A maioria da população do Iraque é xiita e muitos no Irã esperava que Saddam saísse do poder e que um governo xiita amigável se estabelecesse no Iraque. Caso isso acontecesse, o Irã aumentaria seu poder político estratégico em toda a região do Golfo Pérsico. (Jassim, 2014)

### **1.7 A Posição do Iraque 1991-2003**

Os norte-americanos esperavam conter Saddam e, para pressionarem os iraquianos a jogá-lo fora do poder, contou com o apoio das Nações Unidas que implementaram duas Resoluções políticas, a Resolução 661, e a Resolução 687, que visavam garantir a proteção ao Estreito de Ormuz ao longo da década de 1990. Assim, mediante a expiração do ultimato aplicado pela sanção, as forças armadas de uma grande coalizão liderada pelos norte-americanos ataram o Iraque nas noites de 16 e 17 de janeiro de 1991.

A Resolução 678 impôs diversas obrigações ao Iraque relativas a litígios territoriais, a armas de destruição em massa e, sem dúvida, ao mais importante comércio, o do petróleo, com o resto do mundo.<sup>3</sup> O Iraque então passou a ter sua

---

<sup>3</sup> Na Resolução 678, de 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança autorizou aos “Estado-membros que cooperavam com o governo [em exílio] do Kuwait - e não tendo o Iraque cumprido inteiramente com as resoluções anteriores do Conselho até 15 de janeiro de 1991— “utilizar todos os meios necessários para cumprir e implementar a Resolução 660 (1990) e todas as resoluções subsequentes, restaurando a paz internacional e a segurança no local” (Dinstein, 2004, p. 372).

capacidade de exportação limitada, pois ele só poderia exportar petróleo, medicamentos e alimentos. As sanções impostas geraram grandes dificuldades para o povo iraquiano. A Força Multinacional, organizada e liderada pelos Estados Unidos, interceptou as transações no comércio do Iraque, pois a ela foi dado o direito de inspecionar, deter e até mesmo apreender carga suspeita de contrabando em navios que dirigem-se para as terras iraquianas. (“Iraq disarmament crisis,” 2011)

Mesmo após o fim da Guerra do Golfo, o Estreito de Ormuz ainda era considerado muito importante devido à interceptação da Força Multinacional, formada por navios de várias nacionalidades. Esta força tinha o direito legal de parar e revistar navios de qualquer lugar do Golfo Pérsico, inclusive no Estreito de Ormuz, cujo lugar era ideal para realizar esse tipo de atuação, devido ao estreitamento da área, que facilitava a fiscalização regularmente; assim, era fácil detectar qualquer embarcação que tentasse infringir as sanções, o que garantia a eficácia da Intercepção da Força Multinacional naquela região. (“Texto do relatório de Hans Blix ao Conselho de Segurança da ONU,” n.d.)

### **1.8 Exclusão das Zonas e Ataques Aéreos Americanos**

Em uma tentativa de conter Saddam Hussein e para tentar garantir que ele fosse deposto do poder, a ONU deu aos Estados Unidos e a outras nações o poder de impor uma zona de exclusão aérea no sul e no norte do Iraque.



Mapa II. Zonas de Exclusão Aérea do Iraque (1991-2003). De “Zonas de exclusão aérea no Iraque”, por Wikipedia, [n.d.], Recuperado 24 de fevereiro de 2018, de Wikipedia website: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas\\_de\\_exclusão\\_aérea\\_no\\_Iraque](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_de_exclusão_aérea_no_Iraque)

Assim, com a facilidade do transporte das tropas que passavam livremente pelo Estreito de Ormuz, a força aérea dos americanos passou a patrulhar o espaço aéreo iraquiano.

Em 1998, a Operação Raposa do Deserto,<sup>4</sup> liderada por britânicos e americanos, atacou posições iraquianas que se recusavam a respeitar as sanções da ONU e tentavam intimidar sua atuação no processo de busca de armas de destruição em massa. (“Zonas de exclusão aérea no Iraque,” n.d.)

### **1.9 A Política Iraniana para os Estreito de Ormuz 1991-2003**

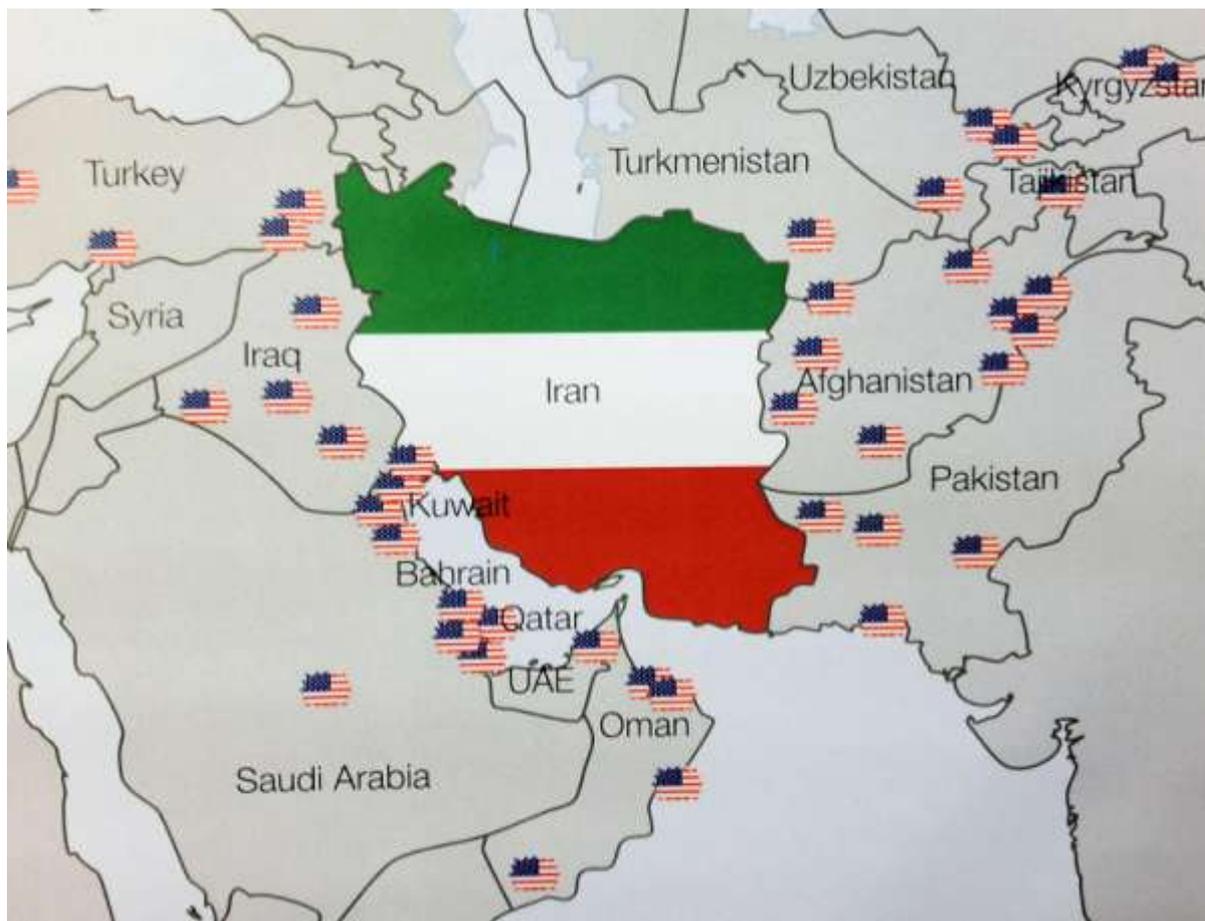
A presença dos Estados Unidos na região do Golfo Pérsico nunca foi tão grande como nessa época. Havia forças norte-americanas instaladas no Kuwait, Bahrain, Qatar e Arábia Saudita; essas forças nunca teriam recebido permissão para permanecer nesses países antes da invasão do Kuwait. A Marinha americana tinha livre acesso de tráfegar pela região do Golfo Pérsico e fazer cumprir as sanções impostas ao Iraque pelas Nações Unidas.

A força de Intercepção Multinacional, que estava tecnicamente sob o direito internacional, permitiu que as potências navais ocidentais viajassem livremente através do Estreito. O Irã, que já não exercia o domínio sobre as águas e em torno do Estreito de Ormuz assumiu uma posição de tolerância, pois os Estados Unidos, no período de 1991 a 2001, era demasiadamente poderoso. Ainda isolados na região e do mundo, os iranianos tiveram que tolerar a presença americana no Estreito, que pode ser caracterizada como parte de um acordo político mais amplo que era conter a República Iraniana.

Nos primeiros anos, os revolucionários iranianos tinham a esperança de exportar sua Revolução através do Estreito de Ormuz, porém isso não seria possível com a presença da Sexta Frota Americana no Estreito que impediu qualquer ataque ou mesmo ameaças de fechar o Estreito para a navegação internacional.

---

<sup>4</sup> A Operação Raposa do Deserto inspecionava navios de guerra e aviões que passavam através do Estreito de Ormuz oriundos de vários países. Mais tarde, ela foi direcionada a atacar especialmente as posições iraquianas. (Agências Internacionais, 1998)



Mapa III. Bases dos EUA ao Redor do Irã. De “Mapa das bases dos EUA em torno do Irã”, por CobHill, [n.d.], Recuperado 26 de maio de 2019, de CobHill website: <https://cobhill.co/map-of-us-bases-around-iran.html>

O mapa acima mostra a extensão do controle americano sobre o Golfo, incluindo suas rotas de navegação e do espaço aéreo (as bases americanas são indicadas no mapa por estrelas). A chave para a dominação norte-americana do Golfo é, talvez, a sua enorme base naval no Bahrein que evoluiu a partir de uma pequena base retomada dos britânicos em 1971, até agora. Desde 1991, esta pequena base tem se desenvolvido bastante e Bahrein é uma das bases navais norte-americanos mais importantes.

Como podemos ver, a rede de bases americanas teve autoridade indiscutível sobre o Golfo Pérsico e sobre o Estreito de Ormuz; assim, é fácil entender a tolerância iraniano em vista da crescente influência norte-americana. (Abady, 2012)

## 1.10 A Segunda Guerra do Golfo

Depois dos ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, a América prometeu que nunca mais iria sofrer um ataque terrorista similar, eles então decidiram que seria prudente intensificar a campanha de prevenção contra o terrorismo, sobretudo contra seu velho inimigo, o Iraque. Como parte dessa campanha, os EUA acusaram Saddam de se aliar a terroristas internacionais e também possuir armas de destruição em massa.

Após a Primeira Guerra do Golfo, um sistema de inspetores foi criado para garantir que Saddam abandonasse suas armas de destruição, como o gás, armas biológicas e materiais nucleares. Muitos na América e em outros lugares não acreditavam que as armas de destruição em massa do Iraque não representavam mais um perigo. Foi então que os americanos, sob a Presidência de George Bush, decidiram atacar o Iraque, a fim de se certificarem de que eles não eram mais uma ameaça para os Estados Unidos ou para a Paz Mundial.

O Estreito de Ormuz se tornou muito importante para a Força de Coalizão liderada pelos americanos. Através dele, passaram muitos navios de guerra e de transporte de materiais e armas para o exército montado no Kuwait.

George Bush e seu principal aliado Tony Blair começaram a planejar a invasão do Iraque, porém a opinião pública mundial e muitos países se opuseram à possibilidade de qualquer invasão. Bush afirmou publicamente que todo ataque ao Iraque teria o propósito de desarmar seu presidente e forçá-lo a sair do poder. O objetivo da guerra era para remover a ameaça iraquiana reconhecida pelo mundo. A tabela a seguir apresenta as quatro nações que comprometeram suas forças para a invasão do Iraque.

Havia grande ansiedade entre os iranianos que até então simplesmente assistiam aos navios e aeronaves passaram pelo Estreito de Ormuz. No dia 29 de Janeiro de 2002, o presidente Bush fez um discurso histórico para toda a população mundial, ao afirmar que os Estados Unidos não tolerariam todos aqueles que representassem uma ameaça para a América e que incentivavam o terrorismo para adquirir armas de destruição em massa.

Bush falou de um *Eixo de Mal*, formado por três países que foram associados ao terrorismo e ao desenvolvimento de armas de destruição, a Coreia do Norte, a Síria e o Irã. Especialmente ao que se refere ao Irã, Bush acusou-o de criar armas de destruição em massa e de “exportar o terrorismo”. Bush também advertiu o Eixo de Mal e seus aliados terroristas que “a América iria fazer o que for preciso para proteger sua segurança”. Muitos pesquisadores acreditavam que Bush estava ameaçando a guerrear contra esses países e, em seguida, invadir o Irã e mudar o regime em Teerã. (Clark, 2002, para. 16)

Enquanto Bush fazia essas declarações, Clark (2002) fez um forte apelo contra a nova guerra contra o Iraque e pediu à ONU que não permitisse tal guerra. Disse com força que: “se ONU tolera George Bush puder atacar o Iraque com ou sem a aprovação da ONU, ele se tornará o inimigo público número um e a ONU será, pior do que inútil, cúmplice das guerras cuja prevenção foi criada” (para. 18).

A seguir, fragmentos da carta de Clark (2002):

A ONU e os EUA devem buscar a paz, não a guerra. Um ataque ao Iraque pode abrir uma caixa de Pandora que condenará o mundo a décadas de violência prolongada. . . . Os EUA no Iraque são a grande e única ameaça à independência e propósitos da ONU. . . . Todos os dias aparecer novas ameaças e mais propaganda para superar a resistência à precipitação de Bush para ir à guerra. . . . George Bush está liderando os EUA e liderando a ONU e todas as nações rumo a um mundo sem lei de guerras sem fim. . . . A afirmação do presidente Bush de que o Iraque é uma ameaça que justifica a guerra é falsa. 80% da capacidade militar iraquiana foi destruída em 1991, segundo o Pentágono. 90% dos materiais e equipamentos necessários para fabricar armas de destruição em massa foram destruídos por inspetores da ONU por mais de oito anos de inspeção. . . . As inspeções de desarmamento têm sido usadas como uma desculpa para manter as sanções por oito anos, enquanto milhares de crianças iraquianas e idosos morrem a cada mês. O Iraque é vítima de sanções criminais que deveriam ter sido suspensas em 1991. Para cada pessoa morta por atos terroristas nos EUA em 11 de setembro, quinhentas pessoas morreram no Iraque como resultado das sanções. . . . Não há base racional para

acreditar que o Iraque constitua uma ameaça para os EUA ou para qualquer outro país. A razão para atacar o Iraque deve ser encontrada em outro lugar. . . . George Bush proclama que o Iraque é uma ameaça à autoridade da ONU, enquanto as sanções - com as quais os EUA pressionam - continuam a causar um aumento na taxa de mortalidade entre a população iraquiana. Mortes causadas por sanções atingiram o nível de genocídio após 12 anos. O Iraque não pode deixar de pedir em vão o fim deste crime contra o seu povo. . . . O papel da ONU nas sanções contra o Iraque compromete e suja integridade e a honra da instituição internacional. É por isso que a resistência da ONU contra esta guerra é agora mais importante. . . . Um ataque ao Iraque fará os ataques vingativos contra os EUA e contra os governos que apoiam suas ações, muito mais provável no futuro. (para. 15)

Para Clark (2002), uma invasão do Iraque seria um “poderoso estímulo para o terrorismo vingativo”, o que foi confirmado com a evolução dos anos. Apesar dessas declarações contra, a América e seus aliados atacaram o Iraque, em março de 2003 e, em abril, as forças americanas invadiram Bagdá. No dia primeiro de maio, Bush declarou que as operações militares da América e seus aliados da coalizão no Iraque tinham conquistado uma vitória esmagadora. (para. 18)

Na realidade, essa foi apenas a primeira fase da guerra. Logo os árabes sunitas no oeste do Iraque estavam em revolta aberta e colocaram rapidamente a América e seus aliados sob ataque, o que nos faz analisar que o planejamento para a ocupação do Iraque foi inadequado.

Os xiitas do Sul, alegando ser apoiadas pelo Irã, formaram suas próprias milícias e, em seguida, atacaram as Forças da Coalizão. As sanções contra o Iraque foram levantadas depois de 2003, no entanto, os navios americanos permaneceram no Estreito.

A insurgência no Iraque alterou a situação estratégica no Golfo Pérsico, a América agora estava envolvida em uma guerrilha. A principal razão para a invasão do Iraque foi que ele possuía armas de destruição em massa, porém nada foi encontrado após sua derrota. Enquanto o ataque ao Iraque continuava, o Irã

permanecia a salvo de ataques, em função das controvérsias sobre a existência de armas de destruição em solo iraquiano.

Apesar de atualmente o Irã possuir muitas armas de destruição, tem havido preocupações nos últimos anos de que ele estava tentando obter a capacidade de enriquecer o urânio, que vinha de longa tradição, iniciada desde que o líder Xá fez aliança com a América. Que foi quem lhe deu meios para começar a enriquecer urânio.

Com a Revolução Iraniana, o governo foi capaz de obter assistência do Paquistão e de outros países para o seu programa nuclear. Estes, estavam extremamente receosos com o enriquecimento do urânio no Irã que alegou estar apenas tentando construir a sua própria indústria de energia nuclear.

Após vários anos de divergências sobre essa questão, a Agência Internacional de Energia Atômica obrigou o Irã a parar o enriquecimento nuclear. Em 2005, muito revoltados com essa determinação, os iranianos, após a eleição do presidente Mahmoud Ahmad Nejad, tomaram uma atitude drástica contra o Ocidente defendendo o direito do Irã de enriquecer o urânio. (“Invasão do Iraque,” n.d.)

### **1.11 O Irã e as Sanções**

Desde meados da década de 1990, após o início das primeiras informações sobre o programa nuclear iraniano, os países ocidentais tomaram medidas para desencorajá-los a prosseguir com o programa, tentando privar o programa de financiamento e tecnologia. (Al Jazeera, 2017)

O Conselho de Segurança da ONU impôs quatro conjuntos de sanções contra o Irã em dezembro de 2006, março de 2007, março de 2008 e junho de 2010. Os Estados Unidos e a União Europeia também impuseram outras sanções, sendo a primeira imposta pelos Estados Unidos depois que estudantes iranianos invadiram uma embaixada. Os Estados Unidos em Teerã e detidos diplomatas de reféns em 1979. (Al Jazeera, 2017)

Em 27 de dezembro de 2011, o diário de notícias El País destacou a ameaça feita pelo Irã de fechamento do Estreito de Ormuz diante das possíveis sanções aplicadas às suas exportações de petróleo, ora veja-se:

O vice-presidente iraniano, Mohammad Reza Rahimi, informou hoje que se suas exportações de petróleo forem sancionadas novamente, ele não permitirá que os navios que transportam o petróleo cruzem o Estreito de Ormuz, o que permite a saída do Golfo Pérsico para o Oceano Índico.

Em declarações divulgadas pela agência de notícias oficial iraniana, IRNA, Reza Rahimi advertiu: “Se o petróleo do Irã for sancionado, nem uma gota de petróleo passará pelo Estreito de Ormuz”. “Não temos interesse em mostrar hostilidade, nosso lema é amizade e fraternidade”, disse o vice-presidente. Cerca de um terço do petróleo consumido pelo mundo passa por navios naquele braço do mar, um dos pontos estratégicos mais importantes do planeta. (El País, 2011, para. 1-2)

Existem opiniões de especialistas em Oriente Médio, que, através de entrevistas realizadas via comunicação pessoal por telefone, e-mail e Skype muito contribuem à fundamentação desta pesquisa.

Perguntou-se aos especialistas: - *Existe a possibilidade do fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã? Se afirmativo, quais as consequências, sobretudo sobre a economia global, este ato acarretaria?*

No entendimento do professor australiano Dr. Rodger Shanahan (comunicação pessoal, 5 e 10 de maio de 2013), Especialista em Segurança do Oriente Médio, Islã Político e Shi'a Islam:

A realidade é que o Irã é muito azar de fechar o Estreito. A liberdade de navegação é um princípio consistente entre os estados ocidentais e as economias mundiais são afetadas pelos preços do petróleo. Como consequência, se o Irã tomar medidas para tentar fechá-las, então um carvão forte seria formado muito rapidamente para evitá-lo. E dado que a 5ª Frota dos EUA está sediada no Bahrein, a resposta seria rápida. Adicionado a isso é o fato de que as capacidades iranianas (ou a falta delas) são tais que, embora possam ser capazes de interromper

temporariamente as coisas, elas estariam ilegalmente fechando-as. O custo que eles suportariam por uma saída escassa é tal que há poucas chances de eles tentarem esse curso de ação. Espero que ajude e feliz em responder a quaisquer perguntas

Para o ex-jornalista iraquiano Salam Kaduhm Al Shakargy (comunicação pessoal, 1 de fevereiro de 2015), Especialista em Oriente Médio, o fechamento do Estreito demonstraria uma forma de aprovação para sua destruição como Estado. Explica-se:

Porque o estreito está abastecendo o mundo com 40% do petróleo, e por isso é muito importante para o mundo. Se o Estreito for fechado pelo Irã, ele levará a uma guerra que será o perdedor e é isso que o Irã quer. Além disso, 80% das exportações do Irã são exportadas do estreito e, portanto, não podem impedir que suas exportações atravessem o Estreito.

Senor Aony Al Kalamchy (comunicação pessoal, 5 de março de 2015), Presidente da Aliança Nacional Iraquiana, assim manifestou-se:

Eu acho que os canais são de grande importância para a navegação ao qual o mesmo é grande beneficiado. O Canal de Suez foi criado a partir de escavações que possibilitassem uma nova rota para uso comercial. Entende-se que o fechamento do Estreito de Ormuz seria inviável pois é vital para suas atividades comerciais.

O professor brasileiro Fábio Bertonha (comunicação pessoal, 16 de novembro de 2015) também emitiu o seu parecer sobre o tema, veja-se:

Eu creio que tudo mudou. Um fechamento do estreito seria um desastre para a economia global, mas acho que isso acontecer agora será difícil. O acordo também aproximou o Irã do Ocidente e fica evidente que qualquer esforço para lidar com os problemas da região terão que ter participação iraniana. O grande x da questão, claro, é se o acordo vai ser efetivamente cumprido pelas duas partes, especialmente quando muitas forças dentro do Irã e dentro dos EUA e outras externas (como Arábia Saudita e Israel) não o querem. No momento atual, contudo, creio que riscos de fechamento dos estreitos e colisão frontal com o Irã se tornaram menores.

A professora da Universidade Católica do Uruguai Suzana Mangana (comunicação pessoal, 2 de abril de 2019), Especialista em Oriente Médio, apresentou o seu posicionamento nos seguintes termos:

Obviamente eles ameaçam fechar o estreito de Ormuz, mas esse é o país que tem bom relacionamento ou quer ter bom relacionamento, e não esquecemos que a quinta força naval dos Estados Unidos está dentro do estreito, à frente do BAHRAIN parece-me que existe um tensão situação de relacionamento entre os EUA ea Europa, que os europeus não estão felizes com o stucion dos Estados Unidos. Porque as empresas europeias que querem negociar com o Irã.

Então não seria uma manobra fácil, porque uma declaração de guerra não consesteria.

Parece-me que há uma tensa Setuación entre estados unidos entre os aliados Europeus que não estão felizes com os Estados Unidos elacionamento.

Por exemplo, o governo dos EUA queria apostar no estoque de Hormuz junto à Arábia Saudita, depois vendeu mais Armamas e tem muito mais ganhos da Arábia Saudita. então somos apenas de uma corrida pelos EUA.

E assim eles mantêm a Correia de Ormuz sempre tensa.

### **1.12 O Impasse Nuclear no Estreito de Ormuz**

O Irã só foi capaz de ameaçar o Estreito de Ormuz devido a uma fraqueza do governo americano, depois do ataque ao Iraque, porém tudo não passava de ameaças, pois os iranianos não tinham condições de confrontar a força americana. (Nasser, 2013)

Os americanos são considerados a principal potência no Estreito de Ormuz, por duas razões: (a) sua presença naval e aérea é inigualável e (b) a América tem o apoio dos estados árabes do Golfo que precisam dos norte-americanos para proteger o Estreito e as suas exportações de petróleo. A incapacidade de os iranianos a realizar com suas ameaças de fechar o Estreito mostra o imenso poder da América na região, mesmo após a guerra do Iraque. (Nasser, 2013)

Por outro lado, entendemos que o Irã não obteria qualquer vantagem tática ao fechar o Estreito pois, caso isso acontecesse, ele (a) vedaria sua própria exportação de petróleo, que é vital para a economia, (b) cortaria toda oferta alimentar do país, especialmente de cereais importados e de arroz e, por último, (c) afetaria diretamente seu relacionamento com a China, que também dependia do Golfo Pérsico para a exportação de petróleo. (Nasser, 2013)

## CAPÍTULO 2 - ECONOMIA DO ESTREITO DE ORMUZ

### 2.1 A Importância Econômica do Estreito de Ormuz

O Estreito de Ormuz, localizado no Golfo Pérsico, reclamado como seu pelo Irã, é uma artéria de crucial importância para a economia dos países exportadores de petróleo. Mesmo sendo pequeno em extensão – possui 54 km de largura mínima e seu trecho mais largo não passa de 100 km – o Estreito configura-se como uma importante rota marítima, uma vez que por ali passa diariamente um terço de todo o petróleo do mundo transportado por mar. (Kenneth Katzman et al., 2012)

Trata-se, assim, de uma via marítima estratégica com que transitam diariamente mais de 40% do petróleo mundial. Do mesmo modo, Scholvin e Burilkov (2013) destacam que “O Estreito de Ormuz dá a seu controlador uma vantagem enorme sobre seus vizinhos e sobre a economia mundial” (p. 40).

Levando-se ainda em conta a afirmação de Rodrigue (2004), segundo a qual o transporte de petróleo desempenha um papel significativo relativamente à circulação de recursos, percebe-se que, de fato, o escoamento desta *commodity* via Estreito de Ormuz é vital para o abastecimento dos mercados internacionais e igualmente para os que se localizam na região do Golfo Pérsico.

Sobre o assunto, Rodrigue (2004) diz ainda que, por se tratar de uma *commodity* de importância estratégica, o petróleo acabou se tornando objeto de conflitos geopolíticos relacionados ao acesso, ao controle e à distribuição ao longo do século passado. Para o autor, “A distribuição de petróleo oriunda de campos petrolíferos para as refinarias e, em seguida, para os consumidores, não pode em hipótese alguma ser interrompida de forma expressiva” (p. 358). Ele também é de opinião que “O transporte de petróleo é um dos melhores exemplos da demanda derivada do transporte, assim como sua circulação é uma consequência direta do consumo” (p. 363).

Para Rodrigue (2004):

Ormuz representa a passagem estratégica mais importante do mundo, exclusivamente por causa de seu acesso aos campos de petróleo do

Oriente Médio. . . . O Estreito de Ormuz estabelece uma ligação estratégica entre os campos de petróleo do Golfo Pérsico, do Golfo de Omã e do Oceano Índico” (pp. 365-366).

Neste ponto, Rodrigue (2004) lembra ser importante manter a integridade destas passagens estratégicas, como já havia dito anteriormente, ao afirmar que o transporte e a distribuição de petróleo por estas vias não podem ser interrompidos de forma alguma:

A partir do Golfo Pérsico, dois grandes eixos de circulação de óleo servem a Europa Ocidental e os Estados Unidos (via oeste) e Ásia-Pacífico (via leste). À medida em que o embarque de petróleo aumenta, o mesmo ocorre com relação à necessidade de manter a integridade das passagens estratégicas que sustentam este comércio. (p. 365)

Além disso, segundo o autor, um eventual bloqueio do Estreito, “Sem aviso prévio, acarretaria uma perda de cerca de 7 a 10% da frota global de VLCC [*Very Large Crude Carriers*] no Golfo Pérsico” (Rodrigue, 2004, p. 372).

Santos (2012), por seu turno, referindo-se às disputas pelo controle de Ormuz, argumenta que “O Estreito de Ormuz sempre foi alvo da cobiça das potências globais pela posição estratégica no qual está situado na região, realçado ainda pela descoberta do petróleo na transição do Século XIX para o XX” (p. 12).

Em Castro (2012), igualmente, pode-se encontrar uma explicação sobre a importância econômica do Estreito de Ormuz relacionada principalmente à sua posição geográfica:

Com diversos interesses em jogo, o petróleo se torna um produto de grande instabilidade econômica, sendo seu preço variado de acordo com as forças de cada participante do jogo. A título exemplificativo, a geografia do Estreito de Ormuz, uma das principais rotas de navios cargueiros, garante aos países ali próximos um poderoso controle sobre a região, possibilitando, inclusive, o controle de quem é permitido passar por ali. Em diversas ocasiões, surgiram ameaças versando sobre afundar os navios que

passassem por ali com petróleo. Tal tática afeta diretamente no valor do barril de petróleo. (p. 17)

Deste modo, antes de abordar as questões relacionadas ao impacto econômico para o mundo que o fechamento do Estreito de Ormuz eventualmente acarretaria, torna-se igualmente relevante conhecer um pouco sobre a história do petróleo, sua importância estratégica e os conflitos internacionais a ele relacionados.

## **2.2 A História do Petróleo**

De acordo com Castro (2012), “não há uma definição exata de quando o petróleo passou a ser utilizado pelo ser humano, porém, durante a Antiguidade, o petróleo possuía diversos nomes e era utilizado de inúmeras formas” (p. 10).

Quintas (como citado em Castro, 2012) descreve o petróleo e a sua utilização pelos primeiros povos:

Entre os Incas, recebeu a alcunha de “goma da terra”, pelo seu aspecto denso. Pergaminhos egípcios, datados de dezenas de séculos antes de Cristo, contêm ilustrações das margens do Nilo nas quais o povo do Egito é representado utilizando betume para conservar os corpos dos faraós e protegê-los contra as investidas de espíritos malignos. (p. 10)

Neiva (como citado em Castro, 2012) complementa o exposto sobre as primeiras ocorrências da utilização do petróleo:

São encontradas até mesmo na Bíblia: quando dá a Noé a ordem de constituir uma arca, Deus manda que ele a calafete com betume por dentro e por fora. Também o cesto que protegeu Moisés do Nilo foi calafetado com betume e pez. (p. 10)

Castro (2012) afirma que, “atravessando a história, passando pela Idade Média e Moderna, o petróleo sempre esteve presente, de inúmeras formas, utilizado de diversos modos” (p. 11). Há evidências de que tenha sido utilizado “como produto para pavimentação de ruas em Bagdá, de remédio para curar reumatismo nos Estados Unidos, denominado em 1849 como ‘*Kier Rock Oil*’ até ser utilizado como óleo para iluminação” (p. 11).

De fato, seguindo a mesma linha cronológica, segundo Thomas (como citado em Souza, 2006), “só registro da participação do petróleo na vida do homem remonta a tempos bíblicos” (p. 7). Ele diz ainda que gregos e romanos também se utilizavam do betume.

O autor assim se expressa:

Na antiga Babilônia, os tijolos eram assentados com asfalto e o betume era largamente utilizado pelos fenícios na calafetação de embarcações. Os egípcios o usaram na pavimentação de estradas, para embalsamar os mortos e na construção de pirâmides, enquanto os gregos e romanos dele lançaram mão para fins bélicos. No período da Idade Média, em regiões da Europa – Bavária, +, Vale do Pó, Alsácia, Hannover e Galícia – era utilizado para fins farmacêuticos. No novo mundo, o petróleo era conhecido pelos índios pré-colombianos, que o utilizavam para decorar e impermeabilizar seus potes de cerâmica. Os Incas, os Maias e outras civilizações antigas também estavam familiarizados com o petróleo (Thomas como citado em Souza, 2006, p. 7).

É igualmente relevante destacar o que Castro (2012) explica sobre a composição do petróleo:

Composto por moléculas de carbono e hidrogênio (hidrocarbonetos) o petróleo, dentre as teorias existentes, é originado de restos orgânicos de seres vivos que foram depositados ao longo de milhares de anos em camadas do solo. Sua formação consiste, segundo geólogos, em um conjunto de processos físico-químicos que resultam no tão famoso “ouro negro”. (p. 10)

A afirmação de Castro (2012) é corroborada pelas informações da Agência Nacional de Energia Elétrica do Brasil (ANEEL), a quem se pode creditar, portanto, expertise sobre o tema em questão:

O petróleo é uma mistura de hidrocarbonetos (moléculas de carbono e hidrogênio) que tem origem na decomposição de matéria orgânica, principalmente o plâncton (plantas e animais microscópicos em suspensão nas águas), causada pela ação de bactérias em meios com baixo teor de

oxigênio. Ao longo de milhões de anos, essa decomposição foi-se acumulando no fundo dos oceanos, mares e lagos e, pressionada pelos movimentos da crosta terrestre, transformou-se na substância oleosa denominada petróleo. Essa substância é encontrada em bacias sedimentares específicas, formadas por camadas ou lençóis porosos de areia, arenitos ou calcários. (Brasil, n.d., p. 111)

A ANEEL diz ainda que, “Embora conhecido desde os primórdios da civilização humana, somente em meados do século XIX tiveram início a exploração de campos e a perfuração de poços de petróleo” (Brasil, n.d., p. 111)

A expansão da indústria petrolífera teve início nos Estados Unidos, conforme atesta a Agência:

A partir de então, a indústria petrolífera teve grande expansão, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Apesar da forte concorrência do carvão e de outros combustíveis considerados nobres naquela época, o petróleo passou a ser utilizado em larga escala, especialmente após a invenção dos motores a gasolina e a óleo diesel. (p. 111)

É consenso, então, entre os autores consultados para a confecção do presente trabalho, que os Estados Unidos surgem como o local onde o primeiro poço de petróleo foi perfurado, em 1859.

Neste contexto, segundo Souza (2006), emerge o nome do Coronel Drake:<sup>5</sup>

O grande marco do petróleo na sociedade moderna veio mesmo no século XIX, mais precisamente em 1859, quando Cel. Edwin Drake perfurou o primeiro poço, dando início à exploração comercial do petróleo. Este poço foi perfurado em Tittusville, Pensilvânia (EUA), vindo a produzir 20 barris/dia, para uma profundidade de aproximadamente 20 metros. (p. 8)

---

<sup>5</sup> Edwin Drake, ex-ferroviário que viria a ser conhecido mundialmente pela alcunha de “coronel” Drake, foi contratado pela *Pennsylvania Rock Oil Company of New York*, primeira companhia petrolífera dos Estados Unidos, para perfurar regiões onde o petróleo exsudava, de modo a atingir o manancial e bombeá-lo, à maneira como se fazia com água. Utilizando-se de equipamentos apropriados à perfuração voltada para a obtenção de sal, veio, após longa saga infrutífera, a perfurar seu primeiro poço. (Encyclopaedia Britannica, 2019)

Dá-se início, então, ao que Alveal (2003) classifica como “corrida ao ouro negro”:

Motivados pela descoberta de Drake, deu-se início a corrida ao ouro negro no *Oil Creek Valley* (Pensilvânia-EEUU). Inúmeros aventureiros de toda espécie e efêmeras empresas de petróleo disputavam os terrenos exploráveis da região; todos se avocaram a produzir o mais rápido e na maior quantidade possível, com frequência danificando os reservatórios ou levando à exaustão prematura dos poços. Como resultado, após apenas 5 anos deste marco, nada menos do que 543 empresas haviam iniciado atividades no novo e rendoso empreendimento. (Alveal, 2003, pp. 8-9)

Souza (2006) revela ainda que “a concorrência anárquica provocou enorme flutuação da produção e dos preços e nenhuma sustentação ao negócio petrolífero” (p. 8). Baddour, por ele citado, declara: “o preço do barril de petróleo de US\$ 20, em 1859, caiu para US\$ 0,10, em 1862 e ocasionou a substituição do óleo de carvão e outros iluminantes pelo petróleo” (p. 9).

Consoante Castro (2012), “os primeiros poços de petróleo foram perfurados na China, em Szechuan, em 347 a.C.” (p. 11). Para tanto, os chineses se utilizavam de brocas artesanais, presas e varas, extraíndo então o hidrocarboneto para evaporar a salmoura e produzir sal. Drake, de fato, se destaca como o precursor da extração de petróleo. “O poço perfurado por Drake foi o mais famoso e o que viabilizou a exploração de petróleo até os dias de hoje” (p. 11).

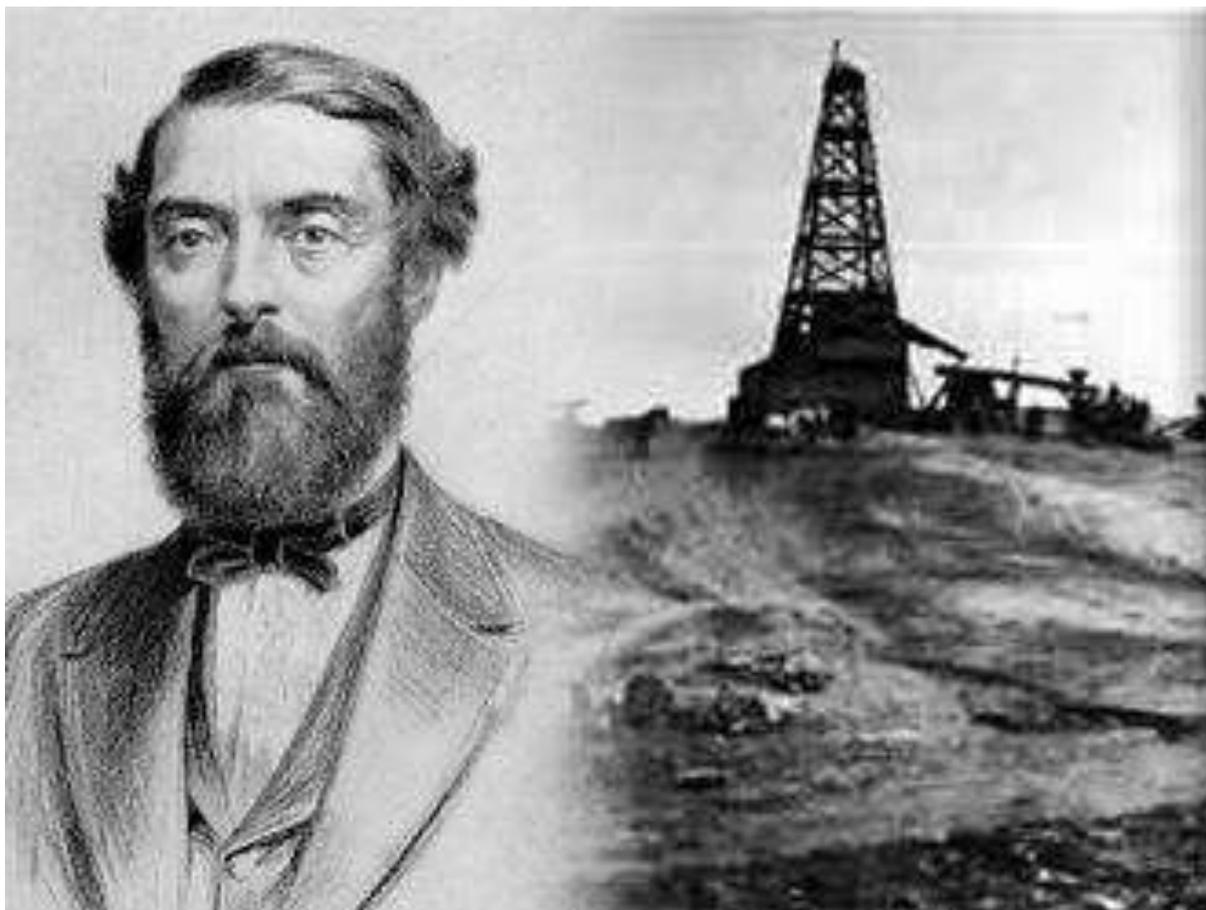


Figura II. Edwin Drake. De “27 de agosto de 1859 - Petróleo jorra na Pensilvânia”, por Hoje, as Efemérides de Arquimedes, 2015, Recuperado de Aujourdhui website: <http://aujourd'hui.overblog.fr/2015/08/27-aout-1859-le-petrole-jaillit-en-pennsylvanie.html>

Edwin Drake nasceu em Nova Iorque. Após exercer diversos ofícios, tornou-se maquinista. Ao aposentar-se, investiu suas economias na empresa de um amigo, em Connecticut (*Seneca Oil Company*), construída com o propósito de extração de petróleo a partir de exsudações ocorrentes no Estado da Pensilvânia.<sup>6</sup> (Castro, 2012)

Nos termos a seguir, Castro (2012) explica o significado do verbete “exsudação”:

Após atuar como explorador de petróleo na Companhia, Drake, após inúmeras tentativas de perfuração, inovou a forma de exploração utilizando equipamentos de perfuração de salinas; porém, as paredes do poço desmoronavam e todo o trabalho foi arruinado. Ainda assim, a obstinação de

<sup>6</sup> Castro (2012) define “exsudação” como “um fenômeno natural pelo qual substâncias ‘transbordam’, chegando até a superfície, como suor. Tendo em vista as condições de temperatura e pressão para o nascimento do petróleo, o hidrocarboneto é empurrado para a superfície do solo que, quando não existem rochas armadilhas (trapas) para aprisioná-lo no subsolo, transbordam, ou seja, em síntese, a exsudação ocorre quando ‘o solo transpira petróleo’” (p. 11).

Drake em achar petróleo era tamanha, que passou a ser chamada na ocasião de “loucura de Drake”. (Castro, 2012)

A perseverança de Drake o levou então a desenvolver um método que ainda hoje é utilizado, leciona Castro (2012):

A partir disto, o Coronel Drake aplicou um método, utilizado até os dias de hoje, que consistiu em revestir as paredes internas do poço com tubos de ferro que acompanhavam a perfuração e mantinham o poço aberto enquanto aumentava a profundidade. (p. 11)

Souza (2006) enfatiza que a descoberta do coronel Drake é considerada o marco representativo do início da moderna indústria do petróleo.

Entretanto, o reconhecimento pelo pioneirismo na extração do composto químico somente aconteceu ao final da sua vida, esclarece Castro (2012):

Ao fim de sua vida, o Coronel Drake conseguiu reconhecimento e enriquecimento com tal atividade, porém, em função de não ter patenteado sua técnica de perfuração, sucumbiu a volatilidade do mercado do petróleo e faleceu na pobreza, sendo inclusive enterrado em cova rasa. (p. 12)

A partir do novo método implantado pelo Coronel Drake, bem como pelo avanço nas técnicas de refino (demonstrando que aquele hidrocarboneto extraído do solo, por meio de seu aquecimento, poderia ser dividido em diversos outros valiosos produtos), o mundo passa a explorar o petróleo e o transporte desta valiosa carga passa a ser um item essencial neste mercado, em função disto, nasce e desponta a figura da *Standart Oil* e de seu proprietário John Rockefeller. (Castro, 2012)

Sobre este novo empreendimento, cita-se:

Fundada em 1870, a *Standart Oil* consistia em uma companhia verticalizada que além de refinar, também produzia, transportava e comercializava petróleo. Com uma gestão de táticas concorrenciais predatórias, a citada empresa assumiu o posto de gigante do mercado, passando a ter uma extensa cadeia de afiliadas ou coligadas. (Castro, 2012, p. 12)

Nesse contexto, algum tempo depois, surge em cena a lâmpada elétrica, ocasionando a perda de importância do petróleo como fonte de iluminação. Sobre o avanço científico, Castro (2012) profere: “com a invenção e democratização da lâmpada elétrica por Thomas Edson, o petróleo perde a importância como fonte de iluminação pública e passa a desempenhar uma nova função quando surge a invenção do motor à combustão” (p. 13).

Quintas (2009) explana:

A indústria do petróleo não seria mais a mesma se não tivesse havido a invenção dos motores e do automóvel, que tinham como combustível principal o seu derivado, mudando irremediavelmente os hábitos e costumes da sociedade, em especial da urbana. Foi com essa “máquina”, que veio substituir a tração animal, que a humanidade pode presenciar um dos maiores impulsos que a indústria petrolífera implantada necessitava para sua sedimentação e manutenção por mais de um século. (p. 40)

Outro elemento que aparece no cenário mundial, nessa ocasião, ainda conforme Castro (2012), é o automóvel. Despontam então o nome de Henry Ford: “Nesta esteira, a produção em escala do automóvel, proporcionada por Henry Ford, eleva exponencialmente a demanda por derivados do petróleo (gasolina e diesel)” (p. 13).

Pimentel (2011), por seu turno, faz igualmente uma interessante observação sobre o avanço da indústria petrolífera motivado pelo surgimento em cena do automóvel e do motor a gasolina:

O desenvolvimento do automóvel e do motor a gasolina, a partir de 1885, forneceu o vetor ideal para a expansão da indústria petrolífera precisamente no momento em que esta enfrentava sua primeira grande crise sob o duplo impacto da introdução da lâmpada elétrica nas cidades norte-americanas e europeias e da superprodução global de petróleo. Além dos EUA - com grandes províncias petrolíferas na Pensilvânia, Ohio e, posteriormente, Texas -, a Rússia e a Indonésia tornaram-se importantes produtores, sendo que, entre os anos 1898 e 1901, a produção russa na região de Baku, atual Azerbaijão, controlada pelas famílias Nobel e

Rotschild, superou a produção dos EUA, que só recuperou a liderança com as descobertas do Texas. (p. 32)

Após a Segunda Grande Guerra, o petróleo deixou de ser apenas um “mero combustível”, passando a representar poder tanto para adquirir, arbitrariamente, algo de outro país, bem como se defender de eventual ataque inimigo. (Castro, 2012)

Obviamente que o mercado de petróleo era controlado por companhias e é novamente em Castro (2012) que se pode encontrar a relação das empresas que então se destacavam, apelidadas de “Sete Irmãs”:

Neste ponto, a presença das Sete Irmãs no cenário mundial exercia forte influência nos preços do petróleo,<sup>7</sup> uma vez que detinha mais de 90% do mercado mundial das jazidas mundiais, inclusive as do Oriente Médio (que possuíam uma inestimável reserva de petróleo e seu território). (p. 14)

A assertiva é corroborada por Souza (2006), que assim destaca:

No período situado entre 1920 e 1930, Rockefeller viu sua *Standard Oil* liderar o grupo que ficou conhecido no mundo como “as sete irmãs”. Estava inaugurada a nova fase da indústria do petróleo, baseada na concorrência entre companhias grandes e integradas. (p. 13)

A partir disto, o petróleo passou a ser visto como a célula propulsora do desenvolvimento econômico, fazendo despertar inúmeros movimentos nacionalistas e a criação da OPEP. (Castro, 2012)

---

<sup>7</sup> O grupo das Sete irmãs dominava o setor de petróleo e gás natural. O grupo fazia de tudo para impedirem a entrada de outras companhias no mercado petrolífero. Parte das empresas que compunham o cartel das sete irmãs foi formado pelas empresas americanas resultantes da fragmentação do monopólio da Standard Oil Company, provocada pela lei anti-truste de Sherman, nos Estados Unidos. As quatro empresas americanas (Esso, Texaco, Socony e Socal) resultantes do fim da Standard Oil, juntaram-se à anglo-britânica Shell e à Amoco (atual BP), para controlarem o mercado petrolífero e impor baixos preços aos países produtores enquanto garantiam altas taxas de lucro. Até os dias de hoje estas empresas controlam setores importantes do refino e distribuição de produtos derivados de petróleo, apesar de terem perdido o controle sobre a maior parte das reservas petrolíferas mundiais que foram nacionalizadas pelos países petrolíferos (OPEP, México, Rússia). Somente quando os países produtores de petróleo começaram a tomar o controle sobre a produção e determinar os preços, à partir da formação da OPEP, em 1960, que o poder das “sete irmãs” passou a declinar. (PetroGasNews, 2011)

Infere-se dos relatos citados, que a contribuição do petróleo para a economia mundial foi deveras de suma importância, como atesta Souza (2006):

Durante todo o século XX, foi bastante significativa a contribuição do petróleo à economia mundial. Apesar de as crises de 1973 e 1979 mostrarem ao mundo as consequências de uma economia sustentada energeticamente por um combustível vulnerável a fortes oscilações no preço, o petróleo ainda se mantém como o energético mais consumido do mundo. (p. 1)

A esta altura, não se pode continuar falando na história do petróleo sem mencionar as duas grandes crises ocorridas no setor em nível mundial: a de 1973 e a de 1979, como anteriormente lembrou Souza (2006).

O estopim que deflagrou o conflito de 1973 foi uma desavença entre árabes e judeus durante o tradicional feriado do “Dia do Perdão”, o *Yom Kippur*.

Sutti e Ricardo (2003) pontuam:

Em 1973, os países árabes que perderam territórios para Israel, iniciaram uma nova guerra para reconquistá-los, aproveitando-se do, *Yom Kippur*, uma das principais datas religiosas e feriado nacional para os judeus. A ofensiva árabe não foi bem-sucedida e, depois de apenas dezenove dias, o conflito armado terminou sem a retomada dos territórios ocupados e com a perda de outros. (p. 86)

Neste contexto, o petróleo acabou sendo usado pelos árabes como “moeda de troca” para pressionar os países do Ocidente em favor de sua causa:

Embora derrotados, os países árabes descobriram uma forma de pressionar o Ocidente pró-Israel através do petróleo. Os aumentos sucessivos de preços, controle da produção da mais vital das fontes de energia e de matéria-prima atuou como uma nova arma de guerra. Essa nova postura desestabilizou a economia mundial, em especial, a ocidental. (Sutti & Ricardo, 2003, p. 86)

Fuser (2005), igualmente, analisa os desdobramentos do conflito deflagrado no dia do *Yom Kippur*, que culminou com o chamado “choque do petróleo”:

A sequência de eventos que culminou no “choque do petróleo” teve início no dia 8 de outubro, no terceiro dia da Guerra do *Yom Kippur*, deflagrada com o ataque de surpresa de tropas do Egito e da Síria às posições de Israel no Sinai e nas Colinas de Golã. Nesse dia, numa reunião em Viena, os ministros responsáveis pela gestão do petróleo de seis países do Golfo Pérsico – Irã, Iraque, Abu Dhabi, Kuwait, Arábia Saudita e Catar – propuseram aos representantes da indústria petrolífera internacional um aumento de 70% no preço do petróleo. Diante do impasse nas negociações, os executivos ocidentais retornaram para os seus países. Já os delegados da OPEP, . . . ao se reunirem novamente, no dia 16, na Cidade do Kuwait, decretaram por sua própria conta o aumento que reivindicavam, elevando o preço do petróleo de US\$ 3,01 para US\$ 5,12 por barril. (p. 146)

Souza (2006) salienta que o primeiro choque de petróleo, de fato, teve motivações políticas:

O primeiro choque de petróleo teve motivações de naturezas política e econômica. Em 1973, Síria e Egito fizeram um ataque “surpresa” a Israel durante o feriado judaico de Yom Kippur, o Dia do Perdão, tendo Israel respondido violentamente ao ataque. Em outubro de 1973, quando a guerra eclodiu entre Israel, Egito e Síria, os países exportadores do Oriente Médio, reunidos em Genebra (Suíça), elevaram unilateralmente o preço do barril do tipo *Arabian Light* de 2,99 dólares para 4,12 dólares. Nos dias que se seguiram ao início da Guerra do Yom Kippur, a OPEP decidiu embargar as exportações destinadas aos aliados de Israel, a saber, EUA e Holanda. Dois meses mais tarde (dezembro de 1973), houve nova alta dos preços de referência, para 11,65 dólares. (p. 28)

O autor destaca, ainda:

A estatização das empresas petrolíferas dos países da OPEP e o primeiro choque de preços de petróleo em 1973 foram o ponto drástico de mudança de estrutura da indústria. Verificou-se um incontestável declínio do controle da indústria pelas “sete irmãs” (as *majors*), pois, a partir deste evento, a

indústria de petróleo passou a apresentar uma crescente característica de desintegração, tanto no nível horizontal quanto vertical, com as sete *majors* não tendo mais acesso às melhores jazidas do mundo, como resultado da “expulsão” das *majors* da área da OPEP.<sup>8</sup> Isso significava a transferência de parte do poder de mercado das *majors* para a OPEP. (Souza, 2006, p. 27)

Fuser (2005) leciona que o Irã ficou de fora dessa negociação e ainda que o boicote foi posteriormente estendido a outros países, além dos EUA, inicialmente apenas o único atingido:

Dois dias depois, em 18 de outubro, cinco dos seis participantes da reunião anterior – ficou de fora o representante do Irã, que não é um país árabe – anunciaram o corte de 25% na produção de petróleo, a ser seguido por reduções adicionais de 5% por mês, até a retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967, na “Guerra dos Seis Dias”.<sup>9</sup> A essa decisão se somou o embargo nas remessas de petróleo, anunciado separadamente por todos os governos árabes integrantes da OPEP aos países que apoiavam Israel. Aplicado inicialmente apenas aos EUA, o boicote foi depois estendido para a Holanda, Portugal, Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul. Essas medidas provocaram um aumento drástico nos preços dos combustíveis, acompanhado por reações de pânico entre os consumidores e por uma corrida frenética em que governos e empresas competiam entre si, num clima de “salve-se quem puder”, para garantir seus suprimentos de energia. (p. 147)

---

<sup>8</sup> Apesar das *majors* terem perdido acesso às melhores jazidas do mundo, permaneciam com o controle de boa parte do refino e da comercialização de derivados. Além disso, a própria expertise técnica em E&P ainda permanecia com as *majors*. (Souza, 2006)

<sup>9</sup> A Guerra dos Seis Dias marcou uma grande vitória de Israel e uma grave derrota do mundo árabe. Apesar de grande vencedor do conflito, Israel passou a sofrer um crescente isolamento político-diplomático decorrente de sua recusa em devolver os territórios conquistados em 1967. A devolução desses territórios era uma exigência da ONU e a recusa israelense foi gradativamente desgastando a boa imagem que o país mantinha aos olhos dos países ocidentais. Isso se acentuava ainda mais com a política de colonização posta em prática por Israel nos territórios ocupados, onde começaram a ser implantadas colônias agrícolas por grupos israelenses. Com essa atitude Israel mostrava que pretendia ficar com aqueles territórios definitivamente. (Olic, 1991, p. 65)

Conforme exposição de Sutti e Ricardo (2003), e aqui confirmado por Olic (1991), o petróleo foi na ocasião usado como arma política pelos países árabes produtores da *commodity* e em seu bojo a crise trouxe graves consequências econômicas para o mundo todo:

A principal consequência de caráter mundial foi o uso que os países árabes fizeram do petróleo como arma política, restringindo a produção e chegando a cortar seu fornecimento aos países simpatizantes de Israel. Isso fez com que alguns estados europeus acabassem se afastando de suas posições pró-israelenses. Além disso, o aumento dos preços do petróleo posto em prática pela OPEP acabou gerando os chamados “choques do petróleo” (um em 1973-1974 e outro em 1978-1979), que tiveram inúmeras consequências políticas, sociais e, principalmente, econômicas. (p. 147)

O dado interessante em relação ao estudo de Olic (1991) é que ele estabelece um elo entre as duas crises de petróleo e argumenta ainda que o conflito verificado no dia do Yom Kippur acabou resultando, em 1979, nos acordos de Camp David:

A Guerra do Yom Kippur trouxe algumas consequências importantes tanto no aspecto regional quanto no mundial. Uma delas, no âmbito regional, foi a possibilidade de, pela primeira vez, Egito e Israel manterem alguns entendimentos diretos, isto é, não mediados por qualquer outro país ou organização internacional. Os entendimentos, iniciados logo após a guerra, evoluíram para se transformar, em 1979, nos acordos de Camp David.<sup>10</sup> (pp. 67-68)

Cabe destacar, ainda, neste contexto internacional do mercado de petróleo, que um novo ator entra em cena em 1979: o Irã. Deste modo, o Irã, justamente ele, passa então a ser o responsável pela segunda crise mundial de petróleo,

---

<sup>10</sup> Camp David é uma das residências de descanso dos presidentes norte-americanos nos EUA. Em 1979, houve ali uma reunião entre o presidente egípcio (Anuar Sadat), o primeiro-ministro israelense (Menahem Begin) e o presidente dos EUA (Jimmy Carter). As principais resoluções desse encontro foram o reconhecimento de Israel por parte do Egito (primeiro país árabe a fazê-lo) e a devolução da Península do Sinai (realizada de forma gradativa até 1982) à soberania egípcia. (Olic, 1991)

ocorrida em 1979, relacionada aos eventos que culminaram na Revolução Islâmica, acontecida naquele mesmo ano, tema abordado anteriormente no Capítulo Geopolítico.

Segundo Fuser (2005), em 1979, o segundo “choque do petróleo”, causado pela interrupção dos fornecimentos do Irã após a tomada do poder por fundamentalistas muçulmanos, reforçou ainda mais o interesse dos pesquisadores por temas análogos aos conflitos relacionados com a escassez de recursos, que na verdade começou a despertar a atenção mundial a partir do primeiro “choque do petróleo”, em outubro de 1973.

Vaïssse (como citado em Pimentel, 2011) esclarece:

O caótico cenário político que resultou na interrupção das exportações de petróleo do Irã (que à época figurava apenas atrás da Arábia Saudita no ranking dos exportadores), determinou o início de uma espiral de preços alimentada pelo pânico de compradores e o oportunismo de vendedores dispostos a aumentar suas receitas a partir da crise iraniana. Entre dezembro de 1978 e dezembro de 1979, o petróleo dobrou de preço. (p. 47)

Fuser (2005) faz uma observação interessante sobre a Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos relacionada ao abastecimento de petróleo interrompido pelo Irã, em 1979:

O vínculo entre a segurança nacional dos EUA e o abastecimento de combustível se tornou cada vez mais estreito a partir da crise de 1973/74. Em janeiro de 1980, pouco depois do segundo “choque do petróleo”, provocado pela queda do xá do Irã, o presidente Jimmy Carter declarou que qualquer tentativa de restringir o fluxo de petróleo pelo Golfo Pérsico “será repelida por todos os meios necessários, inclusive a força” (p. 39).

Este é, pois, outro ator que desponta no cenário internacional, tendo seu nome particularmente vinculado ao segundo choque do petróleo: Jimmy Carter. Posteriormente, o tema “Doutrina Carter”<sup>11</sup> será apropriadamente abordado. Por hora, cabe dizer que a Doutrina Carter assinalou uma mudança na política de

---

<sup>11</sup> A “Doutrina Carter”, como ficou conhecida, é considerada até hoje como um dos princípios básicos da política norte-americana para o Oriente Médio. (Klare como citado em Pimentel, 2011)

segurança em relação ao Golfo Pérsico, que passou a ser encarado como uma região prioritária, destinada a ficar sob o controle e a proteção direta dos EUA. (Fuser, 2006)

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) localiza no tempo e no espaço a descoberta de campos gigantes de petróleo naquela região do Globo na década de 50:

Durante a década de 1950, campos gigantes foram descobertos na região do Golfo Pérsico, especialmente na Arábia Saudita. Na mesma época, empresas chamadas “independentes” fizeram descobertas expressivas, como a *Occidental Petroleum*, na Líbia, e a ENI, no Irã. Em 1958, para preservar a produção local, o governo dos Estados Unidos estabeleceu um contingenciamento do petróleo importado do Oriente Médio, levando as grandes empresas petrolíferas internacionais a ampliarem substancialmente os fluxos de petróleo barato para a Europa Ocidental. Entre 1963-1965, enquanto ocorriam as maiores descobertas de petróleo, o consumo europeu crescia rapidamente. (Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 15)

Desta maneira, percebe-se que o interesse mundial pelo petróleo do Oriente Médio tornou-se crescente, bem como a dependência do produto pelos países ocidentais, a ponto de ainda hoje ser apropriadamente chamado de “ouro negro”, tema do próximo tópico.

### **2.3 O Interesse do Ocidente pelo Petróleo do Oriente Médio**

Antes de avançar no tema aqui proposto é importante destacar que este tópico e o seguinte, “A Importância do Golfo Pérsico e o papel do Irã”, são temas análogos, correlatos, realmente similares, e que em determinados momentos, portanto, ainda na fase da coleta de dados da bibliografia utilizada, tornou-se quase impossível selecionar e separar o que seria destinado a cada um dos itens especificamente. Obviamente que ambos estão intimamente relacionados com a política externa dos Estados Unidos para a região do Golfo Pérsico, no qual se localiza o Estreito de Ormuz, e farto material sobre o assunto pode ser encontrado em Fuser (2005; 2006), anteriormente citado, cujos textos têm contribuído

muitíssimo para a confecção da presente tese: “O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter” e “O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)”. Optou-se, no entanto, por dividir os temas em função principalmente do Irã, objeto oblíquo de estudo desta dissertação, cujos aspectos relacionados à política econômica do país merecem um tratamento à parte.

Assim sendo, cabe destacar que, segundo Fuser (2006), “O interesse norte-americano pelas imensas reservas de petróleo do Golfo Pérsico evoluiu de um âmbito puramente comercial, nas primeiras décadas do século XX, para um terreno estratégico ligado à afirmação da hegemonia dos EUA após a II Guerra Mundial” (p. 24).

Na ocasião, de acordo com o autor, havia por parte dos Estados Unidos um genuíno interesse de integrar o petróleo do Oriente Médio à estratégia política do país no pós-guerra:

O governo Truman estava firmemente disposto a integrar o petróleo do Oriente Médio à sua estratégia para o pós-guerra. Os EUA tinham fornecido 85% dos 7 milhões de barris de petróleo consumidos pelos Aliados desde 1941. Altos funcionários norte-americanos assinalavam a importância de garantir um acesso seguro às fontes de petróleo estrangeiras como um meio de impedir a exaustão das reservas domésticas. (Fuser, 2006, p. 24)

Do mesmo modo, Olic (1991) atesta o seguinte relativamente à situação política do Oriente Médio no pós-guerra acima descrito: “Durante o período que compreende o término da Primeira Guerra Mundial e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial a situação política e econômica do Oriente Médio foi sofrendo importantes modificações, causadas por uma série de fatores” (p. 17).

Neste ponto, o autor destaca a importância que o petróleo passou a ter:

O petróleo, que começou a se transformar em matéria-prima de importância fundamental para o mundo. A descoberta e a exploração de um número cada vez maior de poços petrolíferos no Oriente Médio fizeram com que as principais potências da época e suas grandes empresas se interessassem cada vez mais por aquela importante fonte de energia. . . . As principais

áreas produtoras encontravam-se e ainda hoje se encontram nas proximidades do litoral do Golfo Pérsico, como por exemplo no Irã, no Kuwait, no Iraque e na Arábia Saudita. . . . Como esses países produziam muito e consumiam pouco petróleo, tornaram-se grandes exportadores. (Olic, 1991, pp. 18-19)

É em Olic (1991) que também se pode encontrar uma análise mais acurada sobre o contexto mundial referente ao papel das superpotências:

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, o mundo já não era mais o mesmo. Duas superpotências haviam surgido, ambas com o objetivo da hegemonia mundial. Acordos feitos no período imediatamente anterior e no imediatamente posterior ao conflito já haviam definido, em linhas gerais, as suas áreas de domínio e influência. Contudo o objetivo principal de cada uma era prevalecer sobre a outra, e para conseguir esse predomínio os mais variados expedientes foram usados. Na tentativa de manter o maior número possível de países aliados em sua órbita de influência política, as superpotências utilizaram planos de ajuda e assistência, tanto econômica como militar, e acordos, quer bilaterais, quer envolvendo determinados grupos de países. (p. 20)

Neste ponto, Olic (1991) destaca o papel político-econômico dos Estados Unidos no cenário internacional, que começou a despontar após o término da Segunda Guerra Mundial, e seu crescente interesse no Oriente Médio:

No final dos anos 40 e durante os anos 50 o jogo de interesses e de influências das superpotências no Oriente Médio foi amplamente favorável aos EUA. Explica-se essa vantagem, em grande parte, por terem os americanos saído da Segunda Guerra em posição mais vantajosa que os soviéticos. Pelo fato de os EUA terem muito mais recursos materiais e financeiros disponíveis, vários países se voltaram para eles, a fim de obter ajuda, tanto econômica como militar. (p. 20)

Com efeito, Fuser (2005) apresenta elementos consistentes sobre o comportamento do governo de Washington ao afirmar que a ideia que os EUA têm algum tipo de “direito” ao petróleo do Oriente Médio já estava presente, de modo

discreto, desde as décadas de 40 e 50. Assim sendo, o autor faz a seguinte observação:

Eisenhower afirmou em 1957, após a crise do Canal de Suez, que os EUA usariam a força “na eventualidade de uma crise que ameace cortar o acesso do mundo ocidental ao petróleo do Oriente Médio”. No ano seguinte, o presidente pediu ao Congresso autorização para enviar tropas ao Oriente Médio. Em sua justificativa, declarou que a atitude era necessária para mostrar a “todos, inclusive os soviéticos, que estamos plenamente dispostos a sustentar os direitos ocidentais na região”. Está implícito nessa fala que um desses “direitos” – e, certamente, o principal entre eles – era o acesso ao petróleo. (p. 25)

Por outro lado, conforme o autor, os interesses da URSS, naquele momento, estavam ligados à reconstrução do país e o Oriente Médio não era prioridade:

Nessa época, os objetivos prioritários da URSS estavam ligados à reconstrução do país, que havia sido duramente castigado pela guerra, e à consolidação da liderança sobre seu bloco político na Europa Oriental. Essas prioridades não permitiam à URSS fazer uso imediato de seus instrumentos de poder para influenciar os destinos do Oriente Médio. (Fuser, 2006, pp. 25 e 27)

Yergin (como citado em Pimentel, 2011) afirma:

No período entre guerras, a explosão da demanda,<sup>12</sup> o medo de desabastecimento e o recém-adquirido *status* de *commodity* estratégica provocaram uma intensa competição pelo acesso a novas reservas de petróleo. . . . A exemplo do Reino Unido, a França estimulou a criação da *Compagnie Française de Pétroles* (CFP), que atuaria como o “braço industrial para a ação do governo”. Armados com seus “campeões nacionais”, França e Reino Unido estabeleceram áreas exclusivas para exploração de petróleo em suas respectivas zonas de influência colonial no

---

<sup>12</sup> Entre 1919 e 1929 a demanda norte-americana cresceu cerca de 150%. Yergin (como citado em Pimentel, 2011)

Oriente Médio. Tal prática provocou forte reação dos EUA, que reivindicavam uma política de “portas abertas” para companhias norte-americanas na região. Em 1928, após anos de intensa negociação envolvendo companhias privadas e os governos da França, EUA e Reino Unido, o *Red Line Agreement*<sup>13</sup> estabeleceria as bases para toda a exploração petrolífera no Oriente Médio, à exceção do Kuwait e do Irã (então Pérsia). Pelo acordo, os campos do Oriente Médio seriam explorados em consórcio (e somente em consórcio) por companhias dos três países, com ênfase para as duas grandes companhias inglesas BP e Shell, que controlariam, juntas, 47,25% da produção de toda a região. As potências ocidentais foram capazes de encontrar um *modus vivendi* para explorar as novas reservas do Oriente Médio e garantir certa margem de segurança para seu suprimento de petróleo. (p. 34)

Com relação ao interesse dos países ocidentais pelo petróleo do Oriente Médio, Yergin (como citado em Fuser, 2005) dispõe:

A exploração do petróleo deu ao Oriente Médio uma nova dimensão estratégica, provocou mudanças profundas em sua economia e tornou a região o foco de interesses estrangeiros muito poderosos. Desde a virada do século, os principais países europeus estavam em busca de fontes de suprimento do novo combustível, já que apenas os EUA e a Rússia, entre as grandes potências, possuíam reservas nos seus próprios territórios. A existência de petróleo naquela parte do mundo não era novidade. Na Pérsia, o asfalto era usado, desde a Antiguidade, para cobrir buracos em embarcações, enquanto na Mesopotâmia eram conhecidas, havia milhares de anos, as fendas no solo da região de Mossul, no atual Iraque, de onde

---

<sup>13</sup> O acordo, assinado em 1928, foi um marco na exploração petrolífera do Oriente Médio, envolvendo quatro partes em um consórcio de exclusividade na exploração dos territórios desmembrados do Império Otomano: uma região que ia do Canal de Suez à fronteira com o Irã; e da Turquia ao Oceano Índico (o território marcado pela *red line*), com exceção do Kuwait. As quatro partes incluíam as inglesas *Shell* e a *Anglo Persian* (atual BP), a francesa *Total*, e a *Near East Development Company*, *holding* formada por cinco companhias norte-americanas. Cada uma destas partes principais receberia 23,75% do total do petróleo produzido no território demarcado (as americanas na *holding* 4,75% cada), os últimos 5% pertenceriam ao financista Calouste Gulbenkian, pioneiro na exploração de petróleo na região, que acumulou prodigiosa fortuna. O acordo, como se nota, mal contemplava as companhias dos EUA, cuja influência na região não se comparava à das potências coloniais europeias. (Estados Unidos, n.d.)

emanava um intenso fluxo de gás natural, sempre em chamas. Mas a exploração desse potencial esbarrava na resistência das monarquias otomana e persa e na falta de capitalistas dispostos a mobilizar recursos suficientes para a empreitada. (p. 84)

Pimentel (2011) fala neste ponto do surgimento do nacionalismo árabe e da ameaça do expansionismo soviético na Europa:

Embora a perda de poder relativo das potências coloniais apresentasse uma oportunidade para rever os termos pouco favoráveis do *Red Line Agreement* e expandir a presença norte-americana no Oriente Médio, havia também a necessidade de não alienar ou debilitar os aliados europeus, sobretudo diante da ameaça do expansionismo soviético na Europa. De maneira análoga, o surgimento do nacionalismo árabe e os movimentos de independência no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que facilitavam a penetração norte-americana em zonas previamente sob influência europeia, também dariam azo, pelos mesmos motivos, à maior penetração soviética na região. (pp. 36-37)

Igualmente, a importância do petróleo oriundo do Oriente Médio é descrita assim por Fuser (2005):

Dois fatores reforçam dramaticamente a importância do petróleo do Oriente Médio – especificamente, do Golfo Pérsico, pois a produção em outros lugares da região, como a Síria, é relativamente pequena e exportadores importantes, como a Líbia e a Argélia, são classificados pelas publicações especializadas como africanos. Em primeiro lugar, a região exerce uma posição única no mercado internacional, por sua capacidade de ampliar significativamente a produção em curtíssimo prazo. Em 2004, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos eram os únicos países do mundo que mantinham uma reserva de capacidade ociosa pronta para ser acionada – ou seja, os únicos que não extraíam todo o petróleo de que seriam capazes. Essa posição de controle sobre a própria produção confere a esses países – em especial, à Arábia Saudita, o grande *swing producer*, no jargão do mercado – um poder incomparável sobre os preços, regidos,

como os de qualquer outra mercadoria, pela lei da oferta e da procura. . . . Ainda mais importante é o fato de que somente no Oriente Médio os países exportadores são considerados capazes de aumentar sua produção, de modo sustentável, ao longo dos próximos vinte ou trinta anos. Além disso, a região do Golfo Pérsico consome apenas uma pequena parcela do petróleo que produz, o que reforça ainda mais sua posição no mercado global. (p. 42)

Assim sendo, cabe recordar, ainda, conforme dito no capítulo anterior, que a região do Golfo Pérsico sempre foi palco de conflitos e que muitas guerras ali já foram verificadas, como a Guerra do Golfo, por exemplo, entre os anos de 1990 e 1991, quando Iraque e Kuwait travaram uma longa e sangrenta batalha.

Entretanto, como bem lembra Klare (2003), nem sempre o petróleo esteve ou estará necessariamente relacionado às razões dos eventuais conflitos verificados no Golfo. Para o autor, “Existem muitos fatores que contribuem para a probabilidade de uma guerra na região do Golfo Pérsico, e nem todos estão relacionados ao petróleo” (p. 75).

Entre estes fatores, ele destaca as ambições políticas, as diferenças religiosas e a ganância, que acabaram acendendo o pavio na região no período anterior a 1908; ou seja, antes mesmo da descoberta das primeiras jazidas importantes de petróleo no Irã. Apesar disto, Klare (2003) reconhece que “a presença de grandes reservas de energia no Golfo tende a multiplicar tanto a frequência dos conflitos quanto o potencial destrutivo dos mesmos” (p. 75).

Sobre o tema, o autor pondera:

Dentre as principais regiões produtoras do mundo, o Golfo Pérsico é o cenário mais provável de conflitos no novo século. Como possui cerca de dois terços dos estoques globais de petróleo bruto, e uma vez que a procura de energia continuará a aumentar nas próximas décadas, é certo que o Golfo continuará no olho do furacão da intensa competição planetária. (Klare, 2003, p. 75)

Aliás, segundo Fuser (2005), “Quem elaborou de modo mais sistemático a hipótese da ‘guerra por recursos’ foi justamente o norte-americano Michael Klare,

autor de numerosos artigos e de dois livros importantes sobre o assunto: *Resource Wars* (2001) e *Blood and Oil* (2004)” (pp. 26-27).

Em complemento, Fuser (2005) assevera:

Do mesmo modo que Samuel Huntington . . . formulou a teoria de que os confrontos violentos do pós-Guerra Fria serão travados principalmente em torno de diferenças culturais e de políticas de identidade, Klare . . . desenvolveu uma linha de explicação para as causas dos conflitos na nossa época. Para ele, a questão chave não é o “choque de civilizações”, como defende Huntington, e sim a disputa por recursos naturais, cada vez mais escassos. (p. 26)

Neste ponto, pode-se então recorrer a Klare (2003), para entender que os conflitos mundiais podem ter de fato diversas faces. Segundo ele, “os conflitos no espaço mundial são concomitantemente – em maior ou menor grau, dependendo do caso – econômicos, políticos, culturais, militares e até, no extremo, sem lógica no sentido da racionalidade cartesiana” (pp. 11-12).

O estudo anteriormente citado, da FGV, realça ainda oferta progressiva do petróleo proveniente do Oriente Médio e a nacionalização das reservas de petróleo por parte da OPEP:

No mercado internacional, a oferta crescente de petróleo do Oriente Médio se fazia acompanhar por uma redução na taxa de crescimento da oferta na região do Golfo do México e por custos marginais de produção crescentes nas demais áreas de produção. Isso qualificou uma nova oferta de petróleo, reunindo as condições para o estabelecimento de um novo patamar de preços. A nova situação do mercado viabilizou uma ação concertada da OPEP, que nacionalizou as reservas de petróleo e quadruplicou seus preços, que passaram de US\$3 para US\$12 por barril em 1973-1974. (Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 15)

Neste contexto, ainda de acordo com a FGV, aumenta então a dependência da Europa Ocidental e do Japão das reservas do Oriente Médio:

Ao final da década de 1960, houve uma redução no ritmo das novas descobertas, aumentando a importância dos países que dispunham de reservas expressivas e que haviam criado a OPEP, em 1960. Com o petróleo competitivo em relação às outras fontes energéticas (especialmente o carvão), a Europa Ocidental e o Japão estavam ainda mais dependentes da oferta do Oriente Médio. A maior parte das reservas e da oferta no mercado internacional (90%) era, então, controlada pelas grandes empresas internacionais de petróleo. (Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 15)

De fato, as maiores reservas de petróleo situam-se mesmo no Oriente Médio e pertence aos países produtores da OPEP:

As maiores e mais baratas reservas de petróleo estão situadas nos países produtores da OPEP no Oriente Médio. Esta característica tende a atenuar-se diante das condições de produção da nova oferta de petróleo, como (a) conhecimento tecnológico detido por empresas petrolíferas internacionais, (b) áreas produtoras situadas em rotas seguras para o abastecimento dos grandes mercados dos Estados Unidos e da União Europeia, (c) ampliação gradual dos volumes de petróleo disponíveis no mercado internacional e (d) compensação do declínio de certas áreas produtoras, como o Mar do Norte. (Fundação Getúlio Vargas, 2012, p. 9)

Assim sendo, percebe-se que, como disse Fuser (2005), o petróleo foi de fato a matéria-prima mais importante do século XX e manterá esse papel, ao que tudo indica, nas primeiras décadas do século XXI:

Como fonte de energia, serve para quase todas as necessidades imediatas. Na forma de gasolina, óleo diesel e querosene, entre outros derivados, o petróleo responde por 95% da energia destinada aos meios de transporte, no mundo inteiro. É também um dos principais combustíveis utilizados na geração de eletricidade, além de servir de matéria-prima para uma infinidade de produtos, como os plásticos, os fertilizantes, os tecidos sintéticos e os explosivos. Atualmente, o petróleo fornece 39,3% de a energia consumida no planeta. (pp. 34-35)

Como bem disse Pimentel (2011), o Oriente Médio ainda é uma região marcada por acentuados tipos de divisões e a demanda das potências globais ainda ocorrerá precariamente:

No Oriente Médio, em ambiente político ainda marcado por profundas divisões sociais e religiosas, a interação complexa entre as ambições de potências regionais fortalecidas por uma posição dominante em energia – com destaque para Arábia Saudita, Irã e, possivelmente, Iraque – e os imperativos energéticos das principais potências globais, continuará a se traduzir em equilíbrios precários. (p. 130)

Por fim, profere Pimentel (2011): “do ponto de vista da segurança, até por todo o investimento já feito e a abundância de bases militares na região, os EUA continuarão a desempenhar papel claramente hegemônico” (p. 130). Outras potências, porém, lembra ele, principalmente China, Rússia e Índia – e até Japão e EU – continuarão a buscar maneiras de cimentar laços econômicos, políticos e militares com os países da região que concentrará a maior parte das reservas de petróleo do planeta.

Com efeito, assinala Rodrigue (2004), as reservas mundiais de petróleo de fato estão majoritariamente concentradas no Oriente Médio e a questão que se apresenta agora é saber quanto tempo as mesmas irão durar.

Por outro lado, segundo a Fundação Getúlio Vargas (2012), mesmo no futuro vindouro, em 2020, os fatores geopolíticos ainda determinarão as rotas de fornecimento de petróleo:

Em 2020, as rotas de fornecimento de petróleo ainda serão marcadas pelos fatores geopolíticos que determinaram o mercado petrolífero nas últimas décadas. Os fluxos de importação terão origem principalmente no Oriente Médio, Rússia e Mar Cáspio, sendo orientados para os grandes mercados consumidores da OCDE (Estados Unidos e União Europeia) e para a China. (p. 21)

## 2.4 A Importância do Golfo Pérsico e o Papel do Irã

Localizado no sudoeste asiático, o Irã possui uma área equivalente a 1,6 milhão de km. O país possui posição privilegiada no Oriente Médio, por ser rota de passagem de navios petroleiros de todo o mundo, através do Estreito de Ormuz. (Santos, 2012; Fuser, 2005)

Fuser (2005) explica a função vital do Estreito de Ormuz, em face da dependência dos países ocidentais e asiáticos:

Mas a dependência em relação às importações do Golfo Pérsico não é só norte americana. O fornecimento de petróleo da região afeta, diretamente, todos os países que não são autossuficientes em combustíveis e, indiretamente, o mundo inteiro, na medida em que é o principal fator na determinação dos preços. A Europa Ocidental e o Japão sempre recorreram, para se abastecer, às importações do Oriente Médio, da África e, mais recentemente, da Rússia. No caso europeu, essa dependência está fadada a crescer na medida em que as reservas do Mar do Norte completem seu ciclo de esgotamento. (p. 48)

Fuser (2005) também discorre sobre o papel estratégico do Golfo Pérsico:

O petróleo, principal fonte de energia da economia moderna, manterá sua importância nas próximas décadas, segundo todas as previsões, e sua posse poderá se tornar um fator de disputa política na medida em que o crescimento da demanda – principalmente nos países em desenvolvimento e nas potências emergentes, como a China – exercer pressão sobre as reservas. Grande parte dos especialistas acredita que a produção mundial de petróleo está perto de atingir o seu ponto máximo, a partir do qual iniciará um lento declínio. Essa previsão, caso se confirme, ressaltará ainda mais o papel estratégico do Golfo Pérsico, onde se situam mais de dois terços das reservas. (p. 32)

O autor destaca a importância política do Golfo Pérsico e fala da desigualdade com que o petróleo é distribuído mundo afora:

A importância política do Golfo Pérsico é consequência dos fatores geológicos que determinam a localização mundial das reservas de petróleo. Ao contrário do carvão, presente em todos os continentes em grandes quantidades, o petróleo se distribui pelo planeta de um modo muito desigual. De acordo com o *World Energy Outlook 2004* (WEO 2004), da Agência Internacional de Energia (AIE), os países do Oriente Médio detêm cerca de 67% das reservas comprovadas de petróleo . . . embora respondam por apenas 37% da atual produção mundial. (Fuser, 2005, p. 39)

Acerca da denominada “Rota do Petróleo”, é em Azevedo (2012) que se pode encontrar uma explicação pertinente sobre o assunto:

A chamada Rota do Petróleo – assim denominada por ser o caminho escoadouro do óleo para o suprimento energético do resto do planeta – parte, principalmente, da Arábia Saudita (maior produtor mundial de petróleo) e de toda a região do Oriente Médio, pelo Golfo Pérsico, passando pelo Estreito de Ormuz. A partir daí segue para diversos pontos do globo, sendo os principais a China, o Japão, os Estados Unidos e a Europa. Este é mais um dos principais motivos do forte poderio militar dos EUA na região. (p. 33)

Sobre o eventual fechamento do Estreito de Ormuz, o autor expressa:

Com o risco do fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, a Arábia Saudita teria de escoar sua produção petrolífera pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Aden, ou seja, pelo mar territorial da Somália, o que remete ao risco dos piratas. Ainda há a possibilidade de passagem pelo Canal do Suez, porém, este é administrado pelo Egito, e também pode ser fechado a qualquer momento. . . . A rota é muito visada e protegida por diversos países, que mantêm ali uma presença constante de modo a manter latente a projeção de seu poder. Exemplo disso é a China, com seu “Cordão de Pérolas”. (Azevedo, 2012, p. 33)

Neste ponto, é de vital importância para o escopo do presente trabalho mencionar o papel que o Irã desempenha neste cenário, relativamente aos

aspectos econômicos ligados ao petróleo, pois um eventual fechamento do Estreito de Ormuz é justamente o mote desta tese de mestrado. A situação no Golfo Pérsico, que até então se configurava como perigosa ou, no mínimo, pouco segura, devido às ameaças iranianas, começou a mudar a partir da assinatura do acordo denominado *Joint Comprehensive Plan of Action* [Plano Integrado de Ação Conjunta].



Figura III. Plataforma Iraniana no Golfo Pérsico. De “Irã dispara suas vendas de petróleo no mundo”, por Pais Minero, 2016, Recuperado de Pais Minero website: <https://www.paisminero.com/petroleo-e-hidrocarburos/119-negocios-petroleros/15838-iran-dispara-sus-ventas-de-crudo-en-el-mundo>

As semelhanças e diferenças existentes entre Arábia Saudita e Irã são deveras singulares e quem bem as observou foi Spohr (2013), que argumenta o seguinte:

Arábia Saudita e Irã possuem inúmeras semelhanças, mas são suas diferenças que são expostas quando se analisam suas políticas externas. Ambos são regimes declaradamente islâmicos, produtores de petróleo, membros da OPEP, pertencentes a mesma sub-região do Oriente Médio, entre outros. A principal diferença que leva os dois países a serem enquadrados internacionalmente de formas distintas e sua posição com relação a principal potência internacional, os Estados Unidos. Contudo, essa análise é precipitada e se abstém de considerar aspectos práticos da

organização política e social dos dois países que apontam em uma direção bastante distinta da imagem difundida pelos principais meios de comunicação. (p. 10)

Bradley (como citado em Spohr, 2013) vê de longe a aliança ente a Arábia Saudita e o os Estados Unidos e a mesma em muito contribuiu para o fortalecimento do Estado saudita:

A Arábia Saudita possui uma histórica aliança com os Estados Unidos, que foi muito importante para a construção do Estado saudita e para a manutenção de suas estruturas de poder. Essa aliança pautou muito de sua inserção regional, principalmente no que se refere a sua relação com os demais países árabes e a sua participação na Segunda Guerra do Golfo, na Operação Tempestade do Deserto. O regime político saudita está longe de ser aquele defendido pelos EUA como ideal. A monarquia saudita possui eleições populares apenas para metade dos assentos dos conselhos locais, que não gozam de grande poder de mudança na política do país. (p. 11)

Já o Irã, ainda de acordo com Spohr (2013), passou por uma drástica mudança em todos os aspectos de sua organização estatal em 1979, após a sua Revolução Islâmica, conforme visto no Capítulo Geopolítico. Assim sendo, “A política externa foi, sem dúvidas, um dos aspectos mais alterados por esse evento, passando de um alinhamento aos Estados Unidos a uma situação de independência e antagonismo as intervenções externas na região” (p. 11).

Neste ponto, Spohr (2013) aborda o aspecto relativo à política externa dos dois países:

As diferenças apontadas anteriormente são causa e consequência da grande diferença nas políticas externas de Arábia Saudita e Irã. Apesar de algumas características base semelhantes, tais como a busca por liderança no mundo islâmico e no Oriente Médio, a proeminência no mercado de petróleo e a busca por expandir sua influência para outras regiões como a África e a Ásia Central, os dois possuem perfis de política externa bastante distintos. Enquanto Riad se coloca como um poder conservador no Oriente Médio, visando a manter o status quo intacto, Teerã desenvolve uma

política externa ativa e contestadora das assimetrias do sistema internacional. (p. 69)

Por outro lado, na opinião de Klare (2003), “o Irã não ameaça diretamente a Arábia Saudita ou os reinos do sul do Golfo, pelo menos por enquanto; mas pode pôr em perigo o fornecimento de petróleo no Golfo Pérsico e especialmente o tráfego marítimo no Estreito de Ormuz” (p. 100). Nota-se, no entanto, que tal afirmação foi feita bem antes da assinatura do JCPOA, pelo Irã e G5+1. Atualmente, a expectativa mundial é que os pontos de atrito pelo menos momentaneamente tenham sido superados.

Ainda sobre a importância de Ormuz, Klare (2003) igualmente diz o seguinte:

No seu ponto mais estreito, o Estreito de Ormuz possui apenas seis milhas de costa a costa. O Departamento de Energia dos EUA o descreve como “o ponto de estrangulamento mais importante do mundo”; obviamente, pensando nos mais de 15 milhões de barris de petróleo que passam por lá todos os dias . . . Bem ciente da superioridade militar dos EUA premido pela necessidade de melhorar a situação econômica do país, uma importante corrente das lideranças iranianas tem procurado reduzir as tensões no Golfo e restaurar as relações do Irã com o Ocidente. (pp. 101-102)

Neste contexto de Oriente Médio, cabe ainda destacar o papel da OPEP anteriormente citada, uma vez que sua importância na região tende a crescer. É também em Fuser (2005) que se pode encontrar uma explicação:

O aumento do peso relativo do Oriente Médio fará crescer a influência da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) no mercado mundial. A OPEP foi fundada em 1960, com o objetivo de coordenar as políticas petrolíferas dos seus integrantes, em particular no que se refere aos preços e ao volume de produção. . . . Atualmente os membros da OPEP respondem por cerca de 40% da produção mundial, mas as suas reservas comprovadas atingem cerca de 77% do total. (p. 44)

O autor também discorre sobre o modo de agir da OPEP relativamente a seus membros:

Ao tomar suas decisões, a OPEP sempre leva em conta um equilíbrio entre duas metas contraditórias: o maior preço possível e a máxima fatia do mercado. Em todos os países-membros,<sup>14</sup> a exploração do petróleo é controlada pelo Estado. A partir da década de 80, a influência da OPEP se enfraqueceu com o agravamento das divergências entre seus integrantes, que chegaram a travar guerras entre si (Iraque e Irã e, depois Iraque e Kuwait), e com o crescimento da produção de exportadores de fora da OPEP, como a Rússia, as antigas repúblicas soviéticas da bacia do Mar Cáspio e países africanos, como Angola. Nos países chamados de não-OPEP, os custos de prospecção e de exploração são mais altos do que na OPEP. Na medida em que as reservas dos países não-OPEP declinarem, a tendência é que a OPEP aumente sua participação na produção mundial, retomando o controle da oferta. (Fuser, 2005, p. 45)

Justamente da OPEP é que vêm os dados sobre o potencial iraniano. Segundo artigo publicado por Ardebili (2004), no site da Organização, “O Irã é o país dotado com a segunda maior reserva de petróleo do mundo. Além disso, com 26,7 trilhões de metros cúbicos de gás, o Irã também é titular da segunda maior reserva de gás do mundo”. Do mesmo modo, afirma que “o Irã, com cem anos de história na produção de petróleo, é considerado como o primeiro produtor de petróleo com a história mais longa na região do Golfo Pérsico” (para. 11).

Em outra reportagem, igualmente publicada no site da Organização, Jones (2012) afirmou que Abdalla Salem El-Badri, secretário-geral da OPEP, declarou, em entrevista a CNBC, que não gostaria de ter que considerar uma possível interrupção do comércio no Estreito de Ormuz devido à enorme quantidade de petróleo bruto e de produtos petrolíferos que são transportados por aquela hidrovia todos os dias. Assim também, reportando-se particularmente ao *Wall Street Journal*, ainda de acordo com Jones, El-Badri expressou otimismo e disse

---

<sup>14</sup> Os membros fundadores da OPEP são o Iraque, o Irã, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela. Depois ingressaram na organização o Catar (1961), a Indonésia (1962), Líbia (1962), os Emirados Árabes Unidos (1974), a Argélia (1969) e a Nigéria (1971). (Fuser, 2005)

acreditar que as tensões entre o Irã e o Ocidente logo seriam resolvidas. Na ocasião, ele afirmou ainda que, em sua opinião, não haveria ataque ao Irã nem ocorreria o fechamento do Estreito de Ormuz. “No final das contas – disse ele – a sabedoria vai prevalecer e tudo vai voltar ao normal” (p. 6).

## **2.5 As Consequências Econômicas do Fechamento de Ormuz**

As consequências econômicas que um eventual fechamento de Estreito de Ormuz acarretaria à economia mundial talvez seja um dos principais pontos abordados neste trabalho. Apesar de sua importância, no entanto, grande foi a dificuldade de encontrar dados atualizados sobre o fluxo anual de cargueiros que anualmente atravessam o Estreito, a título de exemplo, bem como informações sobre o preço do barril de petróleo. Há tabelas e gráficos sobre o assunto, na verdade, mas nada muito atual. Os dados mais recentes datam de 2013 e alguns de 2014. Isso diz respeito tanto às publicações impressas quanto ao material divulgado em sites da Internet, incluindo os de organizações oficiais. No site da OPEP, verbetes como *oil route* e *hormuz closure* não foram encontrados.

Segundo analisa Vanderbruck (2012), um eventual bloqueio do Estreito de Ormuz significaria a suspensão de 17 milhões de barris de petróleo que por ele passam. Assim, afirma ele, 20% do petróleo do mundo ficariam estagnados, o que, por sua vez, remeteria em direção ao Norte os já elevados preços do petróleo.

Assim também, em caso do fechamento de Ormuz, o autor chama igualmente a atenção para o aumento dos preços do petróleo:

Em caso de interrupção do fornecimento, o preço do petróleo poderia aumentar em US\$ 20 a US\$ 30 o barril, segundo o Fundo Monetário Internacional. Um corte nas exportações iranianas poderia ser agravado por reservas de petróleo abaixo da média em muitos países, ainda de acordo com o FMI. É de notar que a ruptura semelhante na Líbia, não há muito tempo, empurrou os preços do petróleo mais de US \$ 100 o barril. (Vanderbruck, 2012, para. 9)

Neste ponto, Vanderbruck (2012) tece um comentário sobre o estágio de pânico que atingiria as economias que se recuperam lentamente das dificuldades caso o preço do barril de petróleo viesse a subir:

Alguns analistas estimam que o aumento do preço deva ser de mais de 300%. Apócrifa, talvez. Mas então, mesmo com metade do aumento do preço estimado, as economias que estão se recuperando lentamente (os últimos dados sobre ofertas de emprego dos EUA mostram sinais positivos, com 243,000 de empregos adicionados em janeiro, com taxas de desemprego em 8,3%, o mais baixo em três anos), seriam arremessadas novamente ao estágio de pânico. (Mesmo em caso contrário, se você observar, qualquer notícia do Irã remete os investidores de petróleo para um modo hiperativo ao extremo. Ou seja, apesar das realidades terrestres). (para. 10)

O FMI, de fato, havia se pronunciado sobre as consequências nefastas que o eventual fechamento do Estreito de Ormuz acarretaria (antes da assinatura do JCPOA, evidentemente) e na ocasião afirmou ainda que o aumento da tensão no Irã poderia ocasionar um novo choque de petróleo, com consequências negativas para a economia mundial.<sup>15</sup> (Vanderbruck, 2012)

O aviso do FMI parece comprovar todas as afirmações anteriormente feitas sobre a importância do Estreito de Ormuz bem como sobre as consequências negativas que seu eventual bloqueio traria à economia mundial.

Deste modo, a título de curiosidade apenas, cabe destacar as observações feitas por Luz (2005) sobre os objetivos do FMI, uma vez que o Fundo realmente desempenha um importante papel junto à comunidade internacional:

De acordo com o artigo I do Regulamento do FMI, seus objetivos são:

---

<sup>15</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) fez um alerta . . . de que o aumento da tensão no Irã poderá ocasionar um novo choque de petróleo, com consequências negativas para a economia mundial. Segundo o FMI, o preço do barril pode sofrer alta até 30% caso seja decretado um embargo comercial ao Irã, proposta que deve ser apresentada por países ocidentais no Conselho de Segurança em breve, com o objetivo de paralisar o programa nuclear do Irã. O FMI também alertou para as consequências negativas caso o Estreito de Ormuz seja fechado, como já ameaçou o Irã. Cerca de 40% do petróleo mundial é transportado pelo local, e atualmente o Irã é responsável por 5% da produção mundial de petróleo. Segundo o FMI, um eventual embargo ao Irã poderia ter consequências similares à crise na Líbia, no último ano, quando o preço do barril aumentou por causa da quebra de produção no país em virtude do conflito. (BBC Brasil, n.d.)

1. Promover a cooperação monetária internacional através de uma instituição permanente, que passa a prover os mecanismos de consulta e colaboração nos problemas monetários internacionais;
2. Facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional, contribuindo para a promoção e a manutenção de altos níveis de emprego e renda real e também para o desenvolvimento de fontes produtivas de todos os países-membros, principais objetivos da política econômica;
3. Promover a estabilidade cambial, manter em boa ordem os acordos cambiais entre os países-membros e evitar depreciações cambiais com o intuito de concorrência;
4. Ajudar no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, em relação às transações correntes entre os países-membros, e na eliminação de restrições cambiais que prejudicam o crescimento do comércio internacional;
5. Promover confiança aos países-membros, disponibilizando-lhes os recursos temporariamente, mediante garantias adequadas, propiciando-lhes assim a oportunidade de corrigir desequilíbrios em seus balanços de pagamentos sem que precisem adotar medidas que pudessem comprometer a prosperidade nacional ou internacional;
6. Desta forma, reduzir a duração e diminuir a intensidade do desequilíbrio nos balanços de pagam dos países-membros. (pp. 173-174)

Katzman et al. (2012), por seu turno, afirma que de fato o Estreito de Ormuz “é uma artéria importante quando se trata do mercado mundial de petróleo”:

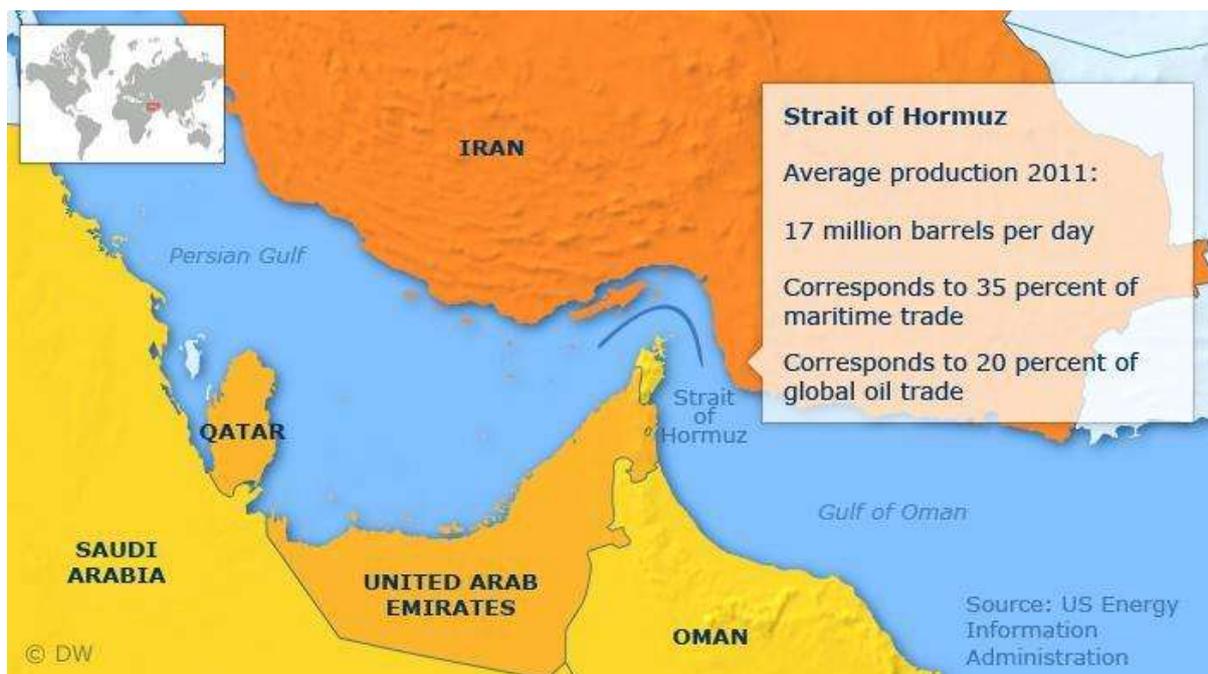
Os exportadores de petróleo do Golfo Pérsico - Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Qatar – transportaram cerca de 17 milhões de barris petróleo a por dia através do Estreito em 2011, o que corresponde a aproximadamente 20% do mercado mundial de petróleo e 35% do comércio marítimo, de acordo com a *Energy Information Administration*, a EIA. (p. 13)

Em média, 14 navios-tanque de petróleo bruto deixam o Golfo Pérsico através do Estreito de a cada dia e mais de 85% das exportações deste petróleo

bruto vão para os países asiáticos, incluindo a China, o Japão, a Índia e a Coréia do Sul. Os Estados Unidos importam 1,8 Mb/d de países do Golfo Pérsico, o equivalente a cerca de 10% do consumo interno do país. Separadamente, mais de um quarto do comércio do gás natural liquefeito do mundo (GNL) corresponde a aproximadamente 2,6% do consumo mundial de gás natural, transportados através do Estreito. Ele é exportado principalmente do Qatar para a Europa e a Ásia. Os Estados Unidos, no entanto, importam pouco GNL. (Kenneth Katzman et al., 2012)

O autor, a exemplo do que afirma Vendebrock (2012), também é de opinião que o fechamento do Estreito de Ormuz teria um impacto direto no preço do petróleo:

Uma interrupção do trânsito de petróleo através do Estreito de Ormuz pode afetar significativamente os preços mundiais do produto. Embora a maioria dos fluxos que cruza o Estreito vá para a Ásia, o mercado de petróleo está globalmente integrado e uma perturbação que ocorra em qualquer lugar pode contribuir enormemente para uma altos preços do petróleo, em toda parte. (Katzman et al., 2012, p. 14)



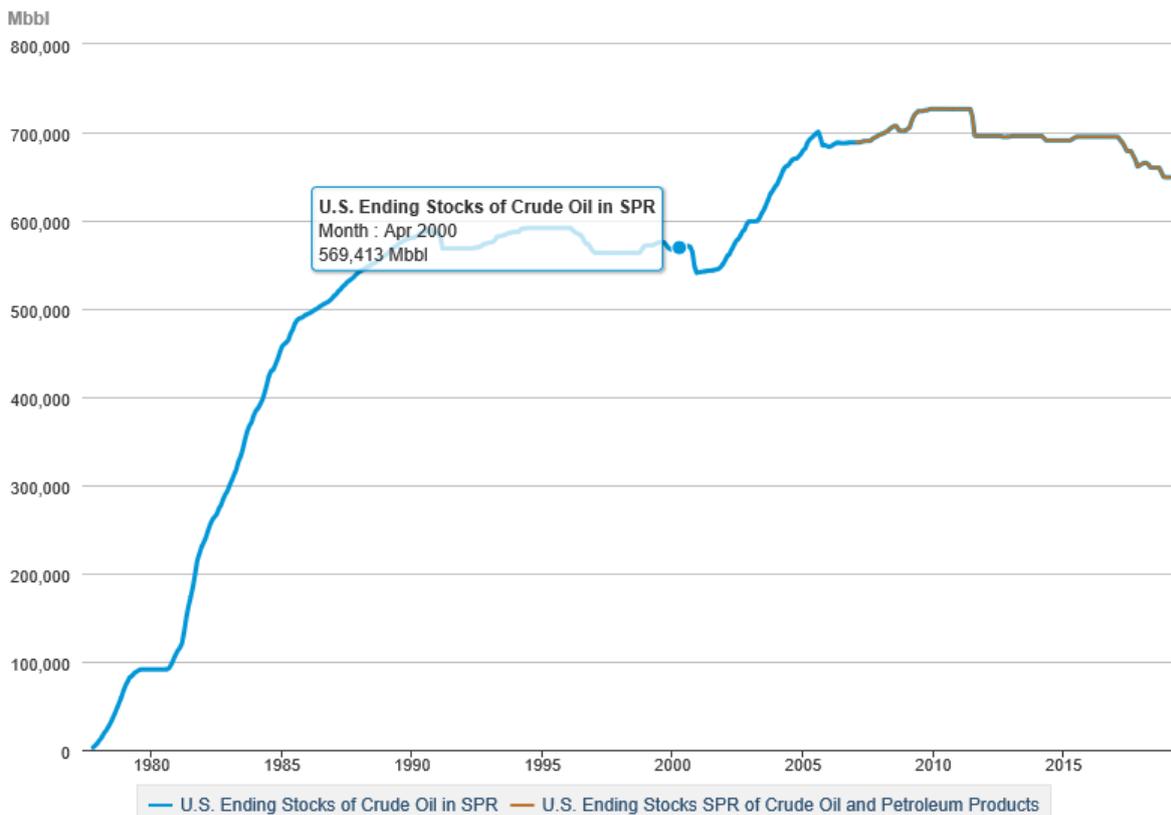
Mapa IV. As águas do Golfo Pérsico, do Golfo de Omã e do Oceano Índico fluem pelo Estreito de Ormuz. De "Teerã está planejando um derramamento de óleo no Golfo?", por M. Shodjaei & F. Payar, 2012, Recuperado de Made for minds website: <https://www.dw.com/en/is-tehran-planning-an-oil-spill-in-the-gulf/a-16312986>

Katzman et al. (2012) analisa o impacto que o bloqueio do Estreito traria para a Ásia e ainda o que Estados Unidos e os demais países consumidores fariam para compensar o impacto no abastecimento de petróleo:

A interrupção das exportações de petróleo do Golfo Pérsico para a Ásia levaria as refinarias asiáticas a buscar fontes alternativas em outros lugares. Devido ao grande número de variáveis relevantes, há uma incerteza significativa sobre o quanto uma interrupção poderia contribuir para uma elevação de preços do petróleo bruto. . . . No caso de uma interrupção do fluxo em Ormuz, os países consumidores poderiam liberar estoques estratégicos para compensar o impacto no abastecimento de petróleo. Os Estados Unidos atualmente guardam 696 milhões de barris de petróleo bruto na Reserva Estratégica de Petróleo, cuja sigla em Inglês é SPR [*Strategic Petroleum Reserve*], um estoque de capital aberto de petróleo bruto utilizado para compensar as interrupções de fornecimento. Os Estados Unidos coordenam o uso do seu SPR ao lado de outros membros da Agência Internacional de Energia (AIE), que incluem Japão, Alemanha, Coreia do Sul e outros membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, cuja sigla em Inglês é OCDE [*Organization for Economic Cooperation and Development*]. (p. 14)

### Stocks by Type

DOWNLOAD

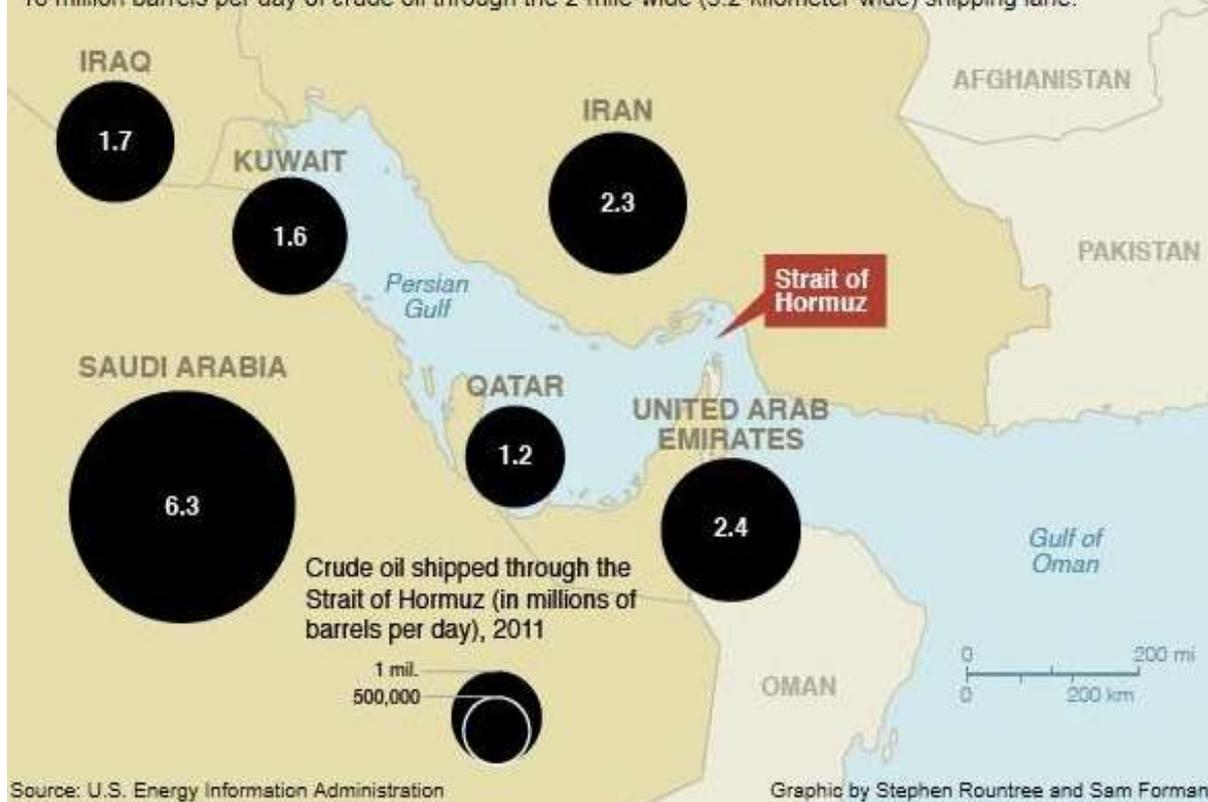


Source: U.S. Energy Information Administration

Gráfico III. Os estoques de petróleo bruto na Reserva Estratégica de Petróleo incluem não-EUA. De “Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA”, por U.S. Energy Information Administration, 2019, Recuperado de EIA website: [https://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_stoc\\_typ\\_d\\_nus\\_SAS\\_mbbbl\\_m.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_stoc_typ_d_nus_SAS_mbbbl_m.htm)

## Dire Strait

Twenty percent of oil traded worldwide moves by tanker through the Strait of Hormuz, the world's most important petroleum transit choke point. In 2011, Saudi Arabia led six Persian Gulf nations in exporting 16 million barrels per day of crude oil through the 2-mile-wide (3.2-kilometer-wide) shipping lane.



Mapa V. Países Exportadores de Petróleo. De “Análise estratégica: Golfo Pérsico ou Árabe? Comparando a presença no Golfo”, por J. B. Osorio, 2017, Recuperado de GIASP website: <https://inteligiasp.com/2017/12/17/analisis-estrategico-golfo-persico-o-arabigo-comparando-la-presencia-en-el-golfo-strategic-analysis-persian-or-arabian-gulf-comparing-presence-at-the-gulf/>

K. Katzman (2016), Especialista em assuntos do Oriente Médio, é um dos poucos autores que em sua literatura aborda o tema JCPOA, fato este que confere atualidade a seus textos. Em um de seus artigos, por exemplo, ele explica que as amplas sanções internacionais impostas ao Irã, durante o período compreendido entre 2010-2013, prejudicaram a economia do país e, sem dúvida, contribuíram para a aceitação pelo Irã do acordo que trocou as restrições sobre o seu programa nuclear pela suspensão das sanções. Segundo ele, “As sanções e a pressão econômica relacionada a elas, pelo menos em parte, levaram a economia do Irã a diminuir em cerca de 10% em dois anos, que terminou em março de 2014” (Sumário).

Neste ponto, cabe igualmente destacar que, motivado pelos relevantes estudos de Katzman,<sup>16</sup> consultado para a feitura do presente trabalho, o autor foi

<sup>16</sup> Katzman, que em 2012 havia publicado um ensaio sobre a ameaça do Irã de fechar o Estreito

por mim contatado, por e-mail, cujo objetivo do contato visava esclarecer alguns pontos relativos à sua abordagem e obter, quem sabe, dados mais atualizados sobre taxas, percentuais, fluxo de cargueiros que transitam no Golfo Pérsico e, ainda, sobre o preço do petróleo nos últimos meses.

Ainda com relação ao impacto que um eventual bloqueio do Estreito de Ormuz traria à economia global cabe destacar a opinião de Salameh (como citado em Breuer, 2013), Especialista no ramo petrolífero e consultor do Banco Mundial, de acordo com uma reportagem publicada em maio de 2013 no site do Deutsche Welle (DW). Segundo ele, o fechamento do Estreito desestabilizaria o preço do petróleo e os maiores prejudicados seriam os Estados Unidos.

Na ocasião, Salameh (como citado em Breuer, 2013) falava sobre as sanções impostas ao Irã e embora reconhecesse, à época, que as sanções se mostravam eficazes ele igualmente acreditava que o Irã nem de longe cogitava recuar no que se referiria ao seu programa nuclear de enriquecimento de urânio:

O Irã poderia dizer: 'se vocês continuarem a fazer pressão sobre nós, nós também faremos pressão sobre vocês por meio do fechamento do Estreito de Ormuz, forçando os demais Estados do Golfo Pérsico a parar de exportar.'" Isso desestabilizaria o preço do petróleo. E, no final, os maiores perdedores seriam os EUA. Pelo Estreito de Ormuz passam diariamente 20 milhões de barris de petróleo. (para. 20)

Para Salameh (como citado em Breuer, 2013), a solução do problema encontrava-se no reconhecimento do Irã pelo Ocidente como potência nuclear:

Independentemente da pressão que o Ocidente exercer sobre o Irã, o país dará prosseguimento ao seu programa nuclear. Até agora, o Irã tem dito que tal programa se destina a fins pacíficos, mas eles só estão contando meia verdade. . . . Todos sabem que nenhum país que domine a tecnologia de enriquecimento do urânio se restringe ao esforço pacífico. No final, o Irã irá ignorar toda a pressão e se tornará uma potência nuclear. . . . Ocidente

---

de Ormuz (*Iran's Threat to the Strait of Hormuz*) publicou igualmente, em 2016, outro trabalho no qual discorre sobre o JCPOA (*Iran Sanctions*), como dito anteriormente, e analisa ainda os efeitos do fim das sanções impostas ao país, em virtude da assinatura do referido acordo. Lamentavelmente, no entanto, Katzman não respondeu à minha mensagem.

não tem alternativa a não ser aceitar esse fato.” E esse é o intuito do Irã. (para. 15 e 22)

É interessante notar, igualmente, as colocações feitas por Breuer (2013) sobre os efeitos negativos que as sanções impostas ao Irã causaram na economia do país:

No Irã, as receitas das exportações de petróleo caíram pela metade em um ano. A venda do “ouro negro” é o maior e mais importante item no orçamento estatal. Algumas fontes acreditam que 85% do orçamento iraniano sejam financiados pela receita do petróleo. A cotação da moeda local, o rial, não para de cair. Desde 2011, ela já perdeu 80% de seu valor em relação ao dólar. (para. 23)

Com efeito, as sanções enfraqueceram sobremaneira a economia do Irã e a população do país sentiu na pele os seus efeitos:

A economia do Irã está enfraquecida. Os preços dos alimentos dispararam. As pessoas no país lutam pela sobrevivência financeira. As sanções contra o Irã atingiram o ponto nevrálgico do país? Não, o Irã desconversa. De acordo com informações oficiais, o país produz e vende até mais do que antes do endurecimento do embargo no ano passado. Fontes independentes, no entanto, revelam algo diferente: a produção caiu quase um terço. “O Irã não conseguiu diversificar suas fontes de receita” e agora o país sofre com isso. (Salameh como citado em Breuer, 2013, para. 15)

Poegl (como citado em Breuer, 2013), Especialista em *commodities* da empresa de consultoria JBC Energy argumenta que o setor de seguros também foi afetado com as sanções impostas ao Irã:

E algo mais afetou seriamente o Irã: os seguros: antes das sanções, até 95% dos seguros sobre os navios mercantes, que transportavam petróleo, eram realizados através de institutos europeus. Eles agora foram abolidos. . . Para os portos e compradores do petróleo iraniano, os negócios com o

Irã ficaram muito mais arriscados. No caso de uma avaria, faltam seguradoras.<sup>17</sup> (para. 18)

## 2.6 A Maldição do Petróleo

Ross (como citado em CDG Editora, 2015), professor de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), autor do livro *The oil curse: How petroleum wealth shapes the development of nations* [A maldição do óleo: como a riqueza do petróleo molda o desenvolvimento de nações], quem melhor explicou uma interessante teoria segundo a qual a descoberta de petróleo, em qualquer país do globo, pode parecer, à primeira vista, uma benção. Entretanto, segundo ele, “Poucas pessoas sabem o quanto é difícil administrar uma fonte de riqueza mineral como o petróleo. À primeira vista, descobrir petróleo equivale a ganhar na loteria: O maior problema parece ser saber o que fazer com tanta riqueza” (para. 4).

Em sua opinião:

Este é o enredo da *Maldição do Petróleo* em todas as partes do mundo – da Nigéria a Venezuela, do Irã a Rússia, da Líbia até o Alasca. . . . A maioria dos países produtores de petróleo desenvolve uma estranha doença. Quando uma nação descobre petróleo ou gás Natural em seu território, à primeira vista, tudo parece glorioso: As pessoas passam a ficar mais ricas, o governo anuncia projetos grandiosos, e líderes políticos tornam-se populares. Mas, bastam alguns anos para as boas notícias sumirem e então, projetos são cancelados, a pobreza retorna mais forte do que nunca, e descobrimos que uma grande parte do dinheiro do petróleo foi

---

<sup>17</sup> O revés da moeda, no entanto, ou seja, os efeitos positivos que começaram a ocorrer depois da queda das sanções impostas ao Irã, após a assinatura do JCPOA, especificamente na esfera econômica, já podem ser claramente sentidos. Em alguns campos, passos foram dados pelos EUA, como a retirada dos impedimentos que obstaculizavam a compra de aviões de passageiros pelos iranianos. O então presidente americano, Barack Obama, autorizou o secretário de Estado, John Kerry, a permitir que as empresas vendam e entreguem material aéreo ao Irã. Antes disso, Washington havia eliminado as barreiras à importação de produtos iranianos, como tapetes, açafraão e pistaches. Rohani reforçou: Para os povos dos dois países será melhor que os Estados Unidos eliminem os impedimentos econômicos que tem com o Irã. Seria um favor ao povo dos Estados Unidos e ao do Irã que estes obstáculos que existem por vontade americana sejam superados. (Terra, 2016)

perdida para a Corrupção. (Ross como citado em CDG Editora, 2015, para. 1)

O cientista político reconhece que, historicamente, os recursos naturais sempre foram motivo de conflito entre as nações, mas ressalva que, atualmente, estas disputas ocorrem dentro dos próprios países e só muito raramente entre nações:

Historicamente, os recursos naturais foram a causa de muitos conflitos internacionais. A busca por recursos foi muitas vezes a força por trás dos empreendimentos coloniais e mesmo recentemente, até a Segunda Guerra Mundial, uma importante motivação para os conflitos entre nações. O que mudou é que agora os recursos são motivo de disputa dentro dos países e apenas raramente entre países. (Ross como citado em CDG Editora, 2015, para. 1)

Questionado pelo repórter se o conflito entre nações por recursos desapareceu, Ross (como citado em O Globo, 2013) argumenta que, atualmente, o Iraque constitui-se em uma exceção:

Este tipo de conflito praticamente desapareceu. A exceção mais clara é o caso do Iraque. A guerra com o Irã nos anos 80, a invasão do Kuwait nos anos 90 e a luta dos EUA para derrubar Saddam Hussein nos anos 2000 tiveram como pano de fundo o controle de poços de petróleo naquela região. Mesmo assim, outros fatores alimentaram estes conflitos do Iraque, como desavenças políticas e acusações de apoio a terroristas. Fora isso, hoje é extremamente raro ver países entrando em guerra pelo controle de recursos naturais. (para. 3)

Neste ponto, abre-se um parêntese para argumentar que, uma vez que a América Latina foi citada por Ross, embora o tema latino-americano não faça especificamente parte do escopo do presente trabalho, é pertinente destacar a teoria da “Maldição do Petróleo” relacionada ao Uruguai. Isto porque, em março de 2011, a imprensa uruguaia e a internacional noticiavam que, pela primeira vez na história do país, o Uruguai havia encontrado petróleo em seu solo.

Segundo Olsen (2006), por exemplo, em um artigo de sua autoria publicado no portal da Inter Press Service (IPS):

A Noruega pretende ensinar aos países tão ricos em petróleo quanto ela, mas pobres e corruptos, a melhorar a qualidade de vida da população, com seus enormes tesouros subterrâneos. . . . Teoricamente, as economias baseadas no petróleo levam vantagem na luta contra a pobreza. Porém a realidade é bastante diferente. A extração de petróleo serviu, de fato, para enriquecer pequenas elites e engendrar corrupção, miséria e conflitos. Países ricos em petróleo, como Nigéria, Chade e Angola, se situam em postos mais baixos em matéria de desenvolvimento humano, segundo a lista elaborada anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por outro lado, nações que carecem de hidrocarbonetos, com Coréia do Sul e Japão, estão mais bem colocadas (para. 1).

Por outro lado, relativamente ao contexto do Oriente Médio, quem faz uma análise crítica sobre a Maldição do Petróleo é Wrobel (2014), professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), para quem “A maldição pode se manifestar de diversas formas”. No caso da Arábia Saudita, por exemplo, o autor diz o seguinte:

A Arábia Saudita tem vastas reservas de divisas (mais de 700 bilhões de dólares) e poderá conviver um bom tempo com preços na órbita de dois dígitos. Mas os motivos que levaram esse país a manter estável sua cota de exportação parece ter mais a ver com geopolítica do que com aspectos financeiros. . . . O conturbado quadro do Oriente Médio pode ter levado Riad a procurar prejudicar seu grande rival regional – o Irã –, os fanáticos do Estado Islâmico e a produção de petróleo não convencional nos EUA e no Canadá, uma vez que estes precisariam de preços em torno de US\$ 60/US\$ 70 (para. 6).

## A economia saudita em números

# 72%

da renda vêm do petróleo

**US\$ 98 bilhões** foi o déficit fiscal em 2015.

**5%** das ações da petroleira estatal Saudi Aramco serão privatizadas.

**US\$ 2 trilhões** é o valor previsto para o fundo soberano de investimentos.

**11%** é o índice atual de desemprego.

Agências de notícias



Figura IV. A Economia Saudita em Números. De “A estratégia da Arábia Saudita para tentar acabar com a dependência de petróleo”, por BBC Mundo, 2016, Recuperado de Agência de Notícias do Brasil website: [https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160501\\_arabia\\_petroleo\\_tg](https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160501_arabia_petroleo_tg)

Deste modo, cabe destacar ainda que, mesmo sendo um dos principais países exportadores de combustível e estando geograficamente localizado no Oriente Médio – possuído ademais vastas reservas de divisas, como bem assinalou Wrobel (como citado em BBC Mundo, 2016), a Arábia Saudita recentemente anunciou sua intenção de “Largar seu ‘vício’ ao chamado ouro negro para poder sobreviver sem a renda proporcionada pelo petróleo” (para. 1 e 3).

Segundo a BBC Mundo (2016), explicando aos leitores de que forma isto ocorreria, afirmou então que graças aos fundos de investimentos sauditas:

Criando aquele que seria o maior fundo soberano do mundo, com recursos de US\$ 2 trilhões, mais do que o dobro do maior fundo de investimentos estatal existente hoje, o da Noruega, com US\$ 865 bilhões. . . . Para que o fundo soberano saudita, hoje com US\$ 160 bilhões, alcance os US\$ 2 trilhões, Riad planeja uma ação inédita: privatizar 5% das ações da

petroleira estatal Saudi Aramco. . . . A venda dessas participações também estabeleceria novos recordes porque, segundo estimativas do Conselho de Assuntos Econômicos e Desenvolvimento da Arábia Saudita, apenas 1% já resultaria na maior oferta pública de ações da história – superando a da cadeia comercial chinesa Alibaba, que obteve US\$ 25 bilhões, e a do Facebook, que somou US\$ 16 bilhões. . . . O restante das ações da Aramco, que ficaria fora da venda pública, seria transferido ao fundo soberano controlado pelo governo saudita. . . . Os anúncios de reformas econômicas na Arábia Saudita fazem parte de um programa chamado “Visão 2013”, divulgado pelo presidente do Conselho de Assuntos Econômicos e Desenvolvimento do país, príncipe Mohamed bin Salman. . . . A Arábia Saudita não é o primeiro exportador de petróleo que propõe superar a dependência do produto. . . . Países exportadores de petróleo historicamente foram afetados por flutuações no mercado internacional que ocasionaram períodos de bonança e de dificuldades. . . . Analistas como Michael Ross, professor de Ciência Política na Universidade da Califórnia, descrevem esse fenômeno como a “maldição do petróleo” (para. 6, 23 e 30).

O príncipe Mohamed bin Salman, por sua vez, reconhece a dependência de seu país e por isso afirma: “Desenvolvemos um vício de petróleo na Arábia Saudita” (BBC Mundo, 2016, para. 6).

Assim sendo, na opinião de Ross (como citado em O Globo, 2003), livrar-se da dependência do petróleo “é algo extremamente difícil de fazer. É possível na teoria, mas na prática não há nenhum país tão rico em recursos que tenha conseguido se diversificar e encerrar a dependência do recurso” (para. 23). Para o especialista, parte das razões para essas dificuldades são puramente econômicas.

O Golfo pérsico, formado de várias culturas e religiões, teve e ainda tem relações tensas e complexas. Esta área é estratégica por dois fatores principais: localização e petróleo. (Nixon, 1980)

Tanto o poder econômico quanto os militares estão sujeitos ao petróleo. Este fator é a razão pela qual o Golfo Pérsico é o centro das tempestades globais.

Nixon (1980) destaca ainda a importância histórica do Golfo Pérsico. Quando a era do carvão foi sucedida pela era do petróleo, a Grã-Bretanha, primeira superpotência de carbono do mundo, foi substituída pelos Estados Unidos, a melhor superpotência de petróleo do mundo.

Os Estados Unidos se tornaram uma potência petroleira cada vez maior. Em 1973, a América do Norte importou um terço do petróleo de que precisava. Cinco anos depois, a OPEP forneceu mais de 80% das importações norte-americanas. Em outros tempos, o principal fornecedor de petróleo do mundo, tornou-se o principal comprador da OPEP, adquirindo um quinto do petróleo que fornece. (Nixon, 1980)

Agora, mais do que nunca, determinar quem domina o que no Golfo Pérsico e no Oriente Médio, é a chave para determinar quem domina o que, no mundo.

Inglês vi isso acontecer desta vez há muito tempo. Nos primeiros cinquenta anos deste século, eles se esforçaram para fazer os americanos entenderem que os problemas do Golfo eram altamente estratégicos e políticos e não apenas econômicos. (Nixon, 1980, p. 91)

## **2.7 Óleo de Oleoduto como Alternativa ao Fechamento do Estreito**

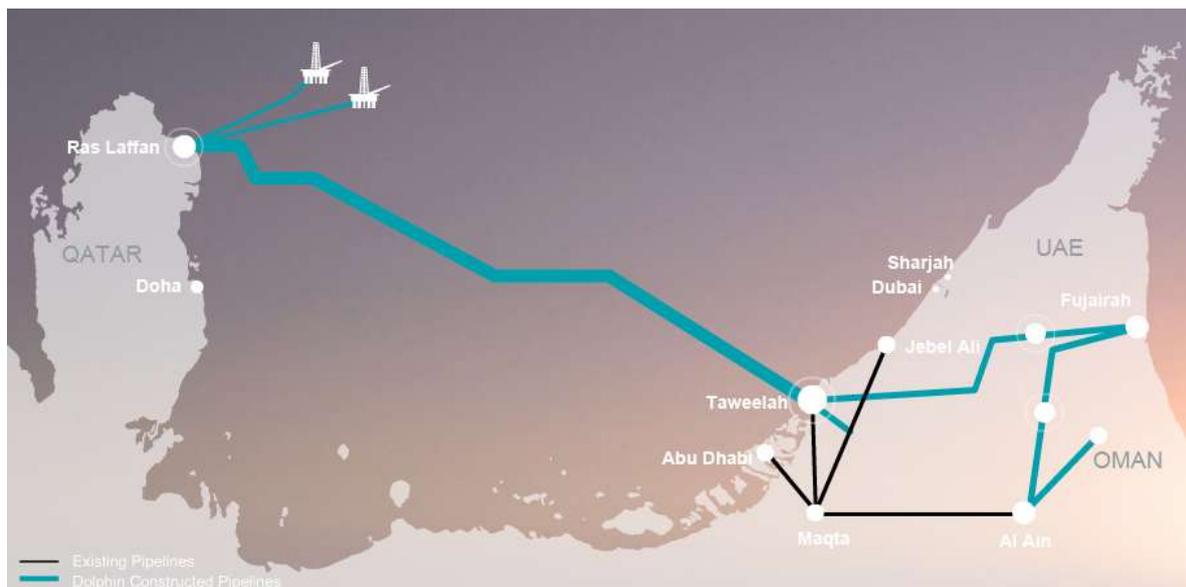
No caso do fechamento do Estreito de Hormuz, existe a alternativa de exportá-lo através de oleodutos ou transferir o petróleo para portos fora do Golfo Pérsico, que não são, portanto, afetados por um eventual fechamento do Estreito.



Figura V. Alternativas de Oleoduto. De "Oleoduto Kirkuk – Ceyhan", por Wikipedia, [n.d.], Recuperado 5 de janeiro de 2018, de Wikipedia website: [https://en.wikipedia.org/wiki/Kirkuk–Ceyhan\\_Oil\\_Pipeline](https://en.wikipedia.org/wiki/Kirkuk–Ceyhan_Oil_Pipeline)



Figura VI. Alternativas de Hormuz. De "A geopolítica dos oleodutos e gasodutos no Oriente Médio", por Frente Sul, 2015, Recuperado de Mondialisation website: <https://www.mondialisation.ca/the-geopolitics-of-oil-and-gas-pipelines-in-the-middle-east/5492595>



*Figura VII.* Gasoduto UAE-Catar. De “Gasoduto UAE-Catar continua aberto devido a necessidades energéticas – Relatório”, por Gulf Business, 2017, Recuperado de Gulf Business website: <https://gulfbusiness.com/uae-qatar-gas-pipeline-remains-open-due-energy-needs-report/>

O custo mais barato do transporte de petróleo é através dos petroleiros e, para minimizar esse custo, é essencial que esses navios entrem no Golfo Pérsico, uma vez que os campos de petróleo estão próximos ou relativamente próximos dos portos existentes.

Do lado do Irã, há a ideia de levar sua produção para o porto de Jask, no Mar de Omã. Há uma proposta para construir um Oleoduto ligando através à costa do Mediterrâneo através da Turquia. Se esses projetos forem implementados, o Irã vai reduzir sua dependência do Estreito de Ormuz em suas exportações. (Nasser, 2013)

Do outro lado do golfo, há alternativas como o Porto de Fujairah em Omã, que também fica no mar de Omã e, portanto, também está a salvo do fechamento do estreito.

O problema da transferência de petróleo através de oleodutos é que eles têm um custo muito alto e transferem apenas cerca de 40% do petróleo total que é comercializado, portanto, eles não são suficientes. E construir novos oleodutos é um investimento muito caro.

Portanto, a produção total de petróleo que poderia ser exportado através de todas as alternativas, no caso do fechamento do Estreito de Ormuz, não seria

suficiente para suprir o consumo mundial total. E no caso de usar essas alternativas, o custo teria um grande aumento. (Nasser, 2013)

### **CAPÍTULO 3 - O ESTATUTO JURÍDICO DO ESTREITO DE ORMUZ À LUZ DO DIREITO**

As reflexões que se apresentam nesta parte enquadram-se no conjunto dos aspectos legais e internacionais que tornam as águas do Estreito de Ormuz extremamente turbulentas. Portanto, é a partir da perspectiva das relações internacionais em uma espécie de pacto geral que versa sobre assuntos econômicos, culturais ou comerciais, bem como em âmbito de poder e representação político-jurídica, que cabe examinar o papel estratégico do Estreito de Ormuz, resultantes do mercantilismo e da evolução do comércio internacional.

Nesta direção, o presente estudo parte do pressuposto de que o Estreito de Ormuz é de extrema relevância no cenário geoestratégico e geoeconômico, levando em consideração a sua localização geográfica, lócus privilegiado da passagem do petróleo do mundo, tencionando as relações e a dinâmica do Golfo Pérsico, tendo em vista os interesses de alguns dos mais influentes atores das relações internacionais.

Como indica Rucks (2015), os estreitos caracterizam-se “por serem acidentes geográficos, provocados, por exemplo, pela ruptura de placas tectônicas, que distanciam razoavelmente duas porções de terra: dois continentes, duas ilhas, ou um continente e uma ilha” (p. 3).

Não obstante, os estreitos não podem ser vistos apenas como acidentes geográficos, pois possuem caráter fundamental para o comércio mundial, do ponto de vista estratégico, como rotas de passagem para a navegação, vias de comunicação e de segurança do transporte internacional. (Casella, 2009, p. 444)

Dessa forma, o Estreito de Ormuz não pode ser analisado de maneira limitada, levando em consideração apenas sua característica física geográfica, pois o mesmo se insere como um elemento-chave no contexto das relações internacionais, configurando-se num ponto de trânsito vital para os recursos energéticos globais, ensejando diversas disputas pelo seu controle e pela sua utilização, sejam eles diplomáticos ou militares.

Além disso, cabe levar em conta o fato da região do Oriente Médio fornecer 70% das necessidades energéticas do mundo, com 40% das exportações mundiais de petróleo embarcadas por esta passagem marítima na entrada do

Golfo Pérsico, entre Omã (situado na Península Arábica) e o Irã. Portanto, as passagens marítimas de comunicação ganharam valor estratégico, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, devido à expansão do comércio mundial e dos mercados de petróleo, configurando esse lócus de escoamento das principais produções de hidrocarbonetos, em especial da Arábia Saudita, do Kuwait e do Iraque. (Nasser, 2013)

Nessa ordem de ideias, cabe destacar a observação feita por Castro (2012) sobre a importância do petróleo relacionada ao contexto do Estreito de Ormuz, o qual salienta que, “devido a diversos interesses em jogo, o petróleo se torna um produto de grande instabilidade econômica, sendo seu preço variado de acordo com as forças de cada participante do jogo” (p. 17).

Em continuidade à sua análise, Casella (2014) argumenta que “a geografia do Estreito de Ormuz, uma das principais rotas de navios cargueiros, garante aos países ali próximos um poderoso controle sobre a região, possibilitando, inclusive, o controle de quem é permitido passar por ali” (p. 444).

Não é de se admirar, portanto, ainda de acordo com Castro (2012), “que em diversas ocasiões, surgiram ameaças versando sobre afundar os navios que passassem por ali com petróleo. Tal tática afeta diretamente no valor do barril de petróleo” (p. 17).

Em complemento, Castro (2012) reforça que “a balança de poder varia constantemente, seja por uma nova área descoberta, seja por uma tecnologia nova ou por variação nas condições financeira de países” (p. 17). É importante esclarecer que a este respeito, nota-se que, a fim de resolver este problema, são diversos e variados padrões internacionais que entram em jogo.

Sem dúvida, a eles constituem um ponto de partida dessas disposições existentes na área de Direito do Mar, que, diretamente está relacionada com o assunto: quais são as tratativas relativas à regulamentação da navegação marítima compreendendo de que o Estreito de Ormuz é considerado um “estreito internacional” Nesta linha de pensamento, é de suma importância falar antes sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), também chamada de Convenção da Jamaica ou Convenção de Montego Bay, de 10 de

dezembro de 1982, ainda que apenas de viés, uma vez que tal Convenção contribuiu para a caracterização dos novos limites dos espaços marítimos. (Nasser, 2013)

Assim sendo, segundo Mattos (como citado em Beirão & Pereira, 2014), em um documento oficial da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), pertencente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), no qual diversos autores analisam a importância da CNUDM, “Num só documento – ao contrário das normas genebrinas que a antecederam –, a Convenção compreende um Preâmbulo, 17 Partes e nove Anexos, além da Ata Final da Conferência (III Conferência) da ONU sobre a matéria” (p. 22).<sup>18</sup>

O autor tece ainda as seguintes considerações sobre a Convenção:

A Convenção foi complementada, em 1994, pelo Acordo sobre a Implementação de sua Parte XI (o *Boat Paper*), referente exclusivamente à Área (o fundo do mar internacional), com vistas a atrair grandes potências, isto é, países de maior expressão político-econômico-estratégica. . . . Dispõe a Convenção sobre mar territorial e zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental, alto-mar, estreitos utilizados para a navegação internacional, estados arquipélagos, ilhas, mares fechados ou semifechados, área, estados sem litoral, proteção e preservação do meio ambiente, investigação científica marinha e solução de controvérsias, além de disposições gerais e disposições finais. (Mattos, 2014, p. 22)

Dito isto, conforme mencionado anteriormente, vem de longe a tentativa da ONU de produzir instrumentos legais na esfera internacional, referentes ao mar. Sobre o assunto, quem também se pronuncia é Longo (como citado em Beirão & Pereira, 2014), para quem as Convenções anteriores a CNUDM não conseguiram corresponder aos anseios e realidades da época:

As duas tentativas das Nações Unidas para produzir instrumentos legais de âmbito internacional, relativos ao mar, não conseguiram corresponder aos anseios e realidades da época. A primeira, em 1958, elaborou quatro

---

<sup>18</sup> O termo “genebrinas”, usado pelo autor, refere-se às Convenções de Genebra sobre Direito do Mar, de 1958, que, segundo ele, não lograram êxito.

Convenções separadas, não deixando espaço para negociações que pudessem levar a um resultado aceitável. A segunda, em 1960, buscou sem sucesso cobrir as lacunas da anterior e estabelecer a delimitação do mar territorial. Mais da metade dos Estados não aderiu às quatro Convenções de 1958. As críticas mais severas as acusavam de refletir os interesses das grandes potências e não contemplar os dos países em desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, novos agentes e parceiros surgiram no cenário mundial, em razão da descolonização e do aparecimento de novos Estados. Estes, não tendo participado das negociações anteriores, não se julgavam obrigados a aceitá-las. (Longo, 2014, p. 70)

O autor destaca a busca por consenso durante a realização da Convenção:

A experiência adquirida com a não aceitação dos resultados das Convenções anteriores indicava que uma nova Convenção somente seria coroada de êxito se viesse a contar com a aceitação universal. Por essa razão, na Terceira Conferência houve empenho para chegar-se ao consenso. Em princípio, as matérias negociadas não entrariam em votação. Os assuntos mais difíceis seriam debatidos exaustivamente à procura de uma solução que pudesse ser aceita por todos, mas o regulamento da Conferência previa o recurso ao voto. (Longo, 2014, p. 74)

A Terceira Conferência das Nações Unidas (ONU) foi considerada demasiadamente prologada, pelos participantes, tendo sido iniciada em Nova Iorque, em 1973, e cuja ata final somente foi assinada nove anos depois, em 1982, na Jamaica:

A busca do consenso, considerada por alguns como utópico, fez com que os trabalhos da Conferência se prolongassem por vários anos. Formalmente instalada em Nova Iorque, em dezembro de 1973, desenvolveu-se por onze períodos de sessões, tendo sua ata final assinada em Montego Bay, Jamaica, em dezembro de 1982. A Convenção por ela elaborada foi considerada pelos participantes como o resultado do mais

prolongado e abrangente processo de negociação multilateral de participação universal na história das Nações Unidas. (Longo, 2014, p. 75)

Beirão e Pereira (2014) afirmam ter havido uma tentativa genuína de se chegar ao consenso durante a Convenção, todavia questões relativas à jurisdição somente aos poucos foram se consolidando:

O advento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é um marco que trouxe maior pacificação no uso dos mares, na medida em que buscou o consenso em muitas das demandas dos Estados, em especial quanto às delimitações de espaços marítimos. No entanto, questões delicadas, como a jurisdição em diversos desses espaços, foram aos poucos se consolidando, dada a soberania relativa (em razão da matéria, do lugar, da ação etc.) que esses espaços conferiam. (p. 159)

Os autores acentuam a importância da Conferência da ONU, lembrando ainda que “grande parte dos Estados já lhe é plenamente aderente”, apesar de ainda haver “importantes atores do cenário internacional ainda relutarem em aderir ao instrumento”:

O nascimento da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não foi prematuro. Quase três décadas de negociações (incluindo aí as discussões levadas a cabo nas duas Conferências anteriores) foram necessárias para ela consumir-se, na cidade de Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, sob a efusividade de grande número de delegações que viram frutificarem seus esforços, ao mesmo tempo em que Estados atuantes nas discussões pregressas evadiam-se de sua assinatura. Hoje, passados seus anos de amadurecimento, pode-se constatar o enorme sucesso que a conhecida Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar alcançou, pois grande parte dos Estados já lhe é plenamente aderente, a despeito de alguns importantes atores do cenário internacional ainda relutarem em aderir ao instrumento. (Beirão e Pereira, 2014, p. 130)

Ressaltam, ainda, a criação de três órgãos importantes de solução de controvérsias concebidos na Convenção objetivando assegurar o cumprimento de seus dispositivos:

A Convenção definiu os conceitos dos espaços marítimos (Águas Interiores, Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva, Plataforma Continental, Alto-Mar e Fundos Marinhos) e criou três órgãos de solução de controvérsias para assegurar o cumprimento dos seus dispositivos (Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, sediada em Kingston, Jamaica; Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, sediado em Hamburgo, Alemanha; Comissão dos Limites da Plataforma Continental, instalada na sede das Nações Unidas em Nova Iorque). (Beirão e Pereira, 2014, p. 131)

Assim também, na apresentação deste mesmo documento do Itamaraty, intitulado Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar, Lima (como citado em Beirão & Pereira, 2014) destaca a importância da CNUDM no tocante aos aspectos político e jurídico:

Expressão eloquente do multilateralismo em momento no qual se buscava um novo ordenamento internacional mais justo e equitativo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), negociada durante mais de nove anos e firmada em Montego Bay, na Jamaica, em 1982, constitui o principal arcabouço político e jurídico para regulamentar o uso dos oceanos. Conhecida como “A Constituição do Mar”, normatiza todos os aspectos do universo marítimo, inclusive delimitação das fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução dos conflitos internacionais envolvendo questões marinhas. A Convenção é, ademais, importante fator de sustentabilidade dos espaços oceânicos. (p. 70)

De fato, já no prefácio do mesmo documento, Moura Neto (como citado em Beirão & Pereira, 2014) igualmente destaca a importância da Convenção:

A Organização das Nações Unidas (ONU), idealizada para zelar pela paz e segurança internacional, fomentou a consolidação da regulação marítima.

Várias tentativas frustraram essa expectativa. Apesar dos progressos decorrentes da Primeira e da Segunda Conferência, pouco se avançou na obtenção do consenso em algumas questões mais sensíveis. Daí decorreu a importância da Terceira, que culminou com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada por expressiva representação de Estados, em 10 de dezembro de 1982. . . . O texto acordado, já em seu preâmbulo, deixava transparecer o espírito almejado à época de sua conclusão, qual seja: o respeito à soberania das nações e a construção de uma ordem jurídica para os espaços oceânicos, que facilitasse a relação entre os povos e respaldasse os anseios por uma maior segurança nas diversas atividades ligadas a eles. (p. 16)

J. R. C. de Souza (2001) enfatiza-se então que a “Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar” teve por objeto principal a definição de normas jurídicas para os mares e oceanos, a serem respeitadas por todos os países signatários da referida Convenção, visando o fortalecimento da paz, da segurança e da cooperação pacífica entre as Nações, de conformidade com os princípios de justiça e de igualdade de direitos e objetivando a promoção econômica e social de todos os povos.

Em decorrência de todos esses aspectos anteriormente mencionados, referentes ao Direito do Mar, infere-se que o estatuto jurídico relativamente ao Estreito de Ormuz é uma questão controversa, uma vez que eventualmente pode gerar instabilidade internacional, conflito e crise econômica. Cabe lembrar, ainda, que os países Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Emirados Árabes e Omã têm direitos jurídicos sobre o Estreito.

Assim sendo, o presente capítulo examinará as reivindicações legais das várias nações sobre o Estreito de Ormuz e dos estados do Estreito sobre a lei internacional e procurará determinar qual nação tem o perfil mais conveniente e apropriado para controlá-lo e determinar o que isso pode significar para o futuro dessa hidrovía estratégica, bem como as implicações dessa situação para o comércio internacional, para a política regional e para o equilíbrio de poder na região do Golfo Pérsico.

Em seguida, mostrar-se-á que o estatuto jurídico do Estreito de Ormuz é uma questão altamente complexa e, apesar de haver um quadro jurídico internacional elaborado, parece que a situação jurídica exata do Estreito de Ormuz ainda é um tema aberto a interpretações. Isso acontece devido a três razões.

A primeira delas é a natureza do Direito Internacional. O sistema atual é o que garante qual nação controla o corpo de água ou de mar. Ele é intrinsecamente contraditório por natureza, apresentando muitos problemas a serem resolvidos. Essa fraqueza no quadro jurídico certamente é uma parte do problema com o Estreito de Ormuz e as tensões nas áreas geradas entre as nações vizinhas acontecem justamente devido à falta de clareza quanto às leis que regem seu estatuto jurídico.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas, enquanto houver especificidades nas leis marítimas, em matéria de Estreito, como o Estreito de Ormuz, sempre haverá uma grave questão para o futuro dessa hidrovia estratégica, pois o estatuto jurídico parece contradizer os direitos reconhecidos das nações.

A segunda razão é a geografia do Estreito. O Estreito é um corpo de água lateralmente curto que possui uma característica geográfica única. Localizado dentro de uma pequena área geográfica no Golfo Pérsico é formado por três nações que competem reivindicações legais sobre ele, devido à localização geográfica atípica em que o Estreito está inserido e que implica em uma situação estratégica muito complicada do estatuto jurídico dessa via fluvial.

Jafari-Valdani (2012) lembra que:

A localização geográfica de qualquer país tem um papel importante na sua política externa. Assim sendo, ele considera que estar localizado nas adjacências de um estreito é uma dessas posições geográficas específicas. . . Estreitos são importantes vias levando-se em conta os pontos de vista econômico, militar e estratégico, uma vez que servem para ligar regiões. Por esta razão é que os estreitos têm estado no centro das atenções das grandes potências desde a antiguidade. (p. 10)

A posição legal do Irã e dos Emirados Árabes Unidos, em matéria de direito marítimo internacional, torna a situação no Estreito complicada. Ambos os países assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre o mar, mas eles não conseguiram ratificá-la. Isso também dificulta enormemente o estatuto jurídico do Estreito e faz com que seja difícil determinar qual governo deve regulamentar e administrar o Estreito. A comunidade internacional, através da Convenção das Nações Unidas Sobre o Mar, reconheceu a importância do Estreito de Ormuz e de outros Estreitos para o transporte e comércio marítimo internacional. Sob a lei internacional, qualquer corpo de água definido como um estreito tem um estatuto jurídico especial.

A terceira razão é que na Convenção das Nações Unidas Sobre o Mar, há um número considerável de cláusulas dedicadas à questão de quem controla os estreitos do mundo, aos direitos das nações e ao transporte internacional, e o Estreito de Ormuz também está contemplado pelas cláusulas da Convenção.

Neste ponto, torna-se relevante abrir um parêntese aqui para destacar o conceito de Beirão e Pereira (2014) para “comunidade internacional”. Segundo os autores, entende-se comunidade internacional como “o conjunto de Estados que são formalmente reconhecidos pela esmagadora maioria dos demais Estados, dela excluindo-se nações e regiões que não disponham da plenitude dos pressupostos dos Estados internacionalmente aceitos” (p. 127).

Atualmente, todos os estreitos, mesmo aqueles que podem estar dentro das águas territoriais de um país, são abertos ao transporte legal e pacífico. O estatuto jurídico do Estreito apresenta-se contraditório e sem clareza à medida que primeiramente determina que nenhuma nação, mesmo aquelas cujas águas territoriais estão localizadas à beira do Estreito, pode impedir o transporte de cargas naquela região e regular alguns aspectos da navegação, como o de intervir na pesca e no contrabando. Mais adiante, o mesmo estatuto sugere que os países podem interferir com o transporte internacional em estreitos e ainda lhes assegura o direito de intervir no policiamento do corpo de água, assegurando sua segurança e ausência de poluição marítima.

Da maneira contraditória como é apresentado, o estatuto abre precedente para que países como o Irã, por exemplo, tenham um pretexto para interromper o transporte no Estreito e enviar barcos navais no corpo de água, conforme sua necessidade econômica. Assim, o direito de “passagem inocente” está consagrado na lei, mas ao mesmo tempo esta mesma lei permite que algumas nações intervenham potencialmente no Estreito e paralise o transporte de via através dele. Essa falta de clareza do estatuto jurídico que rege o Estreito de Ormuz contribui para que as nações ajam e interpretem a lei conforme seus interesses estratégicos e políticos.

Cada nação tem seu litoral e sua reivindicação legalmente reconhecida relativamente a uma área de mar ou águas. “As águas territoriais de uma nação são tanto uma parte de uma nação como as suas terras e seu espaço aéreo” (Organização das Nações Unidas, 1994, p. 4)

Na era moderna, tem havido um interesse crescente do Estado na manutenção da soberania de suas águas territoriais, em virtude das vantagens econômicas e estratégicas que o controle de áreas do mar e das vias fluviais representa.

Assim, a fim de compreender como isso acontece e o que isso significa para o regime jurídico das águas territoriais, sobretudo em relação à área circundante do Estreito de Ormuz, é necessário examinar como o conceito de águas territoriais e outras leis marítimas evoluiu em sua forma atual. Por esta razão, este fato também representa um dos pontos principais deste estudo.

### **3.1 O Estatuto Jurídico do Estreito de Ormuz à Luz do Direito Internacional**

O estudo das Relações Internacionais contemporâneas tem como um dos objetos de análise o direito do mar, constituído pelo trânsito de navios através de estreitos utilizados para a navegação internacional. Para tanto, há diferentes visões de como essa mesma ordem jurídica é estabelecida e quais são os elementos que a compõem. Nesse meio, faz-se necessário ressaltar a importância dos regimes internacionais e, em especial, a compreensão acerca das dinâmicas do estreito de Ormuz.

Nesta direção, os estudos acadêmicos do campo jurídico, por sua vez, tendem a enfatizar o papel do direito internacional na vida internacional. A importância desta questão é determinada pelo interesse de um número consistente dos Estados na manutenção máxima liberdade de movimento no mar, como seu comércio e seus espaços de interesses estratégicos e militares.

Assim sendo, o sistema internacional, nesse sentido, não pode ser observado como um fenômeno político isolado de suas interações com as exigências normativas do sistema social. Eles dependem estritamente sobre a liberdade de comunicação e liberdade oceânicas rotas de navegação.

Como pode deduzir-se do que acima indicado, o contexto internacional tem dado sinais claros de mudança, em particular, aqueles que têm relevância jurídica sobre os braços do mar, cujas águas estão incluídas no mar territorial do Estados costeiros e reconhecendo a necessidade de regras que preveem a passagem em trânsito deste sistema de navegação.

Este sistema ganha força nas decisões tomadas por tribunais internacionais, que geralmente são fundamentadas em jurisprudência e precedentes destas cortes; no crescimento de formas de regulamentação e administração transgovernamentais (comitês técnicos, comissões etc.).

De modo geral, a comunidade internacional está preocupada principalmente com os estreitos para manter o comércio internacional e, especialmente, com a questão do transporte de óleo que acontece nessas regiões. A Convenção das Nações Unidas de 1982 traz uma declaração clara no que diz respeito ao livre acesso ao trânsito nos estreitos, por serem consideradas passagens inocentes; ou seja, qualquer navio ou avião tem o direito de atravessar um corpo de água, desde que seja civil, assim como todos os navios não militares tem todo o direito de navegar nas águas territoriais de outros países. Desta forma, os estreitos são considerados “passagens de trânsito” e os navios têm todo o direito de entrar e sair deles da mesma forma como navegam em águas internacionais para outros países. (Nasser, 2013)

A Convenção das Nações Unidas estabelece claramente os deveres dos navios que possuem o direito de “passagem inocente” por um estreito. Esses

deveres são muito relevantes para o Estreito de Ormuz. Os navios devem: (a) passar pelo estreito sem demora; (b) observar os regulamentos marítimo Internacional e (c) abster-se de qualquer demonstração de força ou ameaça nas águas territoriais de uma nação ribeirinha aos estreitos. (Nasser, 2013)

As Nações Unidas postulam que os estreitos não representam uma ameaça para outras nações. O Direito Internacional, por sua vez, não só reconhece que os navios que transitam pelo Estreito têm deveres e responsabilidades como advoga também que os mesmos devem permitir o acesso livre dos transportes internacionais para nações na em sua fronteira assim como para todas as demais nações que dele se beneficiam.

As Nações Unidas reconhecem que os Estados que fazem fronteira com um estreito têm interesses especiais e, segundo a lei, os mesmos ficam obrigados a fazer o seguinte: (a) regular a segurança do tráfego marítimo; (b) evitar a poluição; (c) preservar a pesca; (d) evitar atividades ilegais, como o contrabando e a imigração ilegal.

Outro ponto importante é que as nações que fazem fronteira com o Estreito de Ormuz têm a responsabilidade legal de operar as rotas marítimas e regulamentar o tráfego através dos estados. Nos termos da Convenção, Irã, Emirados Árabes Unidos e Omã estão a designar as rotas marítimas através do Estreito. Antigamente essas questões eram deixadas de lado, sendo hoje, imprescindível a implementação de um esquema de separação de tráfego, pois os navios que vão para o Estreito navegam por uma espécie de pista em que, devido ao seu estreitamento, só é possível a passagem de dois navios, um que sai e outro que entra no Estreito. Este esquema de separação de tráfego é importante por razões de segurança e para se certificar de que os navios que passam rapidamente pelo Estreito não causem bloqueio e congestionamento marítimo.

Isso significa que o Irã, Omã e os Emirados Árabes Unidos têm algumas responsabilidades em relação ao estreito de Ormuz. Essas nações podem legalmente intervir no Estreito, impor e determinar regulamentos e leis. A Convenção das Nações Unidas também orienta que as nações cooperem em

relação aos auxílios à navegação nas águas territoriais à beira do Estreito, atentando sempre para a segurança dos navios e evitando a poluição.

### **3.2 A Construção Histórica do Estatuto Jurídico do Estreito de Ormuz**

No passado, os vários impérios e sultanatos que governaram a região do Golfo Pérsico tinham pouco interesse em afirmar o seu controle legal das águas territoriais. As grandes potências no Golfo Pérsico tentaram fazer valer as suas reivindicações sobre o mar através do poder e, para isso, usaram sua marinha para dominar o comércio nos mares. Como consequência, as batalhas marítimas tornaram-se frequentes. Como não havia nenhuma lei na época, a nação que possuía a marinha mais forte passava a assumir o controle do mar. (Nasser, 2013)

Antes do final do século XX, o estatuto jurídico do mar e as rotas marítimas eram bastante superficiais. As nações não tinham desenvolvido a noção de que podiam exercer o controle no espaço de três milhas náuticas de mar a partir de sua costa. Dentro desta área de mar, uma nação era soberana e podia determinar quem entrava em suas águas. No entanto, no século XX, mais e mais nações começaram a requerer os seus direitos e exigir maior controle dos mares nas imediações dos seus termos.

Assim sendo, como foi dito, as Nações Unidas organizaram várias conferências sobre o assunto em 1958, o que levou a uma série de tratados internacionais em matéria de soberania dos mares e oceanos. Entre esses tratados e acordos internacionais estava talvez o mais importante de todos: a “Convenção do Mar Territorial”, que entrou em vigor em 1964. Como resultado deste e de outros tratados, a maioria das nações apropriou-se de extensas áreas de águas territoriais sem consultar outras nações, decidindo, unilateralmente, pela posse de extensas áreas de oceanos e mares do mundo. (ONU Brasil, 2012)

Por não haver, naquela época, uma entidade jurídica legal supervisionando quais águas territoriais as nações reivindicavam e, certamente, por essa situação não apresentar estabilidade, com o passar do tempo, as relações entre as nações vizinhas se estremeceram cada vez mais, gerando graves conflitos que foram se refletir no futuro. Esta foi uma preocupação especial durante a Guerra Fria, que

representou um período de hostilidade entre o bloco capitalista e do bloco comunista.

Deste modo, na área de influência norte-americana, especialmente nas periferias, qualquer oposição era normalmente rotulada de “comunista” ou “aliada a Moscou”, ao passo que na área de influência soviética as oposições eram sempre reprimidas sob o argumento de serem “antirrevolucionárias” ou defensoras do capitalismo.

### **3.3 A Convenção das Nações Unidas sobre os Mares**

Voltamos nesta parte a abordar a Convenção da ONU de modo que os diversos aspectos a ela referentes possam ser explicados detalhadamente. Destaca-se, assim, relativamente ao contexto histórico em que se inseriu a Convenção, que em 1967 a situação geopolítica no mundo estava tensa e muitos países pertencentes às Nações Unidas estavam preocupados com as disputas sobre a soberania dos mares e oceanos, já que essa relação de poder poderia levar a novos conflitos no futuro. No mesmo ano, teve início um processo que buscava garantir a cada nação o direito de ter uma parte equitativa das águas territoriais. Com o passar do tempo, após muitos anos de negociações, houve um acordo sobre as questões ligadas às águas territoriais. Atualmente, essas leis sobre as águas são muito abrangentes, porém precisam ser compreendidas, de maneira que possa haver um melhor entendimento das controvérsias e conflitos de interesses no Estreito de Ormuz.

Após muitos anos de negociações da Terceira Convenção das Nações Unidas sobre os mares, em 1994, finalmente entra em vigor e vem esclarecer muitas questões relativas às águas territoriais e aos direitos dos estados e das nações sobre as mesmas.

Mattos (1996), referindo-se à Convenção da ONU-82, a mesma trata do regime jurídico das águas que formam os estreitos utilizados para a navegação internacional. Segundo ele, o regime jurídico de passagem pelos estreitos não afeta o regime jurídico das águas que o formam, nem o exercício, pelos Estados Costeiros, de sua soberania ou de sua jurisdição sobre as águas, seu espaço aéreo sobrejacente, leito e subsolo. De acordo com o autor, “tal disposição não

afeta as águas interiores situadas no estreito, nem o regime jurídico da zona econômica exclusiva ou do alto-mar” (p. 23).

Há ainda várias leis e acordos relativos a essa Convenção que poderiam ter um impacto direto sobre o estatuto jurídico do Estreito de Ormuz e melhorar o controle deste corpo de água altamente estratégico.

A seguir, apresentamos alguns aspectos importantes mencionados na Terceira Convenção das Nações Unidas.

### **3.3.1 Mar territorial**

Até a distância de doze milhas náuticas, o Estado tem o direito de regulamentar o uso, explorar os recursos naturais e estabelecer controle dessa área.

Nas palavras de Nasser (2013), “a Convenção consagra a existência de um mar territorial que poderá atingir até 12 milhas” (p. 44). Souza (2001), por sua vez, destaca ainda que “Mar Territorial é a faixa marítima de largura igual a doze milhas marítimas, medidas a partir de uma linha de base, determinada de conformidade com as normas da Convenção” (p. 4).

Em relação às águas territoriais, nenhum Estado tem o controle absoluto. Como vimos anteriormente, as leis do mar foram baseadas no direito consuetudinário, que influenciou a Convenção moderna sobre os mares. A livre passagem dos navios civis através das águas territoriais, utilizando-se do direito de “passagem inocente” tem sido uma prática costumeira realizada há muito tempo, e ainda hoje tem sido utilizada pelo fato de que um navio civil respeita as leis da nação que possui as águas territoriais e, assim, tem livre acesso para trafegar pelas águas de qualquer nação. (Nações Unidas, 1994, p. 26).

Segundo Mattos (1996), ainda no século XIV, a questão da extensão do Mar Territorial já preocupava os juristas italianos. O autor também fala sobre o critério dominante que vigorava na Europa Setentrional naquela época:

O problema da extensão do mar territorial (mar jurisdicional ou mar litoral) preocupou os juristas italianos do Século XIV, quando Saxoferrato sustentou a jurisdição dos Estados Costeiros até 100 milhas marítimas. Por

essa época, na Europa Setentrional, o critério dominante era o do alcance da vista humana, que variava de 14 a 21 milhas, por depender de condições meteorológicas. No Século XVII, Grotius defendeu o Mare Liberum, a que se seguiu a contestação de Selden (Mare Clausum). O século XVIII estabeleceu a regra do alcance do tiro de canhão (Bynkershøek) aproveitada por Galiani para a distância de 3 milhas. Quando a SDN (Sociedade das Nações) estudou o problema, só havia acordo quanto a um limite mínimo de 3 milhas, nada, porém, havia sido acordado quanto a um limite máximo. (p. 9)

### **3.3.2 Zona contigua**

Além das águas territoriais que se estendem para um total de doze milhas náuticas, existem mais doze milhas, onde um estado pode continuar a aprovar leis, porém de forma limitada. Dessa maneira, um estado pode fazer cumprir as leis nesta zona contígua quando se trata de poluição, de imigração e de tributação marítima. É permitido a ele perseguir os envolvidos em atividades ilegais ou imigração nesta zona. Isto significa que os três estados que estão nas proximidades do Estreito de Ormuz possuem suporte legal para aplicar essas reivindicações. (ONU Brasil, 2012)

### **3.3.3 Zona econômica exclusiva**

O Golfo Pérsico é uma região cujos mares são ricos em reservas e depósitos de petróleo e gás; por esta razão, os países que dele fazem parte como o Irã, Omã e os Emirados Árabes Unidos têm o direito de reivindicar todos os recursos naturais que ocorrem dentro do mar ou oceanos no espaço de duzentas milhas de sua costa, sobretudo perfurar os poços de petróleo e gás de toda essa área. (ONU Brasil, 2012)

Sobre o assunto, é interessante destacar a observação feita por Longo (2014) sobre a forma como a questão da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) foi debatida na Conferência:

Nos debates da Conferência, identificavam-se duas correntes de opinião bem definidas. Uma procurava ampliar os direitos do Estado costeiro nas águas adjacentes a seu litoral e obter maior controle do alto-mar. Outra

defendia a manutenção tanto de jurisdições estreitas para os Estados costeiros quanto das liberdades do alto-mar. . . . Mesmo quando as grandes potências e os conservadores passaram a admitir a existência de zonas econômicas, tudo fizeram para diminuir a autoridade do Estado costeiro e manter a liberdade dos mares. Embora aceitassem a ocorrência de direitos econômicos, insistiam na permanência dos direitos relativos à navegação e a outros direitos, de modo a se ter um regime semelhante ao do alto-mar. As grandes potências marítimas e as grandes potências de pesca somente queriam aceitar uma restrição mínima ao seu direito de pescar em uma área que, anteriormente e segundo o conceito que utilizavam, constituía-se em alto-mar. (p. 83)

O autor destaca ainda a questão relativa à regionalização ou nacionalização das zonas econômicas: os países em situação geográfica de desvantagem favoreciam jurisdições nacionais estreitas, por considerarem que se não o fizessem estariam reduzindo o alto-mar e a Área, conseqüentemente abdicando de uma parcela do patrimônio comum da humanidade que a eles também pertencia. Esse grupo, em conjunto com os países sem litoral, pretendia que as zonas econômicas fossem regionais, e não nacionais, e reivindicavam o direito de pescar e de explorar conjuntamente os recursos minerais, principalmente petróleo. (Longo, 2014)

### **3.3.4 Plataforma continental**

A plataforma continental, localizada acima do nível do mar, é normalmente uma área de águas rasas perto da costa de um país e é considerada como parte de seu território. Um estado ou nação tem direitos legais sobre duzentos e até trezentos e cinquenta quilômetros da Plataforma Continental. Assim, a Plataforma Continental, no Estreito de Ormuz é reivindicada por três nações soberanas que são o Irã, os Emirados Árabes Unidos e Omã. Por causa das reivindicações sobre a plataforma continental no Estreito de Ormuz, a questão do estatuto jurídico da hidrovia configura-se em uma situação complexa e conflituosa. (J. M. de Souza, 1999)

A fim de melhor compreender a situação jurídica do Estreito e as reivindicações políticas das várias nações subjacentes a ele, é necessário examinarmos a situação desses estados sob a ótica do direito internacional, o que faremos a seguir.

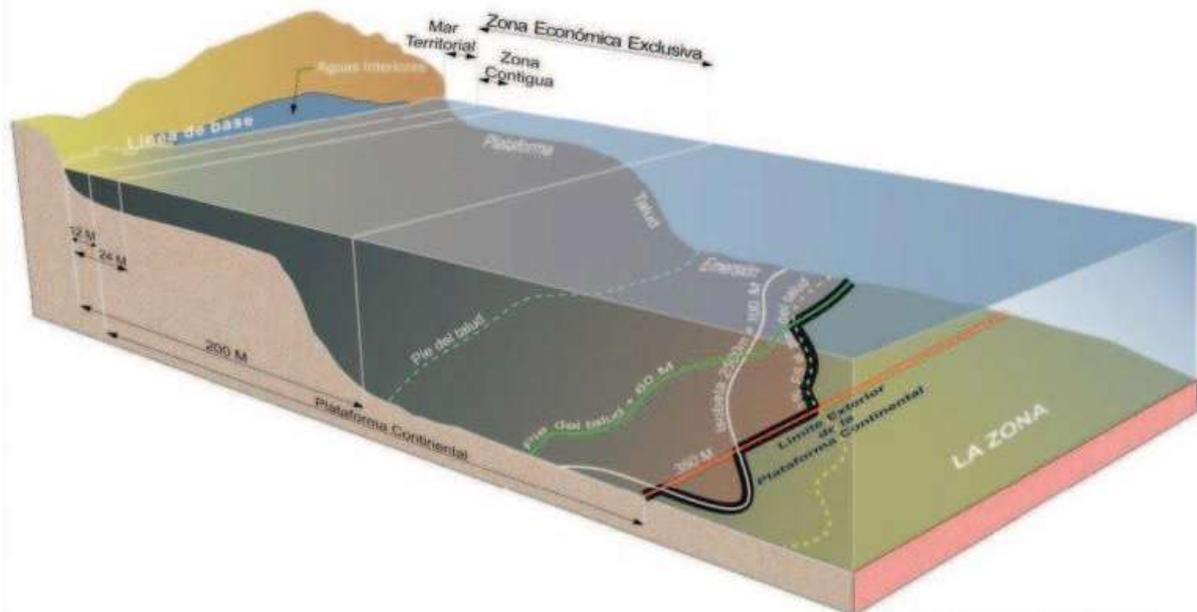


Gráfico IV. Plataforma Continental. De "A plataforma continental estendida ou expandida", por J. I. Rodriguez, 2017, Recuperado de Revista Marina website: <https://revistamarina.cl/tema-deportada/la-plataforma-continental-extendida-o-ampliada/>

A zona econômica exclusiva, patrimônio marítimo, é uma faixa marítima que se estende desde o limite exterior do mar territorial até uma distância de 200 milhas náuticas (370,4 km), contada a partir da linha de base a partir da qual a largura é medida deste. (J. R. C. de Souza, 2001)

A zona contígua é a extensão do mar adjacente ao mar territorial que inclui de 12 a 24 milhas náuticas contadas a partir da linha de base a partir da qual a largura do mar territorial é medida. Nesta faixa de água, o Estado costeiro não tem soberania, mas seus direitos são determinados apenas em questões aduaneiras, sanitárias, fiscais e migratórias. (J. R. C. de Souza, 2001)



Figura VIII. Mar territorial, zona econômica exclusiva e zona econômica contígua. De “Pesca ilegal: como funciona a zona econômica exclusiva da Argentina?”, por B. Ferrari, 2018, Recuperado de A Nação website: <https://www.lanacion.com.ar/economia/pesca-ilegal-como-funciona-la-zona-economica-exclusiva-argentina-nid2107312>

### 3.3.5 Conceito de passagem inocente

Enquanto a Convenção das Nações Unidas permite que os Estados ribeirinhos do Estreito possam intervir no que diz respeito a algumas questões, a lei é clara de que todos os navios internacionais podem transitar através dos estreitos, de acordo com a “passagem inofensiva”.

O conceito de “passagem inocente”, como vimos anteriormente, significa que qualquer navio civil pode atravessar o estreito. Esse é um direito de todos os navios, independentemente da sua nacionalidade e/ou bandeira representativa podem navegar sobre as águas. Todo navio que realiza atividade lícita e não militar tem o direito de entrar e sair do Estreito de Ormuz, sem impedimento de qualquer nação ou entidade política que faz fronteira com um estreito. Na realidade, quando está relacionado a passagem do transporte, os estreitos são tratados da mesma maneira que quaisquer outras águas territoriais e águas internacionais. Isso é muito importante no que respeito a essas nações que fazem fronteira com os estreitos. Afirma-se claramente no âmbito da Convenção sobre as

leis do mar que nenhuma nação pode fechar um transporte estreito e proibir a entrada e saída livremente dos navios em um corpo de água, se estiver este envolvido em atividades pacíficas e legais. O que isso significa é que Omã, Irã e Emirados Árabes Unidos não têm o direito de interromper qualquer viagem lícita através do Estreito de Ormuz por qualquer navio, independentemente do seu país de origem. Nenhuma dessas nações pode bloquear o Estreito, mesmo se ela tiver relações tensas com outro país. Tecnicamente, a Convenção das Nações Unidas defende que qualquer nação, mesmo aquelas cujas águas territoriais limitam um estreito, deve permitir o livre tráfego nessa região por estarem relacionadas com o movimento marítimo internacional. Esta situação, ao longo dos anos tem sido associada a períodos de tensões entre países, a tempos de guerra e de paz. (Nasser, 2013)

### **3.3.6 Conceito de passagem livre**

O sistema de passagem livre nos estreitos internacionais é frequentemente exigido pelos países do mundo e pelos países que dependem das forças marítimas como ferramenta estratégica em seu movimento internacional e pelos países que dependem de sua economia no comércio marítimo e nos países sem litoral como os estados do Golfo. Estes estados justificam que os estreitos fazem parte do alto mar e que a passagem de navios não constitui qualquer derrogação à soberania dos estados estreitos dos estreitos. A passagem de navios e aeronaves é permitida sem qualquer restrição. (Nasser, 2013)

### **3.3.7 Conceito de passagem de trânsito**

Significa passagem de trânsito no estreito, a liberdade de navegação e de voar de forma rápida e contínua, com o único propósito de atravessar os estreitos. O sistema de trânsito é um compromisso entre tráfego livre e tráfego inocente. (Nasser, 2013)

### **3.3.8 Posições dos Estados árabes do Golfo do sistema de navegação no Estreito**

As visões e visões dos Estados do Golfo Árabe, Irã e Estados Unidos do sistema de navegação através do Estreito variaram. O Irã e Omã estão exigindo uma passagem inocente, já que este sistema garante sua segurança e soberania.

Os seis países, nomeadamente o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita, o Barém, o Qatar e os Emirados Árabes Unidos, apelam a um regime de livre trânsito que represente a capacidade destes países de utilizar o estreito de forma otimizada para salvaguardar os seus interesses. Todos esses países, exceto a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, não têm porto marítimo, exceto o Estreito de Ormuz, seus interesses exigem que a adoção de um sistema de navegação não dê aos países ribeirinhos a capacidade de impedir o contato com alto mar. (Nasser, 2013)

### **3.3.9 Ameaça iraniana para fechar o Estreito**

À luz da crise nuclear entre o Irã e o Ocidente, a questão do Estreito de Ormuz é uma importante carta nas mãos do Estado iraniano para pressionar os partidos internacionais a defenderem seus interesses. Esta questão é importante com as crescentes ameaças de oficiais iranianos de tempos em tempos para fechar o estreito diante da navegação internacional.

Para que essas ameaças foram repetidas em várias ocasiões, como na década de oitenta, durante a guerra Irã-Iraque, que logo foi renovada após o Conselho de Segurança da ONU impôs quatro pacotes de sanções políticas e económicas sob as resoluções (1737,1747, 1810,1929).

Essas ameaças levantam uma série de questões e preocupações dos países interessados sobre a situação que o estreito terá, especialmente no que diz respeito à questão do fluxo de petróleo dos países do Golfo para os mercados mundiais.

No estreito em virtude de sua localização estratégica impõe importantes sobre a questão e difundido interesse tanto no nível político e geográfico legal e global, mas também econômica, o fechamento e interromper a transferência de óleo a partir do qual pode levar à elevação do preço do petróleo aumentou significativamente, que organiza uma enorme pressão sobre as economias globais,

E depois remover os cenários de um possível ataque militar dos EUA ao Irã, Porque o fluxo contínuo de petróleo através do Estreito será um fator decisivo para

deter a corrida americana em direção a essa opção militar contra o Irã, que reforçou o controle do estreito.

### **3.3.10 Posição da americana e iraniana da Convenção de 1982**

Talvez seja importante a este respeito, para enfatizar que a estreita é assunto de acordo com o direito internacional da Convenção sobre o Direito do Mar de 1982 a presente Convenção não foi assinado pelos Estados Unidos até agora, e é certificada pelo Irã, também, que abre o caminho para interpretações e interpretações diferentes sobre o sistema legal de livre trânsito no Estreito.

E mais difícil de navegação não foram dias através deste estreito objeto de um tratado regional ou a uma questão internacional, mas foram submetidos, nos períodos anteriores do sistema de trânsito que não impõe condições nos navios enquanto eles passam passagem rápida sem interrupção ou ameaça que possa ser interpretado como conhecido como costumava países que passam por Este estreito também pode ser útil para se referir a disposições anteriores e resoluções do Conselho de Segurança emitidas em casos semelhantes e às ameaças do Irã de fechar o estreito em outros casos.

### **3.3.11 A provisão legal contra ameaças iranianas**

Todas as normas legais, tanto costumeiras enfatiza quanto a necessidade de liberdade de navegação nos estreitos e rios, ou acordos internacionais, ou as disposições das resoluções do Conselho de Segurança, confirmam a ilegalidade da ameaça iraniana de fechar o estreito devido a seus efeitos negativos sobre os interesses dos países econômicos.

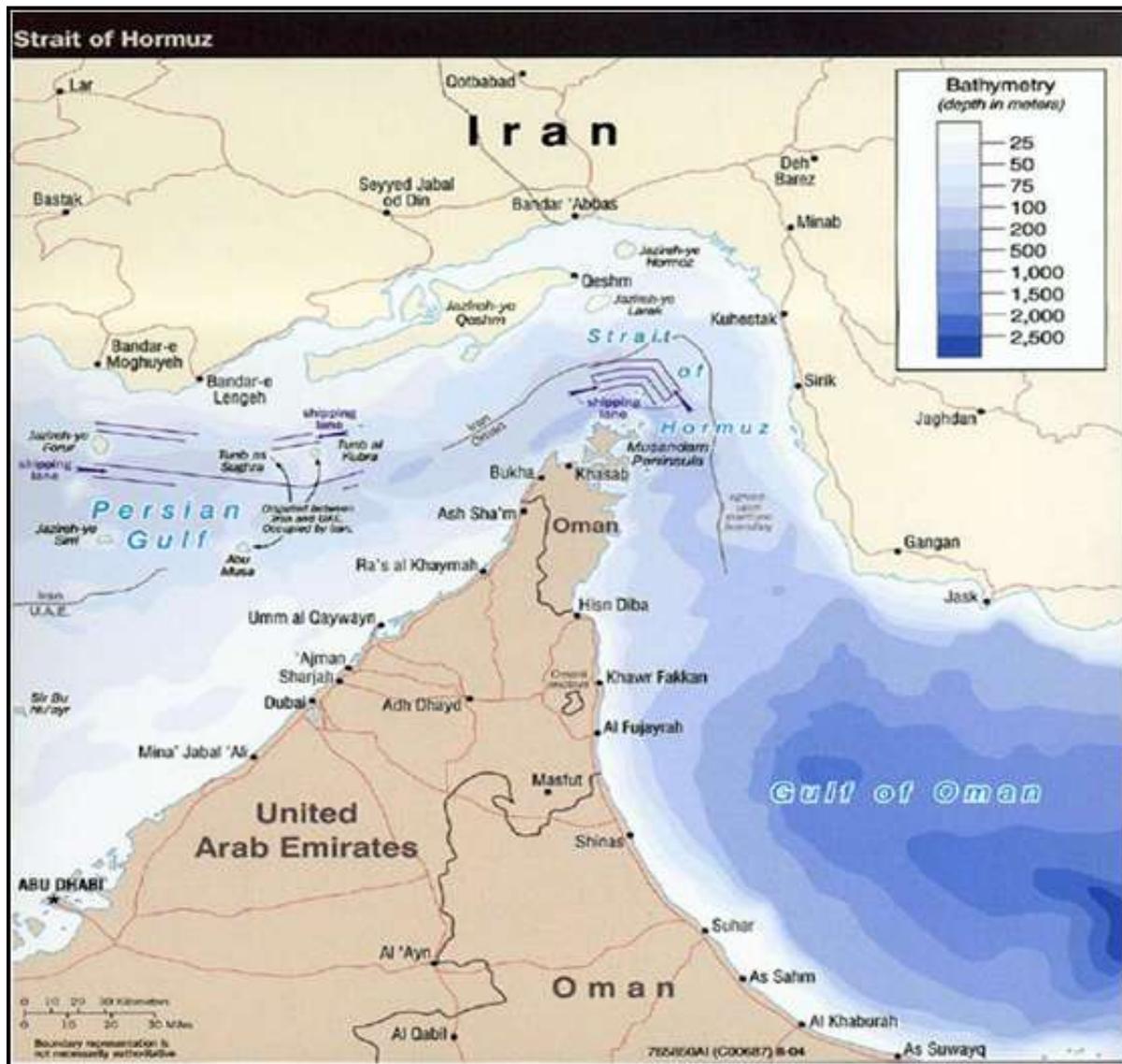
Alguns argumentam que o Irã é incapaz de fechar o estreito, mas o usa apenas como um cartão de pressão nos lados americano e ocidental para aliviar as sanções econômicas e tentar quebrar o embargo comercial imposto a ele, mas outros enfatizaram a possibilidade de obstruir o movimento de navios, especialmente após o desenvolvimento de suas ferramentas e capacidades marinhas, enquanto a terceira tendência adverte contra a ideia de uma ameaça de fechamento, mesmo que seja temporária e por um curto período, devido às repercussões econômicas negativas que se espalharão por longos períodos de tempo.

Portanto, é importante que todas as partes reconheçam a posição estratégica deste estreito e trabalhem sobre a necessidade de refletir sobre ela, para que este acordo seja em dois níveis:

Nível 1: acordo entre o iraniano e outros Estados em torno do estreito para regular o tráfego e navegação através deste estreito através de um acordo especial ou pressionando o Ira para ratificar a 1982 Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, de modo a garantir que tais ameaças cessar ou pelo menos limitar do controle do Irã do estreito.

Nível 2: tentar chegar a uma solução no que diz respeito ao programa nuclear iraniano entre os dois lados e as potências ocidentais, por outro, e também entre os países árabes, em terceiro lugar, para que existam grandes diferenças e oposição a este programa, durante o qual o estreito é usado para responder a estes a oposição e a ameaça de encerramentos ocasionais, que exigem certas garantias pelo lado iraniano para receber considerável aceitação internacional, bem como o reconhecimento da comunidade internacional do princípio da justiça nuclear e a aplicação de acordos de controle de armas nucleares para todos os estados sem favoritismo, por tanto o direito ao uso pacífico da energia nuclear do lado iraniano.

Por último, a aplicação das regras relativas à regulação do tráfego no estreito está sujeita à questão do equilíbrio de poder entre estados, que não é apenas uma erro deste tipo de lei, mas do direito internacional em geral, apesar da responsabilidade internacional do Conselho de segurança de aplicar estas regras e responsabilidade internacional é reconhecida, mas o Irã ainda está ameaçando fechá-lo, que é um sinal de regras fracas.



Mapa VI. Rotas Marítimas através do Estreito de Ormuz. De "Estreito de Ormuz", por Wikipedia, [n.d.], Recuperado 23 de maio de 2019, de Wikipedia website: [https://es.wikipedia.org/wiki/Estrecho\\_de\\_Ormuz](https://es.wikipedia.org/wiki/Estrecho_de_Ormuz)

## CONCLUSÃO

O Estreito de Ormuz, um dos canais mais importantes do mundo, o que aumentou sua importância na era moderna é a descoberta de petróleo nos países vizinhos, e ganhou a sua importância de ser um gargalo na entrada do Golfo Pérsico, e em virtude de que liga o Golfo Pérsico e Golfo de Omã.

O Estreito de Ormuz é legal dos estreitos internacionais, ligando o Golfo de Omã e o Golfo Pérsico. Que tem suas margens do Leste do Irã e do oeste:

Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Kuwait, norte do Iraque e sul de Omã. Em termos de estatuto jurídico do Estreito de Ormuz é um canal natural e vital para o comércio internacional, entre Bahrein e é uma estados regionais que fazem fronteira com a água-lo, nomeadamente o Irã e Sultanato de Omã, onde cada um tem um mar regional específico doze milhas, e como as águas são consideradas águas territoriais, pois eles estão sujeitos ao princípio do tráfego selvagem, no sentido de que todos os navios estrangeiros, sem exceção, tem o direito de passagem e navegação em que Além do Golfo Pérsico é um mar quase fechado, formando assim o Estreito de Ormuz, a única saída para um número de estados do Golfo árabe (Iraque, Kuwait, Qatar, Bahrein) Quais são mais estreitamente ligados ao estreito comparado Com outros como o Irã, Omã, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, que têm saídas livremente fora as águas do Golfo, e em seguida, o mar se relacionam com o mundo exterior não pode ser reproduzido apenas através das águas do Estreito de Ormuz, dois corredores tão devotados (ida e volta) a navegação no estreito de acordo com características hidrográficas especificados.

Durante a discussão das disposições legais do incomodado na Terceira Conferência do Direito do Mar das Nações Unidas e antes da assinatura do novo conflito Convenção entre as grandes potências e países em desenvolvimento sobre o sistema jurídico dos estreitos utilizados para evento de navegação internacional, foi aprovado pelas grandes potências sobre a sobrevivência desses fiordes aberto e sujeitos a um regime de trânsito para navios de todos eles, incluindo navios de guerra e aviação, enquanto os países costeiros destas regiões foram procurando aplicar o princípio da soberania territorial sobre estas vias

navegáveis internacionais, e submetê-los ao sistema de tráfego em que os navios comerciais e aeronaves sem a passagem de navios é suposto pousar E aviões de guerra que exigem autorização prévia. Ele veio a nova Lei da Convenção do Mar das Nações Unidas e adotado o direito de passagem em trânsito de navios e aeronaves nos estreitos utilizados para a navegação internacional entre parte do alto mar e na zona económica exclusiva e uma outra parte do alto mar e à zona económica exclusiva, e explicou os direitos da Convenção e deveres dos navios que atravessam o estreito, e os direitos e obrigações dos Estados costeiros E estas disposições aplicam-se ao Estreito de Ormuz.

Assim, a lei do mar não conseguiu estabelecer legislação obrigatória. Para preservar a segurança no estreito, especialmente em tempos de guerra. Porque o lado político superou o legal.

Economicamente, O Irã é o maior perdedor do fechamento do Estreito de Hormuz, pois depende dele para exportar petróleo bruto para os países asiáticos.

os, especialmente a China, os maiores importadores. Então fechar o Estreito de Ormuz significa danificar os países considerados alguns aliado do Irã, liderada por China e Coreia do Sul, que passa dia 14 de recipiente de óleo transportando cerca de 17 milhões de barris por dia deste corredor, que são exportados para os mercados mundiais, e representa esse montante, em média, 20 por cento do consumo global e movendo-se de 85% para os países asiáticos, nomeadamente China, Índia, Japão e Coreia do Sul, todos esses países não vai permitir que qualquer força que você feche este via da vida para esses países.

O ponto importante que não pode ser ignorado que maioria dos portos de exportação de petróleo fica dentro de estreito de Ormuz.

Os principais pontos a importante que quero destacar es: O petróleo passa por três etapas, O produção, transporte de petróleo e final ao consumidor. O que significa que é impossível para seus países, como o Irã, cancelar esses interesses de países produtores como consumidores simplesmente. Por outro lado, seja qual for o tipo de arma e capacidade militar do Ira não há comparação entre eles e armamentos dos Estados Unidos.

Então para Estados Unidos a política de manterá turbulência de golfo, como exemplo invadir Iraque de culpa que tem armas mas destruição, no mesmo tempo deixa irã com poder que ter usinas enuclear.

E para ira amenas de cerra estreito apenas de gesticulação, o uma pratica velha, e nunca vai atrevi de fechar o estreito.

**O Estreito de Hermesmarine continua sendo uma passagem marítima necessária para todos os estados do Golfo Árabe e países industrializados em todo o mundo, e essa reserva enorme que existe nos estados do Golfo. E aumenta tudo e a necessidade dele para os países industrializados. O Estreito de Ormuz é considerado uma travessia internacional de acordo com a lei internacional e nenhum país tem o direito de bloquear o tráfego. Mas quando existem interesses internacionais, o direito internacional é colocado de um lado E aparentemente que a lei dos mares não foi capaz de colocá-lo para preservar a segurança do estreito, especialmente em tempos de guerra, acrescentando que o lado político esta no controle do que lado legal. Em termos econômicos, é muito importante para o exportador e o importador, portanto, não é fácil para nenhum país impedir o tráfego ou reivindicar controle sobre ele.**

**O aspecto político é o mais importante de todos os outros aspectos. Para os Estados Unidos, o Irã é a galinha que põe ovos dourados.**



**O Irã é o inimigo importante. Por causa desse inimigo, todos os contratos de proteção são concluídos entre os estados do Golfo Árabe e os Estados Unidos. Além dos contratos de venda de todas as armas para os países do**

**Golfo e, finalmente, para as gigantes petrolíferas americanas, além das quantidades de petróleo não declarado e de recursos não declarados.**

## REFERÊNCIAS

- 27 de agosto de 1859 - Petróleo jorra na Pensilvânia. (2015, 26 de agosto). Recuperado de Hoje, as Efemérides de Arquimedes website: <http://aujourd'hui.over-blog.fr/2015/08/27-aout-1859-le-petrole-jaillit-en-pennsylvanie.html>
- Abady, T. Al. (2012). *Iran's foreign policy and its impact on the arab gulf security (1991-2012)*. Recuperado de [https://meu.edu.jo/libraryTheses/586a1b509e9d1\\_1.p](https://meu.edu.jo/libraryTheses/586a1b509e9d1_1.p)
- Agências Internacionais. (1998, 17 de dezembro). Clinton bombardeia Iraque, e Câmara pode adiar votação de impeachment. Recuperado 18 de maio de 2019, de Folha de S. Paulo website: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft17129801.htm>
- Ahmed, W. K. (2015, 2 de março). Resumo do livro de Ramzi Clark sobre crimes de guerra nos EUA no Iraque. Recuperado 3 de maio de 2019, de Tele AA Lebanon website: <http://taleaalebanon.com/news.php?go=fullnews&newsid=334>
- Al-Salami, M. (2013, 29 de setembro). Polícia do Golfo - Entre teoria e prática. Recuperado 15 de maio de 2019, de AAWSAT website: <https://aawsat.com/home/article/4642>
- Al Jazeera. (2016, 23 de dezembro). A invasão do Iraque pelos EUA. Falsas justificativas e resultados desastrosos. *Al Jazeera*. Recuperado de <http://www.aljazeera.net/encyclopedia/military/2016/12/23/-الغزو-الأميركي-للعراق-مبررات-واهيبة-ونائج-كارثية>
- Al Jazeera. (2017, 14 de março). Sanções econômicas, guerras sem fogo. Recuperado 23 de maio de 2018, de Al Jazeera website: <https://www.aljazeera.net/encyclopedia/conceptsandterminology/2017/3/14/العقوبات-الاقتصادية-حروب-من-غير-نار>
- Aladin, A. (2014, dezembro). Como foi a fronteira entre os países árabes desde o início do Islã até os dias atuais? Recuperado 3 de maio de 2019, de Sasa Post website: <https://www.sasapost.com/steps-of-formation-of-arab-states/>

- Alveal, E. C. (2003). *Evolução da indústria de petróleo: Nascimento e desenvolvimento, economia e gestão em energia*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Ardebili, K. (2004). The maximization of Iran's oil revenues. *Boletim OPEC*, XXXV. Recuperado de [http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/OB012004.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB012004.pdf)
- Azevedo, J. A. P. R. M. de. (2012). *O enfraquecimento da presença americana no Oceano Índico* (Fundação Getúlio Vargas). Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11430/JoséAntônioMariano.pdf?sequence=1>
- BBC Brasil. (n.d.). Cronologia: O Iraque de Saddam - Guerra Irã-Iraque. Recuperado 23 de maio de 2019, de BBC Brasil website: [https://www.bbc.com/portuguese/especial/1314\\_saddamsiraq2/page4.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/especial/1314_saddamsiraq2/page4.shtml)
- BBC Mundo. (2016, 1 de maio). A estratégia da Arábia Saudita para tentar acabar com a dependência de petróleo. Recuperado de Agência de Notícias do Brasil website: [https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160501\\_arabia\\_petroleo\\_tg](https://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160501_arabia_petroleo_tg)
- Beirão, A. P., & Pereira, A. C. A. (2014). Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar. *Fundação Alexandre Gusmão*. Recuperado de [http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao\\_do\\_Direito\\_do\\_Mar.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf)
- Bertonha, J. F. (2007). Irã e Estados Unidos – Competição geopolítica no Oriente Médio. Recuperado de <http://docplayer.com.br/35378406-Ira-e-estados-unidos-competicao-geopolitica-no-orientemedio-por-joao-fabio-bertonha.html>
- Borges, M. G. B. P. A. (2008). *Um estreito globalizado: A luta por Ormuz (1622) e a globalização das relações internacionais no período moderno* (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresas). Recuperado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1106>

Brasil. (n.d.). Petróleo. Recuperado 16 de maio de 2019, de Agência Nacional de Energia Elétrica website: [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/07-Petroleo\(2\).pdf](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/07-Petroleo(2).pdf)

Breuer, R. (2013, 22 de maio). Ameaças e sanções marcam relação entre Irã e Ocidente. Recuperado 23 de abril 2019, de Made for Minds website: <https://www.dw.com/pt-br/ameaças-e-sanções-marcam-relação-entre-irã-e-ocidente/a-16826407>

Casella, P. B. (2009). *Direito internacional dos espaços*. São Paulo, SP: Atlas.

Castro, L. J. S. C. (2012). *O novo marco regulatório do petróleo e as participações governamentais* (Universidade Cândido Mendes). Recuperado de [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K220266.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K220266.pdf)

CDG Editora. (2015, 10 de outubro). A Maldição do Petróleo – Michael L. Ross. Recuperado 16 de maio de 2019, de CDG Editora website: <http://w.cdgeditora.com.br/a-maldicao-do-petroleo-por-michael-ross/>

Clark, R. (2002). Carta de Ramsey Clark ao secretario general de NNUU. Recuperado de Nodo 50 website: [https://www.nodo50.org/csca/agenda2002/iraq/clark\\_24-09-02.html](https://www.nodo50.org/csca/agenda2002/iraq/clark_24-09-02.html)

CobHill. (n.d.). Mapa das bases dos EUA em torno do Irã. Recuperado 26 de maio de 2019, de CobHill website: <https://cobhill.co/map-of-us-bases-around-iran.html>

Dinstein, Y. (2004). *Guerra, agressão e legítima defesa*. Recuperado de [https://books.google.com.br/books?id=9hgztfpA9MEC&pg=PA372&lpg=PA372&dq=,+Resolução+678+.+In:+RDSC+45,+1990&source=bl&ots=93BPVbBNKZ&sig=ACfU3U1oNY6vaCkPbuiq5ENfdN\\_kTIHnRg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjrq8\\_2rOfhAhUSILkGHQQhAwcQ6AEwAHoECAgQAQ#v=onepage&q=%2C%20R](https://books.google.com.br/books?id=9hgztfpA9MEC&pg=PA372&lpg=PA372&dq=,+Resolução+678+.+In:+RDSC+45,+1990&source=bl&ots=93BPVbBNKZ&sig=ACfU3U1oNY6vaCkPbuiq5ENfdN_kTIHnRg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjrq8_2rOfhAhUSILkGHQQhAwcQ6AEwAHoECAgQAQ#v=onepage&q=%2C%20R)

Durden, T. (2014, 23 de julho). Uma história anotada dos choques mundiais de preço do petróleo. Recuperado 16 de maio de 2019, de Zero Hedge website: <https://www.zerohedge.com/news/2014-07-23/annotated-history-world-oil-price-shocks>

Editora Abril. (2010, 24 de março). A Nova Ordem Mundial - Professor Vesentini. Recuperado 1 de abril de 2019, de Patty Carvalho [YouTube Channel] website: <https://www.youtube.com/watch?v=iC9mTkfDHn0>

El País. (2011, 27 de dezembro 27). Irã ameaça fechar o Estreito de Ormuz se suas exportações de petróleo forem sancionadas. Recuperado 23 de maio de 2019, de El País website: [https://elpais.com/internacional/2011/12/27/actualidad/1325017415\\_887813.html](https://elpais.com/internacional/2011/12/27/actualidad/1325017415_887813.html)

Encyclopaedia Britannica. (2019, 25 de março). Edwin Drake - Perfurador de petróleo americano | Britannica.com. Recuperado 16 de maio de 2019, de Britannica website: <https://www.britannica.com/biography/Edwin-Laurentine-Drake>

Estados Unidos. (n.d.). Marcos: 1921-1936 - O acordo da linha vermelha de 1928. Recuperado 23 de maio de 2019, de Escritório do Historiador website: <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/red-line>

Estreito de Ormuz. (n.d.). Recuperado 23 de maio de 2019, de Wikipedia website: [https://es.wikipedia.org/wiki/Estrecho\\_de\\_Ormuz](https://es.wikipedia.org/wiki/Estrecho_de_Ormuz)

Fahad, A. S. (2012). *Strait of Hormuz: Tension between Iran and USA* (Universidade de Dhaka). Recuperado de [http://www.academia.edu/3577919/Strait\\_of\\_Hormuz\\_Tension\\_between\\_Iran\\_and\\_USA](http://www.academia.edu/3577919/Strait_of_Hormuz_Tension_between_Iran_and_USA)

Fernandes, C. (n.d.). Diferença entre xiitas e sunitas - História do mundo. Recuperado 3 de maio de 2019, de História do Mundo website: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/diferenca-entre-xiitas-e-sunitas.htm>

Frente Sul. (2015, 1º de dezembro). A geopolítica dos oleodutos e gasodutos no Oriente Médio. Recuperado de Mondial Isation website: <https://www.mondialisation.ca/the-geopolitics-of-oil-and-gas-pipelines-in-the-middle-east/5492595>

Fundação Getúlio Vargas. (2012, abril). O mercado do petróleo: Oferta, refino e

preço. *Fundação Getúlio Vargas*. Recuperado de <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&ved=0ahUKEwjO783KluzLAhWCCBoKHx5gAX84ChAWCCAwaAQ&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Fdspace%2Fbitstream%2Fhandle%2F10438%2F9816%2FPetroleo.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNFhfWjMaUlhtfh>

Fuser, I. (2005). *O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)* (Universidade Estadual de São Paulo). Recuperado de [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser\\_i\\_me\\_mar.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser_i_me_mar.pdf?sequence=1)

Fuser, I. (2006). O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: A atualidade da doutrina carter. *5 Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, MG.

Gulf Business. (2017, June 8). Gasoduto UAE-Catar continua aberto devido a necessidades energéticas - Relatório. Retrieved from Gulf Business website: <https://gulfbusiness.com/uae-qatar-gas-pipeline-remains-open-due-energy-needs-report/>

Haikal, M. (1982). *História e revolução do Irã* (1th ed.). Cairo: Dar al Shorok.

Incidente de Bridgeton. (2015). Recuperado 16 de maio de 2019, de Revolvly website: <https://www.revolvly.com/page/Bridgeton-incident>

Invasão do Iraque. (n.d.). Recuperado de Wikipedia website: [https://ar.wikipedia.org/wiki/غزو\\_العراق](https://ar.wikipedia.org/wiki/غزو_العراق)

Irã dispara suas vendas de petróleo no mundo. (2016, 29 de março). Recuperado de Pais Mineiro website: <https://www.paismineiro.com/petroleo-e-hidrocarburos/119-negocios-petroleros/15838-iran-dispara-sus-ventas-de-crudo-en-el-mundo>

Iraq disarmament crisis. (2011). Recuperado 30 de agosto de 2019, de Wikipedia website: [https://en.wikipedia.org/wiki/Iraq\\_disarmament\\_crisis](https://en.wikipedia.org/wiki/Iraq_disarmament_crisis)

Jafari-Valdani, A. (2012). The geopolitics of the Strait of Hormuz and the Iran-Oman relations. *Iranian Review of Foreign Affairs*, 2. Recuperado de

[http://www.sid.ir/en/viewssid/j\\_pdf/1035820120802.pdf](http://www.sid.ir/en/viewssid/j_pdf/1035820120802.pdf)

Jassim, A. (2014). Posicao do Ira depois de segundo e terceira guerra do Golfo. Recuperado de IASJ website: <https://www.iasj.net/iasj?func=fulltext&ald=38175>

Jones, S. (2012). El-Badri comfortable with \$100/b oil, but concerned about price volatility. Recuperado de Opec website: [http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/OB022012.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB022012.pdf)

Katzman, K. (2016). Iran Sanctions. *Congressional Research Service*. Recuperado de <https://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RS20871.pdf>

Katzman, Kenneth, Nerurkar, N., O'Rourke, R., Mason, R. C., & Ratner, M. (2012). Iran's threat to the Strait of Hormuz. *Congressional Research Service*. Recuperado de <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R42335.pdf>

Klare, T. M. (2003). *Guerra por los recursos*. Barcelona, ES: Urano Tendencias.

Longo, A. R. (2014). O debate em busca do consenso: As negociações para os termos finais da Convenção da Jamaica. Recuperado de [https://www.mar.mil.br/secirm/publicacoes/livros/em\\_busca\\_do\\_consenso.pdf](https://www.mar.mil.br/secirm/publicacoes/livros/em_busca_do_consenso.pdf)

Luz, R. T. (2005). *Relações econômicas internacionais: Teoria e questões*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Martín, A. G. L. (2013). El cierre del Estrecho de Ormuz: Un análisis desde el derecho internacional - The closure of the Strait of Hormuz: An analysis de international law. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj53qCi5lbWAhUJjZAKHepZB2cQFggxMAE&url=https%3A%2F%2F Dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4371328.pdf&usg=AFQjCNF4LFcR0sn7beoUdxTdp7q0N19wEw>

Mattos, A. M. (1996). *O novo direito do mar*. Rio de Janeiro, RJ: Renovare.

- Mattos, A. M. (2014). Marotta e a natureza jurídica do mar territorial - Homenagem ao Professor emérito Vicente Marotta Rangel. *Revista Da Faculdade de Direito Da Universidade de São Paulo*, 109, 905–912. Recuperado de file:///C:/Users/Alessandra Oliveira/Downloads/89268-Texto do artigo-167434-1-10-20150330.pdf
- Mohammed, I. (2016, October 26). A Segunda Guerra do Golfo - A Guerra do Iraque e Kuwait - Causas e resultados. Recuperado 15 de maio de 2019, de MagLTK website: <https://www.magltk.com/second-gulf-war/>
- Nasser, A. (2013). *Estreito do Ormuz e conflito iraniano americano* (1th ed.). Beirute: Alfarabi.
- Nixon, R. (1980). *A verdadeira guerra*. Bogotá: Planeta AS.
- Oleoduto Kirkuk – Ceyhan. (n.d.). Recuperado 5 de janeiro de 2018, de Wikipedia website: [https://en.wikipedia.org/wiki/Kirkuk–Ceyhan\\_Oil\\_Pipeline](https://en.wikipedia.org/wiki/Kirkuk–Ceyhan_Oil_Pipeline)
- Olsen, T. K. (2006, October 8). Desenvolvimento: A Noruega rompe a maldição do petróleo. Recuperado 1º de janeiro de 2018, de Inter Press Service - IPS Notícias website: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2006/10/mundo/desenvolvimento-a-noruega-rompe-a-maldio-do-petrleo/>
- ONU Brasil. (2012, 14 de março). ONU pede a mais de 30 Estados-Membros que ratifiquem Convenção sobre Direito do Mar. Recuperado 16 de maio de 2019, de Nações Unidas website: <https://nacoesunidas.org/onu-pede-a-mais-de-30-estados-membros-que-ratifiquem-convencao-sobre-direito-do-mar/>
- Organização das Nações Unidas. *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. (1994).
- Osorio, J. B. (2017, 17 de dezembro). Análise estratégica: Golfo Pérsico ou Árabe? Comparando a presença no Golfo. Recuperado de GIASP website: <https://intelgiasp.com/2017/12/17/analysis-estrategico-golfo-persico-o-arabigo-comparando-la-presencia-en-el-golfo-strategic-analysis-persian-or-arabian-gulf-comparing-presence-at-the-gulf/>

PetroGasNews. (2011, 9 de junho). As 7 irmãs do petróleo. Recuperado 16 de maio de 2019, de PetroGasNews website: <https://petrogasnews.wordpress.com/2011/06/09/as-7-irmas-do-petroleo/>

Pimentel, F. (2011). O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: Perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira. *Fundação Alexandre Gusmão*. Recuperado de [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=30&ved=0ahUKEwiDvYrul-zLAhUCthoKHQa6CWY4FBAWCE0wCQ&url=http%3A%2F%2Ffunag.gov.br%2Ffloja%2Fdownload%2F838-Fim\\_da\\_Era\\_do\\_Petroleo\\_e\\_a\\_Mudanca\\_do\\_Paradigma\\_Energetico\\_Mundial\\_O.pdf&usg=AFQjCNFz0](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=30&ved=0ahUKEwiDvYrul-zLAhUCthoKHQa6CWY4FBAWCE0wCQ&url=http%3A%2F%2Ffunag.gov.br%2Ffloja%2Fdownload%2F838-Fim_da_Era_do_Petroleo_e_a_Mudanca_do_Paradigma_Energetico_Mundial_O.pdf&usg=AFQjCNFz0)

Preços do petróleo bruto - Notícias e imagens. (2011, 6 de maio). Recuperado de The Cheese Reporter website: <http://thecheesereporter.blogspot.com/2011/05/crude-oil-prices-news-and-pictures.html>

Rodrigue, J. P. (2004). *Straits, passages and chokepoints: A maritime geostrategy of petroleum distribution* (Hofstra University). Recuperado de [http://people.hofstra.edu/jean-paul\\_rodrigue/downloads/CGQ\\_strategicoil.pdf](http://people.hofstra.edu/jean-paul_rodrigue/downloads/CGQ_strategicoil.pdf)

Rodriguez, J. I. (2017). A plataforma continental estendida ou expandida. Recuperado 16 de maio de 2019, de Revista Marina website: <https://revistamarina.cl/tema-de-portada/la-plataforma-continental-extendida-o-ampliada/>

Rucks, J. T. (2015). Estreito de Ormuz: O acirramento da competição estratégica entre Estados Unidos e Irã (2003-2013). *I Seminário Internacional de Ciência Política*. Recuperado de [https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RUCKS-Estreito-de-Ormuz\\_o-acirramento-da-Competição-Estratégica-entre-Estados-Unidos-e-Irã-2003-2013.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RUCKS-Estreito-de-Ormuz_o-acirramento-da-Competição-Estratégica-entre-Estados-Unidos-e-Irã-2003-2013.pdf)

Santos, R. V. B. dos. (2012). *Globalização, identidade e fundamentalismo islâmico: Elementos de construção ideológica da revolução iraniana 1979*

(Universidade Estadual da Paraíba). Recuperado de <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0ahUKEwjh5ucq97LAhUMgpAKHfyjCxEQFgg9MAY&url=http%3A%2F%2Fdspace.bc.uepb.edu.br%2Fjspui%2Fbitstream%2F123456789%2F2834%2F1%2FPDF%2520-%2520Raul%2520Victor%2520Barbosa%2520dos%2520Santos>

Scholvin, S., & Burilkov, A. (2013). Geografia e o potencial marítimo de China e Irã. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*.

Shodjaei, M., & Payar, F. (2012, 18 de outubro). Teerã está planejando um derramamento de óleo no Golfo? Recuperado 16 de maio de 2019, de Made for minds website: <https://www.dw.com/en/is-tehran-planning-an-oil-spill-in-the-gulf/a-16312986>

Soares, L. F. M. (2014). O Brasil e as negociações sobre direito do mar. *Fundação Alexandre Gusmão*. Recuperado de [http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao\\_do\\_Direito\\_do\\_Mar.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf)

Souza, J. M. de. (1999, Março). Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? *Revista Brasileira de Geofísica*, 17(1). <https://doi.org/10.1590/S0102-261X1999000100007>

Souza, J. R. C. de. (2001). *Estudo sobre mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva*. Recuperado de [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2483/estudo\\_mar\\_souza.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2483/estudo_mar_souza.pdf?sequence=1)

Souza, F. R. (2006). *Impacto do preço do petróleo na política energética mundial* (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Recuperado de [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj2gP7NxLrNAhUGWpAKHbTIB70QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ppe.ufrj.br%2Fppe%2Fproduction%2Ftesis%2Fsouzafr.pdf&usq=AFQjCNEPgA\\_HKP470azWDbJng7cjlUNrSw&bvm=bv.125221236,d.Y2I&cad=rjt](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj2gP7NxLrNAhUGWpAKHbTIB70QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ppe.ufrj.br%2Fppe%2Fproduction%2Ftesis%2Fsouzafr.pdf&usq=AFQjCNEPgA_HKP470azWDbJng7cjlUNrSw&bvm=bv.125221236,d.Y2I&cad=rjt)

Spohr, P. A. (2013). *A inserção internacional do Golfo Pérsico: Os casos saudita e*

*iraniano* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96552/000917236.pdf?sequence=1>

Sutti, P., & Ricardo, S. (2003). *As diversas faces do terrorismo*. São Paulo, SP: Harbra.

Terra. (2016, 1º de janeiro). Irã abre portas a empresários dos EUA após acordo nuclear. Recuperado 1º de janeiro de 2018, de Notícias Terra website: <http://noticias.terra.com.br/mundo/rohani-abre-portas-do-ira-a-empresarios-dos-eua-apos-acordo-nuclear,dd54ccfbe7cbcbe36c4e5b08e98fb7e6cjxx669y.html>

Texto do relatório de Hans Blix ao Conselho de Segurança da ONU. (n.d.). Recuperado 20 de abril de 2019, de Al Jazeera website: <https://www.aljazeera.net/specialcoverage/coverage2003/2009/10/1/-نص-تقرير-هانز-بليكس-لمجلس-الأمن-الدولي>

U.S. Energy Information Administration. (2019). Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA. Recuperado 23 de maio de 2019, de EIA website: [https://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_stoc\\_typ\\_d\\_nus\\_SAS\\_mbbbl\\_m.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_stoc_typ_d_nus_SAS_mbbbl_m.htm)

Vanderbruck, T. (2012, 20 de fevereiro). Irã, Petróleo e Estreito de Ormuz. Recuperado 23 de maio de 2019, de Oil-Price.Net website: <http://www.oil-price.net/en/articles/iran-oil-strait-or-hormuz.php>

Yergin, D. (1991). *The Prize: the epic quest for oil, money and power*. Nova Iorque, NY: Simon & Schuster.

Zonas de exclusão aérea no Iraque. (n.d.). Recuperado 24 de fevereiro 2018, de Wikipedia website: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas\\_de\\_exclusão\\_aérea\\_no\\_Iraque](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_de_exclusão_aérea_no_Iraque)